

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
GRADUÇÃO EM HISTÓRIA

Marcus Vinícius Rodrigues de Souza

Fronteiras Imaginadas

Mapas Pictóricos, Nação e Nacionalismo nos Estados Unidos

Florianópolis

2021

Marcus Vinícius Rodrigues de Souza

Fronteiras Imaginadas

Mapas Pictóricos, Nação e Nacionalismo nos Estados Unidos

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC

Souza, Marcus Vinícius Rodrigues de
Fronteiras Imaginadas : Mapas pictóricos, Nação e Nacionalismo nos Estados Unidos / Marcus Vinícius Rodrigues de Souza ; orientador, Márcio Roberto Voigt, 2021.
81 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. Nacionalismo. 3. Cartografia. 4. Mapas Pictóricos. 5. Estados Unidos. I. Voigt, Márcio Roberto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 22 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às 14:00 horas, na sala por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. **Márcio Roberto Voigt** (Orientador e Presidente); Prof. **Tiago Kramer de Oliveira** (membro); Prof. **Henrique Espada Rodrigues Lima Filho** (membro), designados pela Portaria TCC nº 35/HST/CFH/2021, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Marcus Vinícius Rodrigues de Souza** intitulado: “**Fronteiras Imaginadas: Mapas Pictóricos, Nação e Nacionalismo nos Estados Unidos**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. **Márcio Roberto Voigt**, nota 10, Prof. **Tiago Kramer de Oliveira**, nota 10, Prof. **Henrique Espada Rodrigues Lima Filho**, nota 10, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 29 de setembro de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 22 de setembro de 2021



Documento assinado digitalmente
Marcio Roberto Voigt
Data: 30/09/2021 19:01:27-0300
CPF: 579.645.999-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Orientador):. Dr. Márcio Roberto Voigt..



Documento assinado digitalmente
Henrique Espada Rodrigues Lima Filho
Data: 30/09/2021 23:33:35-0300
CPF: 671.643.669-34
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. (Membro): Dr. Henrique Espada Rodrigues Lima Filho.....



Documento assinado digitalmente
TIAGO KRAMER DE OLIVEIRA
Data: 30/09/2021 19:12:14-0300
CPF: 002.401.621-70
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof.(Membro): Dr. Tiago Kramer de Oliveira.....



Documento assinado digitalmente
Marcus Vinicius Rodrigues de Souza
Data: 03/10/2021 08:01:27-0300
CPF: 928.663.871-04
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

(Candidato):. Marcus Vinícius Rodrigues de Souza.....



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico(a) Marcus Vinícius Rodrigues de Souza, matrícula n.º 12201568, entregou a versão final de seu TCC cujo título é Fronteiras Imaginadas Mapas Pictóricos, Nação e Nacionalismo nos Estados Unidos, com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Marcus Vinícius Rodrigues de Souza, matrícula 12201568

Florianópolis, 17 de Dezembro de 2021.



Documento assinado digitalmente
Marcio Roberto Voigt
Data: 17/12/2021 17:55:49-0300
CPF: 579.645.999-68
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Orientador(a)

Em memória de Eleône Luiz de Souza

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa tem contado, desde sua fase de concepção, com contribuições variadas de diversas pessoas, às quais espero responder com reflexões renovadas e tão estimulantes quanto o apoio a mim prestado.

Certamente, trago, aqui, parte do que é resultado do trabalho de todo o Corpo Docente do Departamento de História da UFSC. Agradeço a todos e todas que o compõem, nas pessoas daqueles que integraram minha banca examinadora e participaram desta etapa de modo mais próximo: meu orientador, professor Márcio Roberto Voigt, cujo acompanhamento atento, dedicado e permanente foi imprescindível, tanto para que possíveis lapsos e equívocos fossem evitados, quanto, ainda, para que a crítica que busquei desenvolver pudesse ser construída e aprofundada ao longo do tempo; professor Tiago Kramer de Oliveira, que, além de ter apresentado o caminho que me levou às fontes aqui estudadas, indicou valiosos pontos de partida metodológicos, fundamentais para os resultados até aqui alcançados; e professor Henrique Espada Rodrigues Lima Filho, que mediou as primeiras exposições deste estudo a colegas de curso, dedicando especial estímulo à nossa proposta.

A colegas de curso, por outro lado, devo boa parte da inspiração que confere vitalidade às problematizações aqui levantadas. Sou grato a todos e todas, em especial aos que comigo trabalharam, de modo mais próximo, por um maior período. Refiro-me, aqui, a Osmar José Nenevê, Matheus Ferreira Machado e André Valente Maia.

Amizades de longa data, por sua vez, vêm fornecendo lições e estímulos decisivos para o crescimento e diversificação intelectual que pude, até aqui, construir. Agradeço a cada uma delas, lembrando, agora, as que comigo compartilham suas trajetórias com maior frequência: Elisabeth Pires de Almeida Ranck e Márcio Anderson Kontopp.

Por fim, agradeço todo suporte e carinho a mim despendidos por minha amada mãe, Zuleide, e por meus maiores parceiros nestes últimos anos, fontes de motivação para tudo o que tenho produzido, Patrícia e Raul.

RESUMO

Este trabalho relaciona a construção discursiva de versões de nação e nacionalismo – vigentes nos Estados Unidos da primeira metade do século XX – à elaboração e difusão local de mapas pictóricos. Trata-se de uma primeira abordagem das referidas fontes, que visa, por um lado, avaliar sua respectiva relação com a temática, abrindo caminho para alternativas de pesquisa posteriores, e, por outro, testar a aplicabilidade de métodos possivelmente adequados ao seu correspondente exame. Admitindo o potencial de alcance popular do qual tais mapas parecem dispor, pretende-se preparar caminho para aproveitá-los de modo a contribuir para a superação de uma das principais dificuldades enfrentadas por estudos dedicados às formas de nacionalismo, qual seja, a tendência a privilegiar linhas oficiais ou elitistas de orientação formativa e de disseminação. Neste estágio, são avaliadas como viáveis tanto a aproximação teórica entre os conceitos de Capitalismo Editorial e Nacionalismo Banal, quanto, em termos metodológicos, a adequação das propostas de leitura postas pela Cartografia Crítica ao exame de mapas pictóricos. Conclui-se favoravelmente ao aproveitamento, tanto dos mapas quanto da metodologia avaliados, em estudos dedicados ao nacionalismo, embora, para isso, possíveis aprimoramentos sejam também apontados como recomendáveis.

Palavras-chave: Nacionalismo. Cartografia. Mapas Pictóricos. Estados Unidos.

ABSTRACT

This research relates the discursive construction of nation and nationalism – in the USA in the first half of the 20th century – to the making and diffusion of pictorial maps. It is an initial approach to the referred sources, which aims, on the one hand, to evaluate its respective relation with the theme, and on the other hand, to assess the applicability of methods which might be adequate to its correspondent approach. Taking into account how popular the access to pictorial maps can be, they could be useful to improve studies on nationalism, which are usually criticized by their strict understanding of the elitist means of diffusion. At this moment, the research points to the theoretical relation between the concepts of Print Capitalism and Banal Nationalism, and, simultaneously, to the adequacy of the methods suggested by the Critical Cartography to the reading of pictorial maps. The conclusion is favorable to the usage of these maps and methods in future researches dedicated to nationalism. Possible improvements on the methodology are also recommended.

Keywords: Nationalism. Cartography. Pictorial Maps. USA.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - <i>United States of America</i>	14
Figura 2 - <i>Rambles Through Our Country</i>	15
Figura 3 - <i>Map of the United States as Californians see it</i>	58
Figura 4 - <i>Mercator map of the world</i>	60
Figura 5 - <i>Our U.S.A.</i>	62
Figura 6 - <i>The United States of America</i>	62
Figura 7 - <i>Georgia</i>	63
Figura 8 - <i>New York</i>	64
Figura 9 - <i>The Awakening</i>	65
Figura 10 - <i>Wheary Scenic Recreational Touring & Travel Map</i>	67
Figura 11 - <i>United States of America</i>	70
Figura 12 - <i>Flying United's Main Line Airway</i>	73

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	DESENVOLVIMENTO	12
2.1	Uma nova modalidade de fonte para o estudo dos nacionalismos	12
2.2	Cartografia e nacionalismo.....	17
2.3	Nacionalismo e cartografia pictórica nos Estados Unidos.....	36
2.4	Desconstruindo o discurso cartográfico.....	53
2.5	Estudo dos mapas	56
2.5.1	<i>Entre as tendências de conjunto e as exceções</i>	<i>56</i>
2.5.2	<i>Fronteiras cartográficas e federalismo.....</i>	<i>61</i>
2.5.3	<i>Fronteiras pictóricas e protagonismo limitado.....</i>	<i>64</i>
3	CONCLUSÃO.....	77
3.1	Grito silencioso.....	77
	REFERÊNCIAS.....	80

1 – INTRODUÇÃO

Este é um estudo introdutório, voltado para o exame da possível relação entre mapas de alcance popular e formas de nacionalismo. As fontes por nós consultadas determinam o recorte da pesquisa, tanto em termos temporais quanto espaciais. Tratamos, aqui, de mapas elaborados e postos em circulação nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX.

Sendo esta uma etapa inicial de estudo do material em questão, optamos por assumir, no presente trabalho, dois objetivos de cunho preparatório. O que pretendemos, neste momento, é avaliar a adequação das fontes às dinâmicas de construção do imaginário nacionalista e, por outro lado, identificar e testar um método que possa auxiliar-nos na leitura crítica dos mapas estudados.

Iniciaremos com uma delimitação mais detalhada do nosso objeto de pesquisa, em seção composta pela demonstração das peculiaridades dos mapas pictóricos frente aos mapas políticos, pela descrição do nosso trajeto até tais fontes e, por fim, por considerações relacionadas às nossas escolhas metodológicas. Faremos, posteriormente, um levantamento das mais conhecidas associações disponíveis entre cartografia e nacionalismo, em termos gerais. Em seguida, revisaremos trabalhos que situam esta mesma abordagem no contexto particular dos Estados Unidos, contemplando, ainda, o que já foi dedicado, mais especificamente, aos mapas por nós avaliados. Por fim, após uma apresentação básica do método de análise escolhido, verificaremos sua respectiva aplicabilidade aos nossos propósitos.

A ligação entre mapas e nacionalismo é um tema de estudo que já vem ocupando pesquisadores há alguns anos. Tais trabalhos tendem a privilegiar o exame das relações entre o imaginário nacionalista e o que se conhece como mapa político, modelo correspondente ao padrão cartográfico majoritariamente disseminado quando da passagem do século XIX para o XX, fase crítica para a configuração e a consolidação de diversos nacionalismos. Ocorre que, assim procedendo, esses estudos acabam por concentrar sua atenção em material concebido em linhas elitistas e oficiais, reforçando, portanto, a reiterada percepção do nacionalismo como manifestação ideológica orientada a partir dos setores economicamente dominantes, da academia por eles ocupada e, fundamentalmente, do Estado por eles controlado.

Pretendemos preparar, aqui, um refinamento dessa perspectiva, por meio do exame de mapas pictóricos. Voltamos, assim, nosso olhar para fontes que, mais próximas

dos canais populares de criação e difusão, sugerem um redimensionamento do já verificado intercâmbio entre cartografia e nacionalismo. E, para além das questões relacionadas aos seus respectivos espaços de concepção e circulação, o material estudado, ao empregar signos alternativos aos tradicionalmente utilizados por mapas políticos, parece ampliar o potencial de relacionamento entre mapas e ideais de nação. É para melhor compreender essas possibilidades que empreendemos uma revisão, nas seções 2.2 e 2.3, dos referenciais disponíveis mais diretamente dedicados tanto às formas de construção coletiva do imaginário nacionalista quanto às suas relações com a cartografia.

A proposta de uma renovada abordagem do tema não pode se esgotar, entretanto, no puro e simples acréscimo de uma nova modalidade de fonte ao que vem sendo, até aqui, aproveitado. Nesse sentido, adaptações metodológicas aparentam ser também recomendáveis, a fim de evitar que alguma parte do que temos como promissor acabe não sendo detectado por meio das ferramentas tradicionais de análise. É por isso que traçamos como objetivos centrais, para o atual estágio de pesquisa, tanto o exame da adequação de uma fonte não convencional ao tema estudado quanto, ainda, o teste da viabilidade de uma metodologia que, alternativamente às tradicionalmente utilizadas, possa ser útil em uma fase de maior aprofundamento do estudo. As escolhas que fizemos nesse sentido são inicialmente apresentadas e justificadas na seção 2.1, descritas em detalhe na seção 2.4 e aplicadas na seção 2.5.

O problema de pesquisa do presente trabalho desdobra-se, assim, em dois questionamentos básicos:

1. Em que sentido os mapas pictóricos dialogam com a cartografia política hegemônica e com suas implicações nacionalistas?
2. O método escolhido é aplicável aos mapas pictóricos de modo a contribuir para a compreensão desse diálogo?

2 – DESENVOLVIMENTO

2.1 – Uma nova modalidade de fonte para o estudo dos nacionalismos

Mapas são onipresentes no cotidiano da modernidade capitalista. Há algum tempo, têm sido amplamente utilizados como ferramentas de orientação geográfica e planejamento espacial, dimensões estas assumidas como fundamentais, tanto por parte de indivíduos, quanto, em especial, por parte do Estado e das corporações. O reconhecimento de uma utilidade estratégica para a cartografia, a propósito, já fez com que esta fosse protegida pelo segredo¹, enquanto que, na atualidade, desperta anseios e receios frente aos desdobramentos que seu controle privilegiado pode engendrar².

O aproveitamento dos mapas é, no entanto, muito mais difundido que, propriamente, problematizado. Abre-se, assim, espaço para potenciais repercussões ideológicas que, considerado tal nível de disseminação incontestada, não podem ser desprezadas. É o que já observaram pesquisadores reconhecidos no campo cartográfico, a começar por John Brian Harley, um dos primeiros a apontar, com maior ênfase, a relação entre mapas e ideologia³. Trabalhos como o dele, entretanto, só vieram a repercutir com algum destaque a partir da década de 1980.

Conforme já foi apontado também por outros estudos, aos quais voltaremos adiante, uma das consequências ideológicas da cartografia moderna pode ser percebida

¹ HARLEY, John Brian. Silences and Secrecy: The Hidden Agenda of Cartography in Early Modern Europe. In: _____ *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.

² BROTTON, Jerry. Informação: Google Earth, 2012. In: _____ *Uma história do mundo em doze mapas*. Trad. Pedro Maia. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

O monopólio do Google em diversos campos, incluindo nas aplicações ligadas à cartografia, vem sendo contestado, inclusive judicialmente. É o que tem sido noticiado por diversos veículos, tais como o *New York Times*:

FISHER, Adam. Google's Road Map to Global Domination. *The New York Times Magazine*, New York, 11 dezembro 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/12/15/magazine/googles-plan-for-global-domination-dont-ask-why-ask-where.html?searchResultPosition=2>. Acesso em 6 de setembro de 2021.

CHEN, Brian X. It's Google's World. We Just Live in It. *The New York Times*. New York, 20 outubro 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/20/technology/doj-google.html>. Acesso em 6 de setembro de 2021.

KANG, Cecilia; McCABE, David; WAKABAYASHI, Daisuke. U.S. Accuses Google of Illegally Protecting Monopoly. *The New York Times*. New York, 20 outubro 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/20/technology/google-antitrust.html>. Acesso em 6 de setembro de 2021.

³ “Through both their content and their modes of representation, the making and using of maps has been pervaded by ideology” (HARLEY, John Brian. Maps, Knowledge, and Power. In: _____ *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001. p. 79).

na configuração e consolidação das diversas formas de nacionalismo. Foi dos caminhos apontados por essas perspectivas que surgiu a reflexão aqui desenvolvida.

A leitura de *Mapas e História*⁴, obra de Jeremy Black, esteve na origem das inquietações que levaram ao nosso problema de pesquisa. Concentrando-se, naquele estudo, em mapas e atlas históricos, Black demonstra o papel desempenhado por essas produções na elaboração e difusão dos nacionalismos, notadamente no século XIX. Para ele, o potencial narrativo de tais criações, aliado a um formato característico de representação, teriam sido especialmente apropriados à fixação de perfis nacionais. Dispostos cronologicamente nos atlas históricos, mapas de territórios nacionais rigorosamente delimitados, distintos dos demais por peculiaridades de formato, localização e coloração gráfica, foram, a partir daquele século, singularizados e naturalizados de modo a reforçar aquela função narrativa⁵. No mesmo sentido, a homogeneização dos espaços internos às fronteiras dos territórios cartograficamente representados serviu, ainda, para ocultar diferenças entre integrantes de cada nação, favorecendo a ideia de unidade homogênea, frequente em perspectivas nacionalistas⁶. Esse formato de representação, conforme constatado por Black, teria se tornado hegemônico no século XIX.

Modelos alternativos, de fato, parecem menos recorrentes entre os mapas produzidos naquela época e ainda preservados. No entanto, uma consulta ao arquivo organizado por David Rumsey⁷ – talvez a maior e, certamente, uma das mais aclamadas coleções disponíveis na atualidade – revela a profusão, na passagem do século XIX para o XX, de material distinto daquele padrão hegemônico. Especialmente nos Estados Unidos – mas não só – parece ter se multiplicado, nesse período, um outro tipo de mapa nacional, preenchido por referências – recorrentemente caricaturais – a paisagens e indivíduos. Essa variante – classificada, na referida coleção e em outros lugares, como

⁴ BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2005.

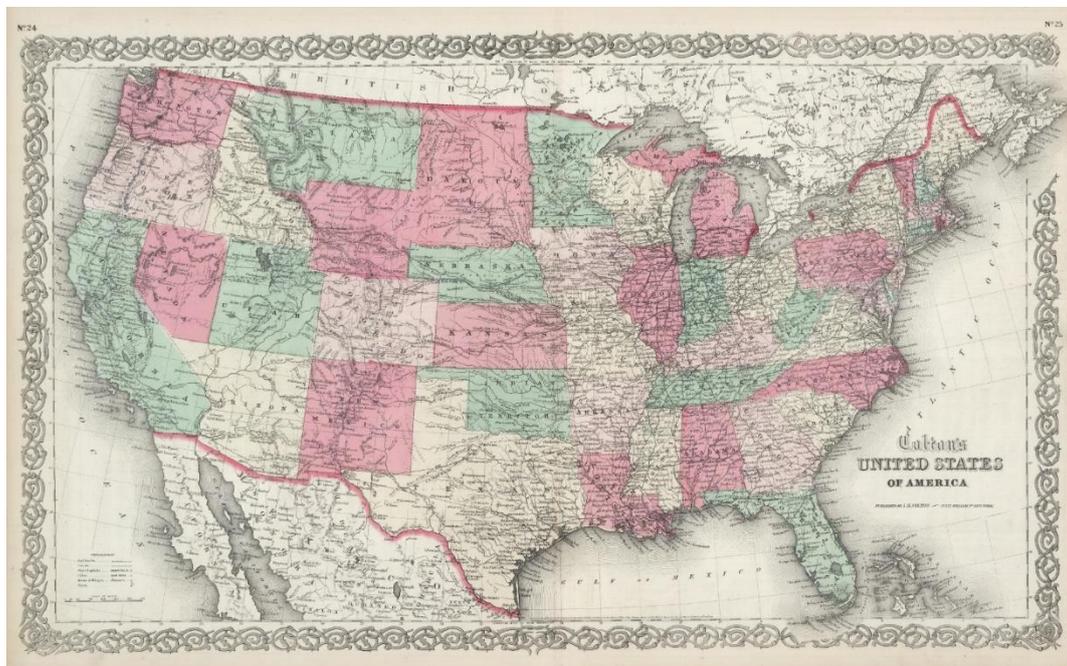
⁵ “O crescimento de estados nacionais e impérios nacionais era tanto causa como consequência de *mentalités* que eram mais focadas na nação, e isso se estendia ao passado, pois as grandezas e pretensões passadas eram componentes cruciais de mitos nacionais, e a continuidade do presente e do passado era acentuada. O desenvolvimento de estados nacionais podia ser demonstrado por meio dos atlas históricos, e os sistemas educacionais nacionais desempenhavam papel importante na propagação de tais obras” (*ibidem*, p. 101).

⁶ “Com exceção de pontos específicos, os atlas históricos do período, com sua ênfase política e seu mapeamento em termos de blocos de território internamente indiferenciados, separados por fronteiras lineares claras, eram conducentes a uma abordagem do passado que focalizava a soberania indivisa e o desenvolvimento do estado” (*ibidem*, p. 102).

⁷ CARTOGRAPHY ASSOCIATES. *David Rumsey Map Collection*. 2021. Disponível em <https://www.davidrumsey.com/>. Acesso em 6 de setembro de 2021.

“mapa pictórico”⁸ – destoa do padrão anterior, mas, ao mesmo tempo, conserva algumas de suas características. Suas possíveis implicações e contribuições para os desdobramentos nacionalistas propiciados por mapas constituem nosso objeto de estudo.

FIGURA 1⁹



⁸ O conceito não parece inequívoco, podendo gerar polemizações. O importante, para nós, é ter presente que referimo-nos a mapas preenchidos com representações gráficas de paisagens e personagens. Stephen Hornsby, em estudo específico, afirma: “pictorial maps formed a distinctive cartographic genre. They were not scientific representations of the Earth’s surface, but artistic renderings of places, regions, landscape, and terrain. They combined map, image, and text, frequently for the purposes of telling a visual story or to capture a sense of place. As a popular art form, pictorial maps appealed to a wide audience” (HORNSBY, Stephen John. *Picturing America: the golden age of pictorial maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017. p. 2).

A página inicial do arquivo de Rumsey chega a contemplar a categoria em questão com um *link* direto para busca. A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, por sua vez, também classifica os mapas pictóricos constantes de seu acervo como categoria específica, conforme confirmado por Ralph Ehrenberg, na posição de chefe da divisão de geografia e mapas daquela instituição (EHRENBERG, Ralph E. Foreword. In: HORNSBY, Stephen John. *Picturing America: the golden age of pictorial maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017).

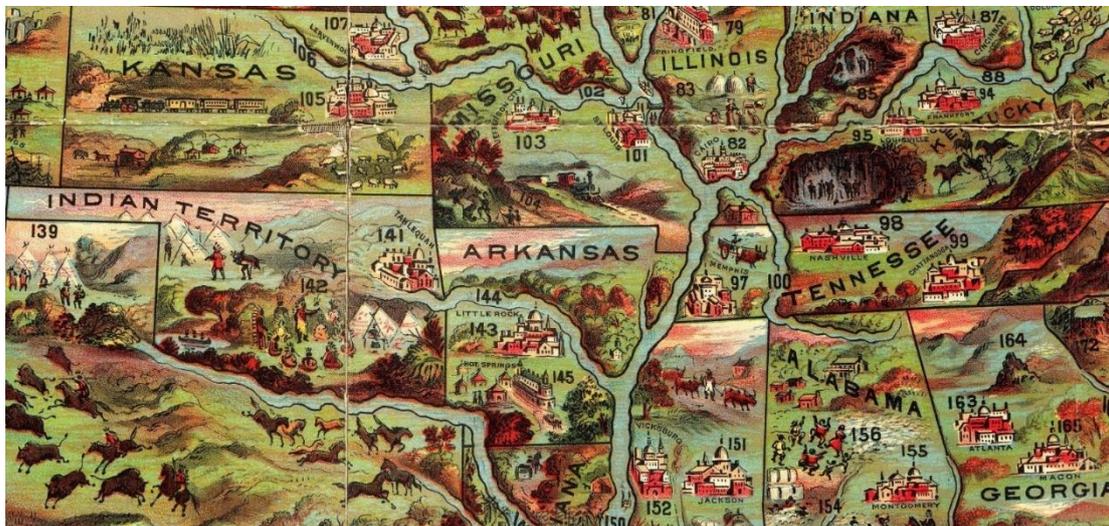
Por fim, outros pesquisadores, como Susan Schulten, também reconhecem a distinção (SCHULTEN, Susan. *A history of America in 100 maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018).

⁹ Um exemplo de mapa político, publicado em 1865 (COLTON, G. W. *United States of America*. [New York], 1865 Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~208613~5003404:United-States-of-America-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:0151022;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=1. Acesso em 6 de setembro de 2021.).

FIGURA 2¹⁰



AMPLIAÇÃO 2.1



¹⁰ Exemplo de mapa pictórico, publicado por volta de 1886, concebido para ilustrar jogo desenvolvido para crianças (AMERICAN PUBLISHING COMPANY, *Rambles Through Our Country*. [Hartford], 1886. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~1258~110056:Rambles-Through-Our-Country-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:3886000:sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=1. Acesso em 6 de setembro de 2021).

Há poucas pesquisas voltadas, especificamente, para as fontes em questão¹¹. A única obra do gênero a que pudemos ter acesso, de autoria do geógrafo Stephen Hornsby¹², reconhece a disseminação, verificável naqueles anos, dos assim chamados mapas pictóricos. Hornsby chega mesmo a identificar, entre as décadas de 1920 e 1960, o que teria sido a “era de ouro dos mapas pictóricos” produzidos nos Estados Unidos¹³.

No entanto, o estudo por ele empreendido pouco avança no sentido de estabelecer alguma relação entre tais mapas e as ideias de nação em voga, naquele tempo, entre os estadunidenses. Embora pouco explorada ali, essa possível aproximação aparenta ser promissora do ponto de vista historiográfico, especialmente se considerarmos a coincidência entre a constatada “era de ouro” e uma fase tida, por diversos pesquisadores dedicados ao estudo dos nacionalismos, como crucial para a configuração de ideais nacionalistas estadunidenses¹⁴. Essa é uma das lacunas que o presente trabalho propõe sanar.

O que pretendemos, neste primeiro contato com os mapas pictóricos, é avaliar a viabilidade de estudos, baseados nesse material, que sejam voltados para as formas de nacionalismo concebidas nos Estados Unidos, ao longo daquelas primeiras décadas do século XX. Tratando-se de categoria de fontes de uso pouco comum, será necessário

¹¹ O catálogo Worldcat elenca poucas menções explícitas à palavra-chave “mapa pictórico”, buscada também em língua inglesa. Além do trabalho de Stephen Hornsby (HORNSBY, op. cit.), apenas um outro – *Pictorial Maps*, de Nigel Holmes, publicado em 1992 – ao qual não pude ter acesso, parece lidar diretamente com o gênero cartográfico aqui estudado.

A propósito, Hornsby constatou: “the dominance of scientific mapping in Western culture has meant that pictorial maps have been largely ignored” (*ibidem*, p. 2).

¹² *Ibidem*.

¹³ “From the 1920s to the 1960s, American popular culture and commercial mapmaking intersected to produce a remarkably creative period in the history of Western cartography. During those years, dozens of graphic artists and cartographers created thousands of pictorial maps depicting the history, geography, and culture of the United States and lands overseas. No other country produced the quantity, quality, and variety of pictorial maps that the United States did. Although now little known, pictorial maps were enormously popular during their heyday, decorating homes, schools, and clubs; appearing in books, magazines, and newspapers; and circulating as tourist guides and advertising brochures. The maps reflected American culture [...]. By World War II, pictorial maps had created a powerful visual image of the United States and were beginning to reimagine the look of the world for a mass consumer audience” (*ibidem*, p. 1).

¹⁴ Diversos aspectos conjunturais, presentes na primeira metade do século XX, teriam contribuído para essa configuração. As guerras mundiais, por exemplo, teriam sido importantes para o fortalecimento de perspectivas nacionalistas unificadoras, utilizadas para descaracterizar e desqualificar a luta de classes, conforme observou Howard Zinn (ZINN, Howard. *A people's history of the United States: 1492-present*. New York: HarperCollins Publishers, 2003). Atento àquele mesmo período, Perry Anderson, por sua vez, destaca a reorientação da política externa estadunidense, com a construção – cristalizada durante a Segunda Guerra Mundial – de um consenso nacionalista em torno de formas de imperialismo alternativas às anteriormente praticadas (ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Trad. Georges Kormikiaris. São Paulo: Boitempo, 2015). Por fim, Gary Gerstle, em estudo especificamente voltado para as formas étnicas de nacionalismo presentes nos Estados Unidos, constata a ascensão, naquelas mesmas décadas, de perspectivas nacionais fundadas em critérios raciais, mesmo quando relativizadas pelo discurso cívico (GERSTLE, Gary. *American Crucible: race and nation in the twentieth century*. Princeton: Princeton University Press, 2017).

recorrer a metodologia de pesquisa também pouco usual em termos historiográficos. Escolhemos, para esses fins, aproveitar preceitos e métodos desenvolvidos pelo que se entende por “Cartografia Crítica”, linha de estudo voltada para o papel ideológico incorporado pelos mapas e, geralmente, ocultado por sua respectiva cientificidade. Entretanto, sendo os mapas pictóricos desprovidos, a princípio, de comprometimento científico, a compatibilidade entre a referida forma de abordagem e os nossos propósitos específicos também precisa ser, aqui, avaliada. Seriam os preceitos da cartografia crítica aplicáveis, afinal, também aos mapas pictóricos?

Conforme anteriormente adiantado, nossos objetivos são aferir tal aplicabilidade em termos compatíveis à temática aqui explorada e, concomitantemente, identificar contatos entre mapas pictóricos, mapas políticos e nacionalismo, possibilitando, assim, o aprofundamento posterior de alternativas de pesquisa derivadas dessas relações. Estaremos, portanto, mais dedicados à sinalização de pontos de partida que, propriamente, de linhas de chegada. Assim procedendo, preparamos terreno para novos trabalhos, a serem empreendidos em melhores condições de tempo e espaço, quando pudermos contar, sobretudo, com uma maior familiaridade com o material consultado e os métodos de análise a ele adequados.

2.2 – Cartografia e nacionalismo

Conforme nota Craig Calhoun, as ideias de nação e nacionalismo são construções discursivas, estando suas definições em permanente disputa¹⁵. Enquanto tal, envolvem conceitos que, embora instáveis e diversificados¹⁶, tão frequentemente terminam postos

¹⁵ “Nationalism is, among other things, what Michel Foucault called a 'discursive formation', a way of speaking that shapes our consciousness, but also is problematic enough that it keeps generating more issues and questions, keeps propelling us into further talk, keeps producing debates over how to think about it. The issue is not only whether participants use a specific term. It is, rather, whether participants use a rhetoric, a way of speaking, a kind of language that carries with it connections to other events and actions, that enables or disables certain other ways of speaking or acting, or that is recognized by others as entailing certain consequences” (CALHOUN, Craig J. *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. p. 3).

¹⁶ “At the level of practical activity, there are many diverse nationalisms; the idea of nation is integral to many different aspects of how we understand the world, to sharply contrasting state policies, and to widely varying social movements. Explanations of each case must draw on at least partially different variables, rooted in specific histories and other causal factors such as the politics of state elites or the dynamics of social movements. Structural factors, from the growth of state power to the globalization of capitalism, may create conditions that nationalist discourse is used to grasp. But use of the discourse of nationalism is partially autonomous from these specific instances and contributing factors, and links otherwise disparate phenomena in significant ways.

An enormous range of otherwise different movements, ideologies, policies, and conflicts are constituted in part through the use of terms like 'nation', 'national', 'nationality', 'nation-state', and 'national interest'. [...] Thus Breton separatism, Pan-Arab nationalism and the declarations of Chinese student protesters that they were willing to die for the future of China each arise in different historical trajectories and from different

como perenes e absolutos, especialmente quando apropriados pelos próprios nacionalistas¹⁷. Trata-se, portanto, de campo de estudo arriscado para os que procuram rigor científico na precisão conceitual. Ao contrário, parece estar justamente na fluidez a sua principal chave explicativa¹⁸.

O recurso ao vocabulário nacionalista costuma levar, entretanto, a repercussões bastante concretas, observáveis em diversos espaços, tanto no passado quanto no tempo presente, bem como, certamente, responder a situações práticas, as quais também podem ser sensivelmente palpáveis¹⁹. Embora tenham, em certo momento, aparentado estar em franco declínio²⁰ e a caminho do abandono, as construções históricas nacionalistas permanecem latentes, mesmo quando a instabilidade de suas estruturas sugere um iminente descarte. É como se, ao argumento nacionalista, bastasse estar disponível para ser potencialmente relevante.²¹

circumstances, but are joined by the use of a common rhetoric. [...] It is impossible to define the commonalities of these diverse forms of nationalism by a single explanatory variable - such as state building, industrialization, unequal economic development, or resentment. What is general is the discourse of nationalism” (*ibidem*, p. 21-22).

¹⁷ “But it is also crucial to recognize that nationalism works, in part, because national identities and the whole rhetoric of nationalism appear commonly to people as though they were always already there, ancient, or even natural” (*ibidem*, p. 12).

¹⁸ Eric Hobsbawm cita curiosa constatação de Walter Bagehot, que, no século XIX, referindo-se ao conceito de nação, notou que “sabemos o que é quando não somos perguntados, mas não podemos rapidamente defini-la ou explicá-la” (HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 11). Na mesma linha, Anthony Smith cita avaliação de Charles Tilly, acerca do mesmo conceito: “one of the most puzzling and tendentious items in the political lexicon” (SMITH, Anthony D. *Nationalism: Theory, Ideology, History*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2010. p. 21).

¹⁹ Em seis de janeiro do corrente ano de 2021, por exemplo, uma multidão invadiu o Capitólio, nos Estados Unidos, com o intuito de impedir a ratificação do resultado de uma eleição presidencial. Embora tenham sido mal sucedidos em seu intento imediato, recuando dentro de algumas horas, a simples audácia e dimensão do ato a que se propuseram revela convicção e uma profunda intransigência. Além de armas de fogo, portavam faixas com a palavra de ordem nacionalista “Make America great again”.

²⁰ Embora com ressalvas enfáticas, foi o que observou, por exemplo, Eric Hobsbawm, em 1985: “Como sugeri, ‘nação’ e ‘nacionalismo’ não são mais termos adequados para descrever as entidades políticas descritas como tais, e muito menos para analisar sentimentos que foram descritos, uma vez, por essas palavras. Não é impossível que o nacionalismo irá declinar com o declínio do Estado-nação, sem o que ‘ser’ inglês, ou irlandês, ou judeu, ou uma combinação desses todos, é somente um dos modos pelos quais as pessoas descrevem suas identidades, entre muitas outras que elas usam para tal objetivo, como demandas ocasionais. Seria absurdo reivindicar que esse dia está próximo. No entanto, espero que ao menos possa ser imaginado. Apesar de tudo, o próprio fato de que historiadores estão ao menos fazendo alguns progressos no estudo e análise das nações e do nacionalismo sugere que, como é frequente, o fenômeno já passou do seu apogeu. A coruja de Minerva que traz sabedoria, disse Hegel, voa no crepúsculo. É um bom sinal que agora está circundando ao redor das nações e do nacionalismo” (*idem*, p. 208).

²¹ Calhoun aponta que, embora seja um equívoco tratar as nações como, primordialmente, pré-concebidas em relação a suas efetivas aplicações, é justamente no reconhecimento tácito de pressuposições como essa que tais comunidades buscam fundamento prático, o que não apenas leva a evidentes repercussões ideológicas como permite, ainda, que se institucionalize para o futuro o que é historicamente datado: “O terceiro equívoco talvez seja expresso com mais facilidade, embora seja difícil lidar com ele em termos teóricos. Trata-se da noção de que as nações sempre estão disponíveis para projetos políticos como seus antecedentes pré-políticos. Em outras palavras, a idéia de ‘nação’ é fundamental para a idéia de ser ‘o povo’ a fonte da legitimidade política. Portanto, longe de estar em nítida oposição à democracia, ela é sob muitos

Por outro lado, a imprecisão conceitual à qual nos referimos traz outras implicações, a serem consideradas e ressalvadas. Um dos mais citados estudiosos do campo em questão, Anthony Smith, constatou que, já no final do século XX, as formulações teóricas disponíveis, no que se refere ao nacionalismo enquanto objeto de pesquisa, permaneciam modestas e carentes de sistematização, mesmo com a multiplicação e a diversificação – observáveis, a partir de então – de estudos dedicados a questões pontuais relacionadas à temática²². Tal avaliação, aliás, persiste para o período mais recente²³. Sendo assim, não há como tratar do tema e de seus desdobramentos sem, por um lado, assumir o desafio de lidar com referenciais esparsos, bem como, por outro, aceitar como inevitáveis as diversas arestas que ficarão pelo caminho. O tratamento de um recorte específico acaba passando, assim, pelo sacrifício de uma reflexão mais ampla e ainda pendente, eis que esta, mesmo mal-acabada no ponto de partida, terá que sustentar o resultado. Semelhantes improvisos devem ser, de saída, reconhecidos e enfatizados em

aspectos uma de suas condições. A idéia de nação colabora com a teoria (e com a prática) política democrática, de um modo que é difícil que a maior parte dos democratas reconheça abertamente. Por exemplo, ela responde à questão do motivo pelo qual pessoas específicas, em um lugar específico, se beneficiam dos direitos supostamente universais identificados pelos teóricos democráticos. [...] Confiar, pelo menos tacitamente, na idéia de ‘nação’ para uma explicação dos motivos pelos quais determinadas pessoas se consideram irmanadas como o ‘povo’ de um determinado Estado cumpriu historicamente a dupla tarefa de explicar a lealdade básica de cada um para com todos dentro do Estado e a legitimidade de tratar com indiferença ou discriminar os que estiverem de fora. Discussões liberais sobre cidadania e obrigação política contaram com a suposição preliminar de uma nacionalidade comum para minimizar questões perturbadoras quanto a solidariedades intermediárias de natureza étnica ou não (ou ainda relegá-las a serem tratadas como casos especiais).” (CALHOUN, Craig. O nacionalismo importa. In: PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 46-47).

Calhoun sustenta, a propósito, que a própria disponibilidade da retórica nacionalista compõe a dinâmica de construção discursiva das nações: “while nationalism is often rooted in old identities, it is also occasioned by new opportunities and pressures, and facilitated by the availability of an international rhetoric within which to shape claims both for the world’s attention and the loyalty of citizens” (CALHOUN, *Nationalism*, p. 17).

²² “It has indeed become quite impossible to keep abreast of the tide of publications in the field.

Yet for all this scholarly activity, the theory of nations and nationalism has been much less well served. There was, it is true, a renewed interest in theory construction and in general perspectives in the later 1970s and early 1980s, but, as I hope to show, recent years have seen a turning away from attempts to provide overall theoretical accounts of nations and nationalism. Compared to the 1950s and 1960s—the period to which I devoted attention in my first overview of theories of nationalism—there has been a marked increase in the number of general approaches and theories. But, given the very few examples of general approaches and theories in that early period, the production of original theories and approaches still remains relatively modest compared to the veritable outpouring of other kinds of study in the field” (SMITH, Anthony D. *Nationalism and Modernism: a critical survey of recent theories of nations and nationalism*. New York: Routledge, 1998. p. XI-XII).

²³ “I am not claiming for nationalism any significant degree of intellectual coherence, let alone the tradition of philosophical engagement characteristic of other modern political traditions such as liberalism or socialism. Nevertheless, even if it lacked great thinkers, nationalism – or perhaps we should say, the concept of the nation – has attracted considerable numbers of influential intellectuals – writers, artists, composers, historians, philologists, educators – who have devoted their energies to discovering and representing the identities and images of their respective nations” (SMITH, *Nationalism*, p. 13).

qualquer estudo que se volte para nações e nacionalismos. Apesar das limitações – ou justamente em função delas – esse cenário revela e reforça as justificativas para o empenho historiográfico, mantendo-o válido e desejável.²⁴

A nós interessa enfatizar a abordagem proposta por Calhoun, por dois motivos: por um lado, a percepção do caráter discursivo das nações e nacionalismos transforma essas limitações conceituais em trunfos para o historiador, na medida em que valoriza as próprias dinâmicas de construção e adaptação aplicadas a tais conceitos ao longo do tempo; por outro, como destacaremos adiante, a própria cartografia funciona, historicamente, como ferramenta discursiva. A fim de evitar a perda das vantagens daí decorrentes e admitindo não haver, no presente trabalho, espaço para considerações pormenorizadas acerca desse debate conceitual, que é essencialmente inconcluso, adotamos conceitos amplos para nação e nacionalismo, ressaltando, sempre, sua própria instabilidade.

Ainda assim, mesmo tendo sempre ressaltada aquela instabilidade conceitual, convém marcar pontos de partida, a fim de melhor situar o objeto de nossa reflexão. Para isso, podemos tomar emprestadas as definições propostas por Anthony Smith para nação e nacionalismo, as quais escolhemos justamente por contemplarem a amplitude conceitual que buscamos, além de serem, ainda, compatíveis com os processos de construção que constituem nossa preocupação central.

Para Smith, nações podem ser definidas como coletividades que compartilham, em variados graus e de modo não necessariamente exaustivo, traços culturais, institucionais, históricos e mitológicos, articulados, por sua vez, a uma dada terra natal, a qual pode ser ocupada, lembrada ou desejada, tanto física quanto espiritualmente. Já os nacionalismos, por seu turno, seriam movimentos ideológicos voltados para a afirmação e a manutenção da autonomia de dadas concepções de nação, postas por seus respectivos adeptos ou idealizadores como portadoras de uma identidade homogênea, a ser também preservada. Há registros de grupos nacionais em diversas configurações, cada uma delas observável, com exemplos especificamente datáveis, em períodos históricos também variáveis, o que evidencia sua instabilidade. Tal não ocorre da mesma forma com os nacionalismos, que, embora também diversificados, correspondem a construções restritas

²⁴ “There are no easy solutions in this much-disputed field of study, and it would be idle to pretend that we are on the verge of some general consensus. At the same time, we possess today much more information about specific cases and the role of various factors on which to base our discussions and disagreements; and that in itself allows a clearer view of the field and its problems, and hence of the tasks ahead” (*ibidem*, p. 15).

a períodos mais recentes, sendo conhecidos apenas exemplos verificáveis a partir do que é, geralmente, qualificado como modernidade. Isso não quer dizer, no entanto, que nações e nacionalismos interajam de modo ordenado, linear ou consecutivo, não havendo, assim, qualquer sequência fundamental, a ser invariavelmente observada quando de suas respectivas configurações. Nesse sentido, o caráter nacional atribuído a uma dada comunidade – seja tal atribuição feita por seus próprios integrantes ou, ainda, por terceiros que queiram individualizar tal grupamento humano – não deriva, fundamentalmente, de um respectivo nacionalismo prévio, nem, em sentido contrário, constitui pré-requisito essencial para que esse mesmo nacionalismo venha a ser gerado. Nações podem, assim, tanto servir de base para nacionalismos como, ainda, a partir destes últimos serem concebidas.²⁵

A busca por parâmetros conceituais como esses, entretanto, embora forneça-nos algum apoio, é insuficiente para levar-nos além da simples – embora fundamental – constatação do caráter complexo e instável das relações postas em termos nacionalistas. Uma melhor compreensão dos propósitos e efeitos dessas relações, sejam eles premeditados, conscientes ou não, parece passar, como já destacamos, mais pelo exame da sua dinâmica de formação e manutenção que, propriamente, pela avaliação de sua adequação a modelos conceituais. E é por isso que, neste momento, interessa-nos mais a dinâmica de construção e propagação dos imaginários ligados a nações e nacionalismos que, propriamente, os conceitos atribuídos a estas categorias.

Dentre os esforços de entendimento dessa dinâmica, o trabalho de Benedict Anderson é um dos mais conhecidos. Em *Comunidades Imaginadas*²⁶, Anderson

²⁵ “It was really only during the last century that the term nationalism acquired the range of meanings that we associate with it today. Of these usages, the most important are: (1) a process of formation, or growth, of nations; (2) a sentiment or consciousness of belonging to the nation; (3) a language and symbolism of the nation; (4) a social and political movement on behalf of the nation; (5) a doctrine and/or ideology of the nation, both general and particular.

[...]Nationalism is an ideology that places the nation at the centre of its concerns and seeks to promote its well-being. But this is rather vague. We need to go further and isolate the main goals under whose headings nationalism seeks to promote the nation’s well-being. These generic goals are three: national autonomy, national unity and national identity, and, for nationalists, a nation cannot survive without a sufficient degree of all three. This suggests the following working definition of nationalism: ‘An ideological movement for attaining and maintaining autonomy, unity and identity for a population which some of its members deem to constitute an actual or potential “nation”.’ [...] The definition I am proposing presupposes a concept of the ‘nation’, but it does not suggest that nations exist prior to ‘their’ nationalisms” (SMITH, *Nationalism*, p. 16-20).

“I propose to define the concept of nation as ‘a named human community residing in a perceived homeland, and having common myths and a shared history, a distinct public culture, and common laws and customs for all members’” (*ibidem*, p. 25).

²⁶ ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

demonstra, fundamentalmente, a importância da circulação simultânea de ideias, por meio impresso, para que a imaginação coletiva elabore e propague formatos de nação²⁷.

O processo aí envolvido esteve, já originalmente, profundamente relacionado às dinâmicas do mercado editorial, o que induziu sua diversificação regional, consideradas, por um lado, a multiplicidade linguística, e, por outro, a vantagem comercial que um mercado consumidor monoglota, mesmo que circunscrito, poderia proporcionar²⁸. Do diálogo entre a reprodutibilidade de textos e seu respectivo aproveitamento comercial teriam derivado línguas e linguagens padronizadas, a serem criadas, pautadas e reivindicadas por grupos distintos, para cuja instituição aqueles próprios idiomas haviam, em via de mão dupla, contribuído.

Não se trata, como o próprio Anderson ressaltou, de circunstâncias unívocas, diretas ou fatalistas em seus efeitos²⁹. Em vez de isoladamente determinante para a

²⁷ “Basicamente, sustentei que a própria possibilidade de imaginar a nação só surgiu historicamente quando, e onde, três concepções culturais fundamentais, todas muito antigas, perderam domínio axiomático sobre a mentalidade dos homens. A primeira delas é a ideia de que uma determinada língua escrita oferecia um acesso privilegiado à verdade ontológica, justamente por ser parte indissociável dessa verdade. [...] A segunda é a crença de que a sociedade se organizava naturalmente em torno e abaixo de centros elevados – monarcas à parte dos outros seres humanos, que governavam por uma espécie de graça cosmológica (divina). [...] A terceira é uma concepção da temporalidade em que a cosmologia e a história se confundem, e as origens do mundo e dos homens são essencialmente as mesmas. Juntas, essas ideias enraizavam profundamente a vida humana na própria natureza das coisas, conferindo um certo sentido às fatalidades diárias da existência (sobretudo a morte, a perda e a servidão) e oferecendo a redenção de maneiras variadas. O declínio lento e irregular dessas convicções mutuamente entrelaçadas, primeiro na Europa Ocidental e depois em outros lugares, sob o impacto da transformação econômica, das ‘descobertas’ (sociais e científicas) e do desenvolvimento de meios de comunicação cada vez mais velozes, levou a uma brusca clivagem entre cosmologia e história. Desse modo, não admira que se iniciasse a busca, por assim dizer, de uma nova maneira de unir significativamente a fraternidade, o poder e o tempo. O elemento que talvez mais catalisou e fez frutificar essa busca foi o capitalismo editorial, que permitiu que as pessoas, em números sempre maiores, viessem a pensar sobre si mesmas e a se relacionar com as demais de maneiras radicalmente novas” (*Ibidem*, p. 69-70).

²⁸ “O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana. O elemento da fatalidade é essencial. Pois, por mais que o capitalismo fosse capaz de proezas extraordinárias, ele enfrentava dois adversários ferrenhos na morte e nas línguas. As línguas particulares podem morrer ou ser exterminadas, mas não havia e não há nenhuma possibilidade de uma unificação linguística geral da humanidade. No entanto, historicamente, essa mútua incomunicabilidade não foi de grande importância até o momento em que o capitalismo e a imprensa criaram públicos leitores de massa e monoglotas.

[...] O essencial é a interação entre fatalidade, tecnologia e capitalismo. Na Europa anterior à imprensa e, claro, em todo o resto do mundo, a diversidade das línguas faladas, aquelas que forneciam a trama e a urdidura da vida de seus usuários, era imensa; tão imensa, de fato, que se o capitalismo editorial tivesse tentado explorar cada mercado vernacular em potencial, teria adquirido dimensões minúsculas. Mas esses idioletos variados podiam ser montados, dentro de certos limites, como línguas impressas de número muito mais reduzido. A própria arbitrariedade de qualquer sistema de signos para os sons facilitava o processo de montagem. [...] Nada serviu melhor para ‘montar’ vernáculos aparentados do que o capitalismo, o qual, dentro dos limites impostos pela gramática e pela sintaxe, criava línguas impressas, reproduzidas mecanicamente, capazes de se disseminar através do mercado”. (*Ibidem*, p. 78-79).

²⁹ “Mas é evidente que, embora quase todas as nações – e também estados nacionais – modernas, que se concebem como tais, atualmente tenham ‘línguas impressas nacionais’, muitas delas compartilham uma

institucionalização das nações, em seu sentido moderno, o “capitalismo editorial” teria, na verdade, possibilitado os processos aí envolvidos, abrindo espaço para dinâmicas coletivas cruciais, tanto para o surgimento quanto para a consolidação dessas comunidades. Afinal, jornais e romances, sintonizados e reunidos por calendários e espaços comuns, teriam propiciado a plataforma básica para a imaginação simultânea e circunscrita das distintas identidades nacionais³⁰. Estas, por sua vez, reconhecíveis e disponíveis, transformar-se-iam em ferramentas de mobilização política de uso recorrente, incorporadas à modernidade capitalista como uma de suas unidades ideológicas fundamentais³¹.

Na segunda edição de *Comunidades Imaginadas*, Anderson enriqueceu seu argumento, passando a reconhecer outros veículos de imaginação nacional, alternativos aos textos impressos. Censos, mapas e museus foram por ele incorporados como mecanismos de formação e circulação dos ideários nacionais. Esses acréscimos evidenciam, para além de uma proposta de aprofundamento da reflexão geral, uma deliberada disposição no sentido de corrigir as limitações dessa reflexão, notadamente no que se refere à centralidade do papel por ela atribuído, originalmente, à escrita. Afinal, quando aplicada a sociedades com níveis de alfabetização e padronização linguística

mesma língua, e, em outros casos, apenas uma fração minúscula da população ‘usa’ a língua nacional na fala ou na escrita. [...] Em outras palavras, a formação concreta dos Estados nacionais contemporâneos não guarda nenhuma relação isomórfica com o campo de abrangência das línguas impressas específicas. Para explicar a descontinuidade e a inter-relação entre as línguas impressas, a consciência nacional e os Estados nacionais, cumpre observar o grande conjunto de novas entidades políticas que surgiram no hemisfério ocidental entre 1776 e 1838” (*ibidem*, p. 82-83).

Mais adiante, ainda em *Comunidades imaginadas*, sobretudo nos capítulos 4 (“Velhas línguas, novos modelos”), 5 (“Imperialismo e nacionalismo oficial”) e 6 (“A última onda”), Anderson observa como os modelos desenvolvidos, naquela passagem do século XVIII para o XIX, teriam influenciado novos processos de imaginação nacional, que viriam a ser impulsionados tanto por governos quanto por grupos sociais diversos.

³⁰ Citando Walter Benjamin, Anderson observa que “A nossa concepção de simultaneidade levou muito tempo para ser preparada, e não há dúvida de que o seu surgimento está ligado, de maneiras que ainda precisam ser estudadas mais a fundo, ao desenvolvimento das ciências seculares. Mas é uma concepção de importância tão fundamental que, se não for levada na devida conta, teremos dificuldade em investigar a obscura gênese do nacionalismo. O que ocupou o lugar da concepção medieval da simultaneidade-aolongo-do-tempo é, recorrendo novamente a Benjamin, uma ideia de ‘tempo vazio e homogêneo’, em que a simultaneidade é, por assim dizer, transversal, cruzando o tempo, marcada não pela prefiguração e pela realização, mas sim pela coincidência temporal, e medida pelo relógio e pelo calendário. Entenderemos melhor por que essa transformação foi tão importante para a gênese da comunidade imaginada da nação se considerarmos a estrutura básica de duas formas de criação imaginária que floresceram pela primeira vez na Europa durante o século XVIII: o romance e o jornal. Pois essas formas proporcionaram meios técnicos para ‘representar’ o *tipo* de comunidade imaginada correspondente à nação” (*ibidem*, p. 54-55).

³¹ “Resta apenas enfatizar que a fixação e a obtenção de um estatuto diferenciado das línguas impressas foram, em suas origens, processos inconscientes que resultaram da interação explosiva entre o capitalismo, a tecnologia e a diversidade linguística humana. Mas, como tantas outras coisas na história do nacionalismo, uma vez estando ‘lá’, elas puderam se converter em modelos formais a serem imitados e, quando fosse o caso, conscientemente explorados num espírito maquiavélico” (*ibidem*, p. 81)

apenas incipientes, a argumentação de Anderson perde vigor, caso não abarque veículos de construção de significado alternativos ao vernáculo.³²

A inclusão da cartografia assume, aqui, interesse especial³³, notadamente se considerada a potencialidade de suas estreitas relações com o capitalismo editorial. Embora não chegue a fechar, de modo inequívoco, esse circuito, Anderson percebe sua identificação parcial por parte de estudos formulados a partir da década de oitenta, com destaque para a pesquisa de Thongchai Winichakul³⁴. Pioneiro, no que se refere à aproximação entre imaginação nacional e cartografia, o trabalho de Winichakul apontou para via de interpretação que inspiraria estudos posteriores.

Examinando a aplicação dada a mapas territoriais tailandeses, produzidos localmente ao longo dos séculos XIX e XX, Winichakul percebeu o aproveitamento dos mesmos na construção discursiva de uma identidade nacional siamesa e, posteriormente,

³² “This view of the nation as primarily a text and discourse inevitably suggests a leading causal role for print technology and print-capitalism, one which leaves little room for other modes of cultural representation and omits other vital factors in the rise of nations and the spread of nationalism. Now the rise of reading publics through the dissemination of print vernaculars undoubtedly had a special importance in various parts of Europe in the nineteenth century, notably in bringing to the fore the various intelligentsias who rediscovered and reconstructed the past or pasts of the nation-to-be. But it would be a mistake to overgeneralise the role of the printed word. Anderson himself is well aware of its secondary role in Latin America, and we can point to many cases in Africa and Asia where literacy, and hence the power of the printed word, was confined to a very small stratum of the designated population. Even in Europe, literacy was often confined to small coteries of intellectuals and upper classes; many more Italians joined and fought in the Risorgimento wars than could read and write (let alone in [Tuscan] Italian). The portrayals of the nation that stirred people into action were oral, audial and visual rather than literary, a matter of symbols, songs, images, reports and rituals. It was the nationalists who, on coming to power, set about educating their populations and turning them into citizens of the nation”. (SMITH, *Nationalism and Modernism*, p. 138-139).

³³ O próprio Craig Calhoun reconhece a importância desse papel desempenhado, pelo elemento cartográfico, na configuração das formas discursivas nacionalistas. É por meio de tal constatação, inclusive, que ele inicia a exposição do argumento central de seu estudo dedicado aos nacionalismos: “Even when we stay at home, the idea of nations is basic to our mental picture of the world as a map. But the globe has not always been divided into the patchwork quilt of differently coloured countries shown on today’s maps. Making maps this way, with sharp borders between countries and an attempt at a ‘bird’s eye’ view from above, is a modern practice. [...] In the seventeenth and especially in the eighteenth centuries, maps began commonly to represent the world as divided neatly into territories with clear borders rather than vague frontiers. This reflected not only the Enlightenment passion for clarity but the increasing division of the world into the dominions of different European states, and the closely related policing and even militarization of borders. The idea of a world divided naturally into discrete nations, each linked to a distinctive political unit or state, was central to this transformation. [...] Map-making and nationalism reflected both the new internal unity and the clearer borders. [...] These new technologies wet hand in hand with the pursuit of precision, and futhered the development of an idea of neatly divided territories, whose borders distinguished not only governments but cultures, each presumed to be discrete. The printed word helped to encourage internal standardization of language and, with mass readerships in the nineteenth century, of other features of increasingly ‘national’ cultures. Aided by new printing techniques, maps also became more widely available and more a part of the construction of everyday consciosness both of one’s own country and of its situation in relation to the rest of the world-system of nation-states (CALHOUN, *Nationalism*, p. 12-16).

³⁴ WINICHAKUL, Thongchai. *Siam Mapped: A History of the Geo-Body of a Nation*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1994.

tailandesa³⁵. Fruto de influências cartográficas inglesas e francesas – as quais estimularam a adaptação das concepções de soberania tradicionais, reconhecidas pela monarquia siamesa, às noções Ocidentais de território geográfico –, o mapa territorial siamês teve suas fronteiras delineadas de modo cada vez mais rígido, possibilitando a fixação simbólica do que Winichakul chamou “*Geo-Body*”. Assimilado, em seu uso corriqueiro, como símbolo da nação, tal mapa territorial pôde assumir a posição de ferramenta política discursiva. Tratado como logomarca, o desenho do mapa nacional aí concebido foi, assim, levado ao nível da bandeira enquanto marca distintiva do Sião e, após, da Tailândia.³⁶

O uso de *logomapas*³⁷ como símbolos nacionais não está restrito àquelas paragens. Pode ser percebido por toda parte, bastando, para isso, um breve recurso à memória. Mapas não só costumam ser utilizados tal qual bandeiras, como podem ser vistos, até mesmo, ostentados por elas próprias³⁸. De modo geral, mapas nacionais estão presentes, corriqueiramente, tanto em repartições públicas quanto em escolas, manifestações artísticas ou campanhas publicitárias. Mesmo assim, sua importância direta para o processo de formação e consolidação das identidades nacionais permaneceu, por um bom tempo, virtualmente ignorada por estudiosos das diversas formas de nacionalismo.

Tal associação esteve ausente, inclusive, do trabalho dos próprios geógrafos. Também para a Geografia, como em diversas outras áreas de conhecimento, métodos e parâmetros de linguagem, cientificamente reconhecidos, foram fixados entre os séculos XIX e XX. Buscando afirmar seu estatuto científico, a Geografia não esteve imune às

³⁵ Em 1939, o que era Sião tornou-se Tailândia, em consequência da revolução de 1932, que derrubara a monarquia absolutista até então em vigor (*ibidem*, p. 150).

³⁶ “The geo-body actively takes part in generating new ideas, new values, and new culture even beyond its primary task of spatial definition.

The role of the map of Siam has been similarly active not only in representing the territory of Siam but in conveying other meanings and values as well. A map is frequently used to represent nationhood – to arouse nationalism, patriotism, or other messages about the nation [...].

As a symbol of nationhood, the map of Siam has become one of the most popular logos for organizations, political parties, business firms, and trademarks. The use of a map may become more serious if it is indispensable for conveying the proper message of a particular symbol or is designed to arouse sentimental effects” (*ibidem*, p. 136-137).

³⁷ É como Benedict Anderson se refere ao que Winichakul definiu como *Geo-Body*, ou seja, o mapa nacional constituído enquanto símbolo, transformável em logomarca: “Na sua forma final, todos os dados explicativos podiam ser sumariamente removidos: as linhas de latitude e longitude, os nomes dos lugares, os símbolos dos rios, dos mares e das montanhas, e os *vizinhos*. Puro signo, não mais bússola para o mundo. Com esse formato, o mapa ingressou numa série que podia ser reproduzida ao infinito, podendo ser transferido para cartazes, selos oficiais, cabeçalhos, capas de revistas e manuais, toalhas de mesa e paredes de hotéis. Imediatamente identificável, visível por toda parte, o mapa-logo penetrou fundo na imaginação popular, formando um poderoso emblema para os nacionalismos” (ANDERSON, *op. cit.*, p. 241-242).

³⁸ A bandeira de Chipre é um exemplo.

tendências positivistas, hegemônicas à época³⁹. Adequando seu trabalho àquelas tendências, cartógrafos adotaram, estabeleceram e consolidaram critérios que fossem, ali, majoritariamente aceitos como válidos. Desde que orientada por essas diretrizes e, portanto, quando reconhecida cientificamente, a cartografia passou a ser vista como forma de representação empiricamente pura e imparcial da realidade⁴⁰. Um bom mapa seria, assim, um retrato da verdade, estando, regularmente, livre de questionamentos prévios ou diretos, ficando estes, quando presentes, reservados apenas aos dados “retratados”, sem considerar o potencial para indução de significados proporcionado pela própria cartografia.⁴¹

Embora o estatuto científico emprestasse a mapas autoridade e poder discursivo, as repercussões políticas e ideológicas que daí decorrem levariam décadas para serem mais detidamente estudadas. Apenas em meados dos anos oitenta, no último século, a questão ganharia maior destaque em meios acadêmicos. Partindo do trabalho de John Brian Harley, estruturou-se um campo de estudo dedicado à desconstrução crítica do que fora, desde o século XIX, hegemonicamente tido como cartografia científica válida.

Demonstrando-se a função discursiva das formas cartográficas de linguagem, seu papel na formulação de identidades poderia ser apontado de modo mais incisivo⁴². Dentre os geógrafos, Denis Wood esteve entre os que destacaram tal relação com maior ênfase⁴³.

³⁹ Referindo-se à atmosfera estadunidense da passagem do século XIX para o XX, Susan Schulten anota: “Rather than just a tool of exploration and mapping or a collection of curiosities, geography was – in the eyes of its practitioners – a structured discipline with a delineated scope and method. Geography’s new challenge was to use, rather than to collect, the mass of information gained in the nineteenth century. This institutional need to legitimate academic geography directly shaped the discipline” (SCHULTEN, Susan. *Geographical Imagination in America, 1880-1950*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001. p. 70)

⁴⁰ “The power of the map is such that this display of force is rarely called for. Once a map has been published, it is pretty much taken for a description of the way things actually are. And if this is the way things are, what’s the point of resistance? The map’s propositional character becomes... hard to see” (WOOD, Denis. *Rethinking the power of maps*. New York: The Guilford Press, 2010. p. 2-4)

⁴¹ As consequências ideológicas disso são consideráveis: “Defining the map as a representation of part of the earth’s surface naturalizes the map. Naturalizing the map has the effect of universalizing it, and this helps obscure the map’s origins in the rise of the state. Naturalizing the map helps... *pass over*... the map’s role in the establishment and maintenance of social relations in societies where maps are common. Naturalized this way, maps seem ordinary and unremarkable, indeed necessary” (*ibidem*, p. 18-19)

⁴² “I have sought to show how a history of maps, in common with that of other culture symbols, may be interpreted as a form of discourse. While theoretical insights may be derived, for example, from literary criticism, art history, and sociology, we still have to grapple with maps as unique systems of signs, whose codes may be at once iconic, linguistic, numeral, and temporal, and as a spatial form of knowledge”. (HARLEY, op. cit., p. 77-79).

⁴³ “Maps selectively link places in the world (theres) to other kinds of things (to thises)—to taxes, for example, and to voting rights, to species abundance, and to the incidence of rainfall—for the purpose of underwriting the reproduction (or the contestation) of the social relations of power. That is, maps are more or less permanent, more or less graphic artifacts that support the descriptive function in human discourse that links territory to other things, advancing in this way the interests of those making (or controlling the making) of the maps.” (WOOD, op. cit. p. 19-20)

Propondo uma decodificação dos mapas como via de avaliação do poder por eles representado, Wood fornece meios para a compreensão do funcionamento dos mecanismos cartográficos de construção de significado.⁴⁴

Admitindo que todo esse aparato ideológico esteve, desde sua configuração oitocentista, francamente a serviço do Estado e a ele associado, sua contribuição para a conformação de modelos oficiais de nações e nacionalismos mostra-se viável teoricamente⁴⁵. Por outro lado, considerando o fato de serem os mapas reproduzidos, principalmente, por meio de material impresso, o argumento de Benedict Anderson, que associa capitalismo editorial à imaginação das comunidades nacionais, ganha força com o reconhecimento da relação entre cartografia e nacionalismo.

Contudo, embora redimensione a ideia de imaginação das comunidades nacionais apoiada no capitalismo editorial, a simples incorporação das formas cartográficas de discurso não supre totalmente as limitações básicas da leitura de Anderson. Afinal, as formas hegemônicas de cartografia estiveram, quase sempre, consideravelmente sujeitas à ascendência estatal, enquanto que, assim como ocorre com textos escritos, o protagonismo privilegiado dos grupos letrados se faz nelas presente. Parece necessário, portanto, qualificar aquele redimensionamento, indo além da diversificação de linguagens proposta por Anderson, de modo a contemplar, também, o diálogo destas com setores populares, o que se mostra criticamente relevante, caso se pretenda avaliar seu verdadeiro impacto na formação e consolidação das formas nacionais de identidade.⁴⁶

⁴⁴ Adiante, voltaremos à metodologia aí envolvida.

⁴⁵ “Ultimately, the map presents us with the reality we know as differentiated from the reality we see and hear and feel. The map doesn’t let us see anything. But it does let us know what others have seen or figured out or dreamed up, others often living but as often dead, the things they learned piled up in layer on top of layer so that to study even the simplest-looking image is to peer back through ages of cultural acquisition” (*Ibidem*, p. 16)

“And to what end? To many ends—it’s important to acknowledge this—but certainly mapped images have become essential to our sense of the world, to our place within it, to much of our identity; to our national identity certainly, but even to our sense of coming from a particular place, from a state or a parish or a neighborhood; to our sense of who we are, of what we’re doing, of where we’re going. To get rid of something is to ‘wipe it off the map’, as to establish something is to ‘put it on the map’, and indeed the map metaphor has become so pervasive that we map not only our genes but our futures. So integral has the map become that it’s hard to imagine life without it” (*Ibidem*, p. 17)

⁴⁶ “None of this is to gainsay the achievement of Anderson’s twofold synthesis of cultural analysis with a basically Marxist socioeconomic framework, and his postmodernist reading of the concept of the nation with a modernist account of its genesis and diffusion. Yet for all its originality, Anderson’s synthesis is only partly successful. The postmodernist reading, and its accompanying cultural analysis, can always be detached from its modernist moorings. In the hands of his followers, this is what has tended to happen. Though print-capitalism has been accorded a respectful hearing, it is the role of imagination, and the idea of the nation as a discourse to be interrogated and deconstructed, that have proved most influential. These are the fruitful concepts that have been taken up and developed by the many theorists in the postmodernist

O trabalho de Michael Billig⁴⁷, mirando a percepção original de Anderson sem estar a ela restrito, pode fornecer contribuição interessante nesse sentido. Atento a formas silenciosas de difusão do imaginário nacional, recorrentemente ignoradas por estudiosos, Billig desenvolve o conceito de “nacionalismo banal”⁴⁸. Defende, aqui, em nome de uma melhor compreensão dos fenômenos nacionalistas, que haja um ajuste de foco nos estudos dedicados aos nacionalismos, geralmente voltados para as manifestações ufanistas mais exacerbadas, ou, no mínimo, abertamente declaradas e restritas a contextos marcados por altos índices de radicalismo⁴⁹. Um novo olhar deveria, tal como proposto por Billig, ser dirigido, ao contrário, também para a reprodução cotidiana do imaginário nacionalista, presente em condutas, símbolos e rituais menos enfáticos e, justamente em função disso, mais eficientes. Tal eficiência decorreria não apenas da reiteração, mas da própria ausência de contestação que se costuma conferir a essa dinâmica silenciosa de reprodução, permitindo que os argumentos nacionalistas permaneçam vivos e

traditions who have drawn their inspiration from a partial reading of Anderson’s work” (SMITH, *Nationalism and Modernism*, p. 142).

⁴⁷ BILLIG, Michael. *Banal Nationalism*. London: SAGE Publications, 1995.

⁴⁸ “In both popular and academic writing, nationalism is associated with those who struggle to create new states or with extreme right-wing politics [...].

Gaps in political language are rarely innocent. The case of ‘nationalism’ is no exception. By being semantically restricted to small sizes and exotic colours, ‘nationalism’ becomes identified as a problem: it occurs ‘there’ on the periphery, not ‘here’ at the centre. The separatists, the fascists and the guerrillas are the problem of nationalism. The ideological habits, by which ‘our’ nations are reproduced as nations, are unnamed and, thereby, unnoticed. The national flag hanging outside a public building in the United States attracts no special attention. It belongs to no special, sociological genus. Having no name, it cannot be identified as a problem. Nor, by implication, is the daily reproduction of the United States a problem.

The present book insists on stretching the term ‘nationalism’, so that it covers the ideological means by which nation-states are reproduced. To stretch the term ‘nationalism’ indiscriminately would invite confusion: surely, there is a distinction between the flag waved by Serbian ethnic cleansers and that hanging unobtrusively outside the US post office; or between the policy of the Front National and the support given by the leader of the opposition to the British government’s Falkland’s policy. For this reason, the term **banal nationalism** is introduced to cover the ideological habits which enable the established nations of the West to be reproduced. It is argued that these habits are not removed from everyday life, as some observers have supposed. Daily, the nation is indicated, or ‘flagged’, in the lives of its citizenry. Nationalism, far from being an intermittent mood in established nations, is the endemic condition.

One point needs stressing: banal does not imply benign.” (*ibidem*, p. 5-6).

⁴⁹ “As has been mentioned, there is a double neglect as far as the social scientific investigation of nationalism is concerned. The neglect of the unwaved flags by citizenry going about their daily business is paralleled by a theoretical neglect. The enhabitation of nationalism within established nations is largely ignored by conventional sociological common sense. Only the waved or saluted flag tends to be noticed [...].

Nationalism, thus, is typically seen as the force which creates nation-states or which threatens the stability of existing states. [...] There are no further stages to describe what happens to nationalism once the nation-state is established. It is as if nationalism suddenly disappears.

Nationalism, however, does not entirely disappear, according to this view: it becomes something surplus to everyday life. It threatens the established state and its established routines, or it returns when those orderly routines have broken down. Ordinary life in the normal state (the sort of state which the analysts tend to inhabit) is assumed to be banal, unexciting politically and non-nationalist. Nationalism, by contrast, is extraordinary, politically charged and emotionally driven.” (*ibidem*, p. 42-44)

disponíveis, mesmo em conjunturas nas quais a eles pouco se recorra abertamente⁵⁰. Preservado como linguagem hegemonicamente reconhecida, o nacionalismo pode, assim, conservar-se ao alcance dos grupos aos quais, eventualmente, venha a parecer adequado como ferramenta de mobilização política rápida e eficaz, justamente em função de tratar-se de discurso prontamente reconhecível⁵¹.

Diversas dessas formas corriqueiras de reprodução dos símbolos nacionais encontram ressonância nas plataformas disponibilizadas pelo capitalismo editorial. Embora não avance muito no sentido de examinar o funcionamento destas estruturas editoriais, Billig está atento a seus efeitos naquela reprodução reiterada de símbolos, apresentando – ao aproveitar material jornalístico como fonte de pesquisa – vários indícios de tal relação⁵². O noticiário esportivo diário, por exemplo, tradicionalmente incorporado aos jornais, é por ele apontado como forma banal, mas bastante eficaz, de difusão do imaginário nacionalista⁵³. Nesses termos, o capitalismo editorial proporciona espaço para temas de franco alcance popular, tais como o indicado, nos quais o nacionalismo banal encontra eco, o que revela, portanto, álibi interessante para a interpretação proposta por Anderson, já que fornece resposta parcial à principal crítica a

⁵⁰ Billig recorre a Ernest Renan e J. Langer para descrever implicações ideológicas da reprodutibilidade banal do nacionalismo, a qual é possibilitada por dinâmicas de lembrança e esquecimento incorporadas, de modo sumariamente naturalizado, ao imaginário coletivo: “ideology operates to make people forget that their world has been historically constructed. Thus, nationalism is the ideology by which the world of nations has come to seem the natural world – as if there could not possibly be a world without nations [...]. National identity is not only something which is thought to be natural to possess, but also something natural to remember. This remembering, nevertheless, involves a forgetting, or rather there is a complex dialectic of remembering and forgetting. As will be seen, this dialectic is important in the banal reproduction of nationalism in established nations. [...] Every nation must have its history, its own collective memory. This remembering is simultaneously a collective forgetting: the nation, which celebrates its antiquity, forgets its historical recency. [...] The remembering, not being experienced as remembering, is, in effect, forgotten. The national flag, hanging outside a public building or decorating a filling-station forecourt, illustrates this forgotten reminding. Thousands upon thousands of such flags each day hang limply in public places. These reminders of nationhood hardly register in the flow of daily attention, as citizens rush past on their daily business” (*Ibidem* p. 37-38).

⁵¹ “The central thesis of the present book is that, in the established nations, there is a continual ‘flagging’, or reminding, of nationhood. The established nations are those states that have confidence in their own continuity, and that, particularly, are part of what is conventionally described as ‘the West’. The political leaders of such nations – whether France, the USA, the United Kingdom or New Zealand – are not typically termed ‘nationalists’. However, as will be suggested, nationhood provides a continual background for their political discourses, for cultural products, and even for the structuring of newspapers. In so many little ways, the citizenry are daily reminded of their national place in a world of nations. However, this reminding is so familiar, so continual, that it is not consciously registered as reminding. The metonymic image of banal nationalism is not a flag which is being consciously waved with fervent passion; it is the flag hanging unnoticed on the public building.” (*ibidem*, p. 7-8)

⁵² O capítulo 5 de *Banal Nationalism*, intitulado “Flagging the Homeland Daily” (*ibidem*, p. 93-126), traz um estudo de caso baseado em material jornalístico.

⁵³ *Ibidem*.

ela dirigida – qual seja, o fato de ser aplicável apenas a uma minoria de privilegiados detentores de capital econômico e intelectual.

Os mapas nacionais, entretanto, são pouco mencionados por Billig. Embora atento à relevância ideológica representada pela noção de fronteira política⁵⁴ – bem como ao suporte proporcionado, pela cartografia moderna, a essa mesma noção⁵⁵ –, Billig praticamente não recorre a mapas para exemplificar as formas banais de reprodução às quais se refere⁵⁶, o que, para além da provável coincidência, pode ser sintoma de uma escolha que seria, à primeira vista, justificável. Afinal, sendo a cartografia tão intimamente relacionada ao Estado e a aplicações militares – e, portanto, ao repisado discurso nacionalista oficial e radical, do qual Billig pretende desviar-se – sua reprodução não poderia estar sujeita ao tipo de banalização recortado por aquela perspectiva. No entanto, um olhar voltado, de modo mais detido, para a diversidade de formatos comportados pelo suporte cartográfico revela, em alguma medida, material perfeitamente compatível com a difusão silenciosa das formas de discurso nacionalista, especialmente quando estas são apresentadas como, aparentemente, desinteressadas. A cartografia parece proporcionar, a propósito, atributos valiosos ao pleno desempenho dessa função discursiva. Escorados em uma pretensa imparcialidade e pouco contestados diretamente, conforme notado pela cartografia crítica, os mapas dispõem de potencial para, facilmente, transitar despercebidos pelos fluxos do nacionalismo banal.

⁵⁴ “Boundedness and possession of the means of violence are key components, for the modern nation-state [...]. Nationalism embraces ways of thinking – patterns of common-sense discourse – which make this boundedness and monopolization of violence seem natural to ‘us’, who inhabit the world of nation-states. This world – ‘our’ world – is a place where nations have their official armies, police forces and executioners; where boundaries are rigorously drawn; and where citizens, and male citizens in particular, might expect to be called upon to kill and die in defence of the national border-post”. (*ibidem*, p. 20)

⁵⁵ Citando J. M. Roberts, Billig observa: “A glance at mediaeval and modern maps shows the novelty of the bounded state. Not only are European mediaeval maps less precise; not only do they tend to depict Jerusalem at the centre of things; not only do they typically indicate an incomplete world, with distant lands shading off into nothingness; but there is also a further difference. Mediaeval maps represent a world unobsessed with boundaries [...]. The modern map of nations is quite different in this respect. It depicts a completed world, divided up by precisely drawn boundaries. This is the sort of map which is familiar to ‘us’.” (*ibidem*, p. 20).

⁵⁶ A aplicação banal do discurso cartográfico nacionalista aparece em um único exemplo citado por Billig: a reprodução do mapa nacional dedicado, nos diversos formatos de periódicos, às previsões meteorológicas. Billig cita, aí, jornais ingleses revelando padrão, generalizado também em outros locais: “The very notion of ‘the weather’ implies a national deixis, which is routinely repeated. The papers regularly carry small, unobtrusive weather reports, typically labelled ‘Weather’. The Mirror has ‘Today’s Weather’ and the Sun, with obscure individuality, puts its weather information beneath the sign ‘Newsdesk’. The reports tend to be similar. They contain a map of Britain, which is not actually labelled as Britain: the shape of the national geography is presumed to be recognizable. The Telegraph, Guardian, Independent and The Times have a longer report, accompanied by a further map showing Europe and the north Atlantic. In these maps, the British Isles happen to be placed in a central location. ‘Weather’ sections routinely report the weather of Britain, typically without mentioning the national name, although sub-parts and districts (including England) may be identified. ‘The country’ suffices” (*ibidem*, p. 116).

Tais atributos não são, a propósito, específicos da cartografia declaradamente comprometida com parâmetros científicos. Embora a cientificidade esteja no cerne da aceitação tácita das elaborações cartográficas, boa parte dos mapas produzidos sem maior rigor técnico acaba sendo, de modo análogo, pouco questionada no que se refere a sua autenticidade, gozando de poder discursivo análogo ao das elaborações mais criteriosas⁵⁷. Para isso, parece bastar que padrões mínimos, consagrados como fundamentais, sejam por eles observados. E é aqui, ao reforçar a legitimidade de mapas em geral, pautando o que se tem como minimamente aceitável, que a autoridade do argumento científico se mostra mais poderosa. Afinal, ao definir e, virtualmente, fixar critérios básicos de orientação e escala, a cartografia científica estabeleceu regras hegemônicas de distinção entre o que é tomado por correto e aquilo que é dado como equivocado. Sendo essas regras mínimas aplicadas a um dado mapa, pouco importa que este tenha sido desenvolvido para fins acadêmicos, artísticos ou publicitários. Aberto o caminho por uma codificação hegemônica, parece bastar a tal mapa que este disponha da capacidade de incorporar símbolos reconhecíveis, ao menos no que se refere à possibilidade de seu aproveitamento retórico.⁵⁸

Pode-se concluir, assim, que também o estudo de mapas elaborados sem pretensões científicas, para além de recomendável, mostra-se necessário. Entre os geógrafos, há quem defenda semelhante abordagem. Pesquisadores como John Pickles chegam mesmo a sugerir que tal objeto de estudo seja prioritário⁵⁹. Propondo perspectiva que viria a ser influente⁶⁰, Pickles, ainda no princípio da década de 1990, já apontava para a importância fundamental, nos estudos cartográficos, do aproveitamento também de mapas majoritariamente tidos como tendenciosos e pouco afinados aos mais rigorosos

⁵⁷ “Whether a map is produced under the banner of cartographic science – as most official maps have been – or whether it is an overt propaganda exercise, it cannot escape involvement in the processes by which power is deployed” (HARLEY, *op. cit.*, p. 54-55).

⁵⁸ “modern maps – produced after the peak of European exploration – tend to be treated as increasingly scientific reflections of the environment rather than as products of historical circumstance. Correspondingly, interest in maps produced during the twentieth century has largely focused on propaganda maps, which has engendered a rather murky distinction between objective and subjective cartography. Yet contesting the accuracy of a map is a qualitatively different enterprise from dissecting its rhetorical structure. Because maps exist at the crossroads of science and culture, the issue is not simply one of precision, but ‘precision with respect to what?’. More recently, scholars have begun to challenge the assumption of maps as simply scientific and instead to ask broader questions about their function as arbiters of power” (SHULTEN, *The geographical imagination in America*, p. 5).

⁵⁹ PICKLES, John. Texts, hermeneutics and propaganda maps. In: BARNES, Trevor J.; DUNCAN, James S. (orgs.). *Writing Worlds: Discourse, Texts, and Metaphors in the Representation of Landscape*. New York: Routledge, 1992.

⁶⁰ Pickles é consultado tanto por geógrafos (WOOD, *op. cit.*) quanto por historiadores (SCHULTEN, *The geographical imagination in America*).

critérios de “imparcialidade”. Para sustentar essa observação, Pickles defende que a desconstrução crítica da pretensa imparcialidade da cartografia científica passa, fundamentalmente, pelo exame das aplicações abertamente propagandísticas dos discursos cartográficos. Recomenda, portando, especial atenção com mapas como os por nós analisados, apontando, ainda, para possíveis estreitamentos da relação entre cientificidade e propaganda nos mapas em geral⁶¹. Admitida essa aproximação, podemos perceber como a chancela tácita, por parte das convenções cientificamente estabelecidas, pode fortalecer, ou mesmo pautar, diferentes formatos de cartografia⁶².

A indústria gráfica, por sua vez, constrói uma reputação sustentada por esses mesmos alicerces. Afinal, é atendendo àquelas convenções cartográficas que os produtores e reprodutores de mapas agregam valor e legitimidade à mercadoria por eles disponibilizada. O efeito, a partir daí gerado, é exponencial: posta em circulação, em escala industrial, uma quantidade expressiva de material padronizado relega ao estranhamento e ao descrédito tudo o que dela destoe. Uma vez pautado pelo modelo

⁶¹ “It would be wrong to interpret the claims made here as in any way an attempt to establish propaganda maps as a separate category of text. The point is, first, that these maps are currently not part of the critical canon of the theory of maps. Second, that an effective critique of the distortive and ideological nature of propaganda maps must be based on a wider conception of what constitutes propaganda. That is, the ideological and propagandistic elements of contemporary ‘scientific’ maps must also be assessed at those points where the cartographer shares the ideology of his/her age, where accepted practices are founded on particular ideologies, and where unchallenged interests influence the form and content of the theory and practice of mapping [...]. Fourth, propaganda maps are not merely one more medium or form to be interpreted, but are in many ways an archetypical form of the age of *technicity*. They are exemplars of the manipulation of symbols and writing. They cannot be read without a broader grammar than the one provided by ‘map-reading skills’, or indeed any ‘readings’ currently extant within either geography or cartography. The existing theories of reading and the corresponding regional grammars (reading texts, reading landscapes, reading maps) remain flawed in their partiality. The building of a critical human geography has occurred quickly and gone far in recent years, and through it we see now the necessity of penetrating and reconstructing the discourses which foster the distorted and uneven social relations from which we seek to ARISE [...]. Perhaps a critical social theory of maps, propaganda and distortion will be there to assist”. (*ibidem*, p. 226-230)

⁶² “The perception of graphical images is not a purely psychological reception of information but a complex social play of images present and absent, in the context of other symbolic, ideological and material concerns. All cartography operates within and makes use of such unacknowledged pre-conditions and more or less accepted symbolic forms and mapping conventions. Yet the impact of these techniques and effects becomes particularly clear when we turn to obviously propagandistic texts. At a very basic level a particular iconography has been appropriated to the goals of political and commercial propaganda. The globe and the map both stand as icons, repeated as an unchallenged vocabulary of advertising, Cold Warism or national boosterism.

On occasion the globe and the map have become so successful as symbolic images that their ‘shadows’ can be presumed in images which contain no map form at all.” (*ibidem*, p. 211).

Em outro trecho, Pickles atesta a importância da observação dos códigos hegemônicos por parte dos próprios textos publicitários, que ganham eficiência comunicativa ao reclamar, para si, veracidade: “The sole aim of propaganda is success. To achieve such success the truth, perhaps surprisingly, remains important” (*ibidem*, p. 203).

hegemônico, o próprio consumo com ele se acostuma⁶³. Consequentemente, esse mesmo mercado consumidor, versado em um formato de linguagem específico, passa a oferecer resistência a qualquer mudança. Como precisam vender, produtores de mapas respondem com o mesmo modelo hegemônico⁶⁴, com o qual, além do mais, sentem-se confortáveis e satisfeitos, eis que, conservando-o, contam com uma demanda cativa, sem ter que se preocupar com adaptações que poderiam, por sua vez, acarretar aumento dos custos⁶⁵. Assim, fecha-se um círculo vicioso tendente a potencializar a cristalização de parâmetros que, se antes respondiam à autoridade científica, agora estão fortemente atrelados, também, a um modelo de negócio e suas circunstâncias massificadas de mercado.⁶⁶

Configura-se, em consequência, um campo especialmente fértil à dogmatização da cartografia e dos discursos aos quais ela fornece suporte. E, da avalanche de material padronizado, surge, assim, uma sólida estrutura, em constante e silenciosa expansão, já que sua avaliação crítica pôde permanecer pouco cogitada, atropelada e ocultada que foi ao longo do processo. Embora tendências alternativas, como era de se esperar, tenham

⁶³ Em seu estudo dedicado ao exame das circunstâncias vigentes nos Estados Unidos da passagem do século XIX para o XX, Susan Schulten observa: “So while some cartographic conventions can be explained by geographic circumstance, many more have simply become ‘naturalized’ through repetition over time [...]. But these conventions are historical, and as such we ought to be aware of their power. In fact, almost any atlas since the late nineteenth century legitimates European and American nationalism” (SCHULTEN, Susan. *The geographic imagination*, p. 30).

⁶⁴ “In fact, early twentieth-century cartographic companies actively avoided changes in their maps and atlases in order to meet what they perceived to be public expectations. These decisions had important implications for American cartographic culture, and for the public’s understanding of the relationship between the map and the territory” (*ibidem*, p. 176).

⁶⁵ “in order to distinguish what Americans wanted in a map from what they were offered, we need to examine patterns of both production and consumption” (*ibidem*, p. 26).

⁶⁶ Mencionando avanços tecnológicos relacionados às técnicas de impressão, aos quais faremos referência a seguir, Schulten anota: “The introduction of wax into commercial cartography transformed maps from a craft into a commodity. This mass production technology facilitated access to these maps but also created a somewhat inflexible sense of what a map *should* look like that endured into the twentieth century. In the atlases themselves we find a consistent tendency to elevate the centrality of western Europe and the United States. While this alone is unremarkable, the way it occurs is significant for highlighting what are often entrenched assumptions about geography and space. By pointing to the way these practices were historically constructed – especially through the use of categories such as race, nation, and continent – we understand their power to draw for American consumers a world most would never see firsthand. In turn, this points to the subtle yet real relationships of science to nationalism and culture. No wonder maps have been described as ‘the silent arbiter[s] of power’. They legitimated what was controversial, made scientific what was historical, and naturalized what was human. By extension, world atlases quietly created a metageography for Americans by showing them a normative view of both the world and the map” (*ibidem*, p. 44)

estado sempre presentes⁶⁷, aflorando com alguma força em conjunturas favoráveis⁶⁸, seu impacto permaneceu relativamente inócuo quanto às mudanças efetivamente operadas no cerne da estrutura hegemônica, ao menos no período por nós estudado⁶⁹.

A potencialização da cartografia hegemônica pelas circunstâncias de mercado foi, além disso, alavancada pelos avanços tecnológicos, que propiciaram, na primeira metade do século XX, tanto o aumento vertiginoso da reprodução de mapas quanto seu correspondente barateamento, popularizando o acesso⁷⁰. Tal aumento na oferta de mapas

⁶⁷ Denis Wood destaca que a crítica ao trabalho de cartógrafos é tão antiga quanto a própria cartografia moderna. Por outro lado, as iniciativas de contra-mapeamento também já vêm desafiando os parâmetros estabelecidos pela cartografia científica há algum tempo: “Presentation may inject the map into its culture, but this does not obligate the culture to accept it, not without a fight at least, no matter how it’s dressed, no matter its credentials, no matter the weight of the authorities from which it’s issued. While I hasten to add that most maps are accepted – and accepted as unproblematic pictures of the real – this is not the fate of all maps; and while there are cases of maps being rejected as early as the 16th century, as we cruise into the opening of the 21st not only are maps being rejected with increasing frequency but a whole culture of counter-mapping has emerged. [...] examples imply that counter-mapping is played out over long stretches of time – the counter-mapping that led to the creation of Nunavut began in the early 1970s, that of Palestine in the 1920s – but it doesn’t have to be. Some maps elicit an almost instant counter-map, one of which at least bears the official name, protest map, that characterizes the class with which I begin. I’ll follow the motives driving protest maps into ‘critical cartography’, which, after having sketched the interests that ‘professional cartographers’ have had in marginalizing mapmaking’s critical past, I’ll trace from its origins in the 16th century to the present” (WOOD, *op. cit.*, p. 111-112).

“What’s so interesting about this history is how... typical... it is of the history of mapmaking in general which, far from being a linear progression from one triumph of exploration and access of accuracy to the other, has been more like the history of writing, of poetry, of the novel, a continuous accumulation, sans doute, but one marked by one fad after another, and so one marked as well by wave after wave of ‘reformation’. In fact, mapmaking has been perpetually transformed, all but dialectically, by successive critiques” (*Ibidem*, p. 126).

⁶⁸ Um dos exemplos citados por Schulten está na proliferação, ao longo da Segunda Guerra Mundial, de modelos alternativos de projeção cartográfica, inspirados, principalmente, no trabalho de Richard Edes Harrison. Afastando-se das convenções cartográficas consolidadas, os mapas baseados nas inovações propostas por Harrison chegaram a alcançar considerável aceitação popular, espalhando-se por diversos periódicos e jornais publicados na época. Desviando-se do consagrado modelo de Mercator, essas leituras, durante a guerra, tiveram grande aceitação por mostrarem-se mais adequadas à apresentação das repercussões geopolíticas do conflito para os Estados Unidos, cujo território aparecia, ali, mais integrado à Europa e ao leste da Ásia. (SCHULTEN, Susan. *The geographic imagination*, cap. 9)

⁶⁹ É a conclusão final da pesquisa de Schulten: “Harrison completely reconfigured the ‘look of the world’ in the 1940s, yet he is unknown today, a man whose work was resurrected briefly for the exhibit but who died in obscurity in the winter of 1994. Conversely, Gerhard Mercator’s name has been preserved for centuries. Despite its limits, the basic tenets of the Mercator projection have become part of our geographic sensibility – a kind of metageography. However popular and powerful Harrison’s perspectives were at mid-century, they could only modify – never displace – the basic coherence of the Mercator world. This is the world we recognize. This is the world that is familiar. History has powerfully shaped conventions and narratives of geographical knowledge in American culture. In turn, those narratives and conventions have – quite literally – enabled Americans to *see* and make sense of the world” (*ibidem*, p. 242).

⁷⁰ “During its 110-year life span, from 1840 to 1950, wax engraving – or cerography – was responsible for nearly 75 percent of all regional, national, and world atlases on the American commercial market; between 1910 and 1920 that figure reached 95 percent. As one mapmaker commented, wax engraving ‘has done more than any other one thing in America to put the map to work among millions of people’. It is no exaggeration to say that the widespread adoption of wax engraving after the Civil War shaped the production style and scale of American maps for decades. Any understanding of how Americans encountered their world through maps in this period must recognize the implications of this technology. [...] Wax engraving was also the first map-printing technique developed fully within the era of industrialization, involving a kind of assembly line production. As such, it represented a dramatic departure

esteve sintonizado, evidentemente, a interesses comerciais conscientes, atentos ao crescimento substancial de demandas efetivas. Em uma época de expansão simultânea – especialmente nos Estados Unidos – do sistema educacional, do aparato militar, da malha de transportes, da infraestrutura de turismo e da publicidade impressa em geral, o recurso à cartografia instrutiva e promocional revelou-se especialmente útil. E os mapas pictóricos, singularmente apropriados a essas aplicações, foram aproveitados em todas elas⁷¹.

Parece razoável supor que a consolidação discursiva dos logomapas – enquanto símbolos nacionais francamente reconhecidos – possa ter sido favorecida por todas essas circunstâncias e que, por outro lado, os mapas pictóricos possam ter proporcionado alcance popular a essa mesma consolidação. Afinal, produzidos em larga escala, ao longo das primeiras décadas do século XX, os mapas pictóricos teriam disposto dos elementos adequados para servir como plataforma para a imaginação coletiva de comunidades nacionais, em condições análogas às observadas tanto por Benedict Anderson – tais mapas teriam dialogado, afinal, com formas de capitalismo editorial – , quanto por Michael Billig – disseminados e popularizados, os mapas em questão seriam perfeitos como mecanismos banais de difusão silenciosa – , ou, ainda, por geógrafos como John Brian Harley, Denis Wood e John Pickles – pois os mesmos mapas interagem com os discursos cartográficos oficiais, ideologicamente orientados e revestidos de autoridade e poder hegemônico.

Ainda assim, o estudo de mapas de alcance popular e sem pretensões científicas declaradas permanece marginal, sendo dado tratamento apenas tangencial a temas com os quais tal formato cartográfico pode estar, na verdade, intimamente associado. É o que ocorre, por exemplo, com o material aqui examinado e seu possível suporte a discursos nacionalistas. Os assim chamados mapas pictóricos não só são pouco estudados como,

from traditional cartography. In the copperplate process, the cartographer and engraver worked closely to produce the map; with wax engraving, cartographers were often replaced by draftsmen who had considerably less experience and who became increasingly specialized workers. This change refashioned cartography from a craft into an industry. The aesthetics of a map were now overshadowed by the imperatives of mass production, and the premise of nineteenth-century cartography – aesthetics dictating price – had been undermined by the 1880s through a process of commodification” (*ibidem*, p. 23-24).

⁷¹ “Although now little known, pictorial maps were enormously popular during their heyday, decorating homes, schools, and clubs; appearing in books, magazines, and newspapers; and circulating as tourist guides and advertising brochures. The maps reflected American culture, capturing the dynamism of the nation’s burgeoning skyscraper cities, great industrial factories, and streamlined locomotives, airplanes, and automobiles, as well as portraying the country’s fascination with its colonial and early Republican past” (HORNSBY, *op. cit.*, p. 1)

ainda, não tiveram sua provável relação com símbolos nacionais – tais como os próprios logomapas – investigada de modo mais atento⁷².

Nosso objetivo é iniciar essa abordagem, identificando possíveis relações entre discursos nacionalistas estadunidenses, capitalismo editorial, nacionalismo banal e cartografia de alcance popular.

2.3 – Nacionalismo e cartografia pictórica nos Estados Unidos

Como tratamos de processos graduais de construção simbólica nacionalista, é preciso estarmos atentos a dinâmicas anteriores ao período no qual a maioria dos mapas por nós analisados foi produzida. Esse recuo é, certamente, fundamental para uma compreensão qualificada dos mapas pictóricos elaborados, majoritariamente, nas primeiras décadas do século XX.

Nos Estados Unidos, a formação de comunidades imaginadas esteve associada à cartografia já desde o período colonial. É o que demonstra Martin Brückner, naquela que aparenta ser a mais enfática obra a sustentar a ligação entre mapas e nacionalismos entre

⁷² Nesse sentido, em uma das mais pertinentes provocações constantes da bibliografia que pudemos consultar, Winichakul é instigante: “Can a caricature of a map arouse nationalism, royalism, or other serious sentimental responses?”

A map is usually taken out of its contextual origin, that is, the earth's surface. In many cases, there is no symbol to indicate the coordinates or the surrounding countries as in a geographical textbook. A map may float. Moreover, there may be no mapping symbol or any convention. Yet floating maps even without mapping conventions can communicate to anyone familiar with the map. This is because all the maps in the emblems and advertisements cited above are no longer maps. They no longer represent the nation's territoriality. Rather, they are signifiers which signify the map of a nation. They are signs of the map of a nation. They have meanings and values and can send messages because they refer to the map of such a nation, which has been loaded with the meanings and values of nationhood. In other words, the map of a nation becomes a signified. In the words of Roland Barthes, it becomes a metasign: it has become an adequately meaningful sign in itself, not necessarily with a further reference to the territoriality of that nation. By signifying the map of that nation, these maplike signs can signify other meanings and values carried by the map. And in the reverse direction, becoming a metasign, the map of a nation can generate values and meanings which have nothing to do with territory at all.

At this point, we may realize that the relationship between a map and space becomes even more complex. It is hard to confine a map to its assumed nature as a spatial representation. It has moved too far away from its technical origin to return to its creator, the cartographer. It no longer belongs to the cartographer, who has lost control over it completely. Independent of the object as well as its human creator, it becomes a common property in the discourse of a nation.

In many ways, a map contributes its share to the human knowledge of a nation. As a sign, it is an effective and active mediation which can even create a geo-body; as a metasign, it is an object of reference in itself and can create more meanings and values beyond its origin. In addition to the fact that it monopolizes the means of human conceptualization of the artificial macrospace called a nation, both roles allow it to reign comfortably over the domain of knowledge of nationhood and also bring it close to being a natural entity. By way of example, we can perhaps point to a never-ending number of cases in which the geo-body and a map as a discourse, knowledge, a sign, a metasign, operate to generate meanings and conceptual shifts” (WINICHAKUL, *op. cit.*, p. 138-139).

os estadunidenses. Em *The geographic revolution in early America*⁷³, Brückner descreve o processo de consolidação dos padrões cartográficos incorporados, gradualmente, aos ideais de nação em voga até por volta de 1820, enquanto que, em *The social life of maps in America*⁷⁴, aprofunda sua pesquisa, dando maior destaque aos indícios, disponíveis na cultura material, que reforçam a perspectiva original, estendendo-a, ainda, ao período imediatamente anterior à Guerra Civil, alcançando, assim, a década de 1860.

Brückner sustenta que o intercâmbio entre as estruturas discursivas cartográfica e vernacular estaria no cerne das dinâmicas identitárias estadunidenses. A familiarização com a linguagem cartográfica, já difundida entre os ingleses, teria integrado o repertório discursivo dos próprios colonos instalados na América, tendo sido impulsionada, ainda, pela regulamentação fundiária imposta pela coroa britânica. Especialmente a partir de 1690, quando o parlamento inglês revogou os títulos de posse e propriedade anteriores àquela data, a aquisição de terra, em solo americano, ficou condicionada à elaboração de novos levantamentos, plantas e mapas, cuja confecção e compreensão exigiam letramento geográfico. As codificações daí decorrentes viriam, assim, a orientar aspectos básicos do cotidiano colonial, entrando em domínio público e popularizando-se.⁷⁵

O processo de independência dos Estados Unidos, assim como sua respectiva consolidação, viria a interagir com adaptações nas aplicações discursivas dadas tanto ao vernáculo quanto à cartografia, ambos de inspiração inglesa. A necessidade de se afirmar

⁷³ BRÜCKNER, Martin. *The geographic revolution in early America: maps, literacy and national identity*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

⁷⁴ BRÜCKNER, Martin. *The social life of maps in America: 1750–1860*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2017. E-book.

⁷⁵ “The early American land survey is part of a much-overlooked literary movement, one set in motion by the English nation-state and subsequently adopted by British American colonists living up and down the Atlantic seaboard. The land survey became a mass phenomenon when, as part of policy changes designed to consolidate imperial claims in North America, the British Parliament revoked the New England land charters in 1690. This act nullified existing land grants, titles, and deeds and demanded the survey (or in many cases the resurvey) of publicly and privately owned land in New England, the mid-Atlantic, and the southern colonies. The results of the surveying activities – marked trees, clear-cuts in forests, and ultimately the creation of geometrically shaped lots – quite literally changed the early Anglo-American landscape. This profusion of new surveying activities also transformed the early Anglo-American literary landscape. Although this latter transformation has gone largely unnoticed, the impact of surveying practices on the late-seventeenth- and early-eighteenth-century writing culture was far-reaching. After 1690 and throughout the first half of the eighteenth century, as individual landowners or landowning institutions complied with the state’s demand to survey property, individuals took up pen, compass, and paper in unprecedented numbers. Surveying, which comprised both mathematical measurement and descriptive writing, became a common practice and the subject of numerous publications. Colonists thus became both writers and readers of the survey. Surveying, an art that is highly conscious of its own instrumentation and technical implementation, presented itself as a new form of popular literacy. Ultimately, the survey – a text consisting of both written word and graphic figure – became an important literary site that opened new and creative ways for Anglo-Americans to represent their sense of community and identity.” (BRÜCKNER, *The geographic revolution in early America*, p. 16-17)

como comunidade autônoma e soberana, de modo compreensível pelo maior número possível de cidadãos nacionais em potencial, levou os estadunidenses a redimensionar e realocar ferramentas discursivas herdadas da metrópole, notadamente a cartografia. Brückner demonstra que a linguagem cartográfica possibilitou a substituição de uma consciência espacial fragmentada por uma perspectiva continental, abrindo caminho para a configuração de um senso de unidade e identidade vinculado ao continente americano, primeiro entre os colonos contemporâneos da declaração de independência⁷⁶ e, posteriormente, entre os novos cidadãos estadunidenses⁷⁷.

Essas adaptações nos mapas teriam, segundo Brückner, fornecido subsídios para a representação de uma identidade estadunidense branca, diversa tanto dos ingleses quanto dos povos indígenas. Interessa-nos notar que, por meio da cartografia, foi operada uma dissociação discursiva que permitiu o desligamento, por parte dos colonos brancos, da descrição generalizada dos habitantes da América, tradicionalmente feita, de modo essencialista, pelos mapas ingleses, os quais eram, geralmente, adornados por cartuchos que enfatizavam um perfil pictórico atribuído, em termos estereotipados, às comunidades indígenas, por eles apresentadas como passivas e subservientes. Boa parte dessas referências pictóricas, originalmente feitas por colonizadores, passaram a ser omitidas ou postas de modo alternativo nos mapas elaborados por colonos, possibilitando que estes últimos assumissem, cartograficamente, uma nova identidade. Pretendia-se, assim,

⁷⁶ “As eighteenth-century atlases and schoolbooks showing the American possessions of England resisted, like Watts’s fictional map, North America’s continental status, colonial speakers choosing the label of ‘American’ therefore seemed to be grounding their identity in an ungrounded, ephemeral space. For the skilled orator this rhetorical ploy seemed self-defeating, if not absurd. To speak from the position of the American continent was to speak without a concrete physical base, as the undefined geographical space prevented the location and identification of the colonial speaker inside the transatlantic theater of rhetoric. Paradoxically, it was through the vociferous denunciation of British geographical knowledge that the colonist exercised his voice and honed his rhetorical skills. More specifically, while denouncing the kind of geographical knowledge that was designed to silence the native figure of America, the newly identified British American appropriated the figure of the continent not only to find his voice but to create a persona who could dramatize a collective sense of identity” (*Ibidem*, p. 89-90).

⁷⁷ “The national map had become so integral to the early national linguistic consciousness that even the country’s fundamental documents were innately structured by the diction and grammar of the national map. Thus, early on, the map entered into the national linguistic reform movement, and the textuality of the national map informed primers and elementary lessons in print literacy in the early Republic. Many Americans self-consciously turned to the material form and rhetoric of the national map in order to negotiate and reconcile the competing interests laid bare by the Federalist crisis. Through geographical literacy, the new citizens adopted the national map as a proleptic text that enabled American politicians to ratify the Constitution and became a popular language by which ordinary citizens learned to imagine the contested idea of national unity” (*Ibidem*, p. 100)

exaltar a condição dos americanos brancos que se afirmavam, naquele momento, como legítimos ocupantes do espaço a partir dali descrito como desvinculado da Inglaterra.⁷⁸

A cartografia teria fornecido, assim, suporte para a imaginação coletiva de uma comunidade situada espacialmente e distinta da Europa, estando a ela assimilados, exclusivamente, os antigos colonos brancos. E, por meio de uma linguagem na qual estes últimos eram relativamente versados, possibilitava-se que uma nova perspectiva discursiva encontrasse ressonância e se disseminasse.

Brückner avalia que o sistema educacional contribuiu para essa disseminação. Reconhecida, precocemente, como básica para o exercício de habilidades tidas como fundamentais, a geografia ocupou posição de destaque entre as áreas de conhecimento contempladas pelo ensino praticado na América do Norte, tanto antes quanto nos anos posteriores à independência dos Estados Unidos. Versados na linguagem cartográfica, aprendizes poderiam, assim, incorporar conexões discursivas em pleno curso na esfera pública de seu tempo. Dentre elas, seguramente, as com alguma repercussão nos processos de desenvolvimento das comunidades imaginadas.⁷⁹

Embora dificilmente mensuráveis em períodos mais remotos, os efeitos da via educacional de difusão da cartografia não parecem desprezíveis, especialmente se postos em conjunto com os provenientes de outros canais de propagação. Poucas regiões aparentam ter sido, entre os séculos XVIII e XIX, tão marcadas pela circulação de material impresso quanto os Estados Unidos. Conforme observado por Benedict Anderson, a imprensa local, capitaneada por figuras como Benjamim Franklin⁸⁰,

⁷⁸ “The road to establishing this figure as the representative American persona was neither easy nor self-evident. Before Anglo-Americans could claim the land itself as their spokesman, they first had to overcome the other figures with which Europeans identified the New World, in particular the figure of the Indian. Whether portrayed as a seminaked female or as a silenced male, the Indian often inhabited European maps of America, residing in the visual emblem of the cartouche. These decorative spaces on the map depicted rhetorically charged scenes and provided personas that, in the European imagination, epitomized the American speaker. To be taken seriously as international polemical sparring partners, the colonists needed to overcome the European association of the American voice with the figure of the native. Colonial rhetoricians, seeking to make themselves heard, needed to draw attention away from the figure in the map’s cartouche and onto the land itself, which would be perceived as a persona in its own right, endowed with its own forceful voice” (*Ibidem*, p. 55).

⁷⁹ “The nation’s map image certainly became a pedagogic piece of furniture in schools. It was a fundamental part of textbooks, globes, and wall decorations. Teachers and parents even experimented with the cognitive function of the national map by integrating it into didactic puzzles. Once we leave the domestic and institutional spaces of the home and the school, we discover that the nation’s cartographic shape hung on rollers or under glass in public places. Wall maps were displayed in public offices and coffeehouses; [...] the national map was displayed in taverns, where it functioned as decoration, conversation piece, and metaphoric touchstone of communal identity” (*Ibidem*, p. 122)

⁸⁰ Ele próprio, cotidianamente envolvido com produções cartográficas, como podemos deduzir de diversas menções feitas por Brückner, tais como estas:

floresceu em ritmo único no mundo da época, acarretando sensíveis consequências para o processo de independência⁸¹. Não é, portanto, imprudente suspeitar que a cartografia tenha repercutido, em níveis sem precedentes, ao longo daquela conjuntura.

Brückner demonstra que mapas, além de frequentar espaços de convívio social mais intenso e diversificado – tais como repartições públicas ou tabernas – , aparentam ter sido de uso comum, inclusive, em ambientes domésticos. Conforme ilustrado por pinturas da época posterior à emancipação nacional, residências recorrentemente tinham, penduradas em suas paredes, alusões gráficas ao território estadunidense, representando tanto o conjunto do país e de seus diversos entes federativos quanto das imediações próximas. Mapas marcavam presença, ainda, em cadernos de anotações individuais e, até mesmo, em lenços de bolso, ocupando, portanto, também superfícies portáteis. Enfim, em tal nível incorporada à cultura material praticada também no contexto privado, a cartografia esteve acessível nos mais íntimos espaços de formação identitária, fornecendo suporte tanto a debates públicos quanto a diálogos e projetos familiares.⁸²

“As an indication of how pervasive plats had become in communal life, between 1738 and 1760 the small town of Kent, Connecticut, witnessed more than six thousand land transactions—and this in a community where the male population at its peak was only 872. This meant that the citizens of Kent were exchanging plats to seal the sale of land at an average of more than seven trades per head. In Pennsylvania, the traffic in documents pertaining to land transactions prompted Benjamin Franklin to create the neologism “Coined Land,” defining deeds and plats as a form of paper currency” (*Ibidem*, p. 23-24).

“Choosing the figure of the American continent, however, confirmed one’s metageographical rather than local situation. Masked as the continent, the colonial speaker inevitably conjured up the idea of a continental community. Or, to put it more directly, the rhetorical construction of the figure of the continent concluded a larger public debate over the virtue and logistics of expansion by the colonists, with or without the empire’s blessing. It is not a coincidence that many of the speakers who were rehearsing the figure of the continent—including James Otis, Jonathan Mayhew, Benjamin Franklin, and Christopher Gadsden—have been identified as the leading members of the expansionist camp in the British colonial political arena” (*Ibidem*, p. 95-96).

⁸¹ “A figura de Benjamin Franklin está indissociavelmente ligada ao nacionalismo crioulo na América do Norte. Mas talvez a importância da sua profissão não seja tão evidente. [...] Os tipógrafos que iniciavam novos negócios sempre incluíam um jornal entre as suas edições, geralmente sendo seus únicos ou principais redatores. Assim, o editor-jornalista foi, a princípio, um fenômeno essencialmente norte-americano. Como o principal problema para o editor-jornalista era atingir o leitor, desenvolveu-se uma aliança tão íntima com o agente postal que, amiúde, trocavam de posições. Assim, a oficina tipográfica surgiu como elemento-chave das comunicações e da vida intelectual comunitária dos Estados Unidos” (ANDERSON, Benedict. *Op. cit.*, p. 102).

⁸² “following years of map education, the image and object of the map constituted a national experience for young and old, permeating basic spatial knowledge, the sentiments of nationalism, and the affirmation of personal bonds. Indeed, throughout the period covered by this study, the social experience of maps in their various material iterations revealed itself to be mutually constitutive and integral to American self-representation. Working in painterly traditions that ranged from portraiture and architectural interiors to natural landscapes and city views, cartorial artists frequently affixed the symbolic significance of maps to human subjects. [...] Maps were staged as indexical props of self-fashioning, reconciling everything from historical events to social practices to the experiences of real or imaginary people. Often staged along with textile goods – clothing, carpets, curtains, upholstered furniture – the painterly representation of maps provided a subtle, albeit powerful, commentary: not only did maps provide a scaffold for propping up personal ambition and communal interest but, as material extensions of the paper and textile industries,

A conjuntura teria sido fértil para a consolidação gradual de um logomapa dos Estados Unidos, fornecendo suporte para perspectivas nacionalistas e imperialistas, conforme Brückner sustenta, apoiado em farto material⁸³. Poderíamos, talvez, cogitar a hipótese de que tal nível de exposição cotidiana tenha sido propício para desencadear, em algum nível, formas banais de imaginação nacional, tais como as destacadas por Michael Billig. Teria sido a proliferação cartográfica daquele momento, guardadas as devidas proporções, suficiente para impacto semelhante? Ou, ainda, é possível atribuir alcance efetivamente popular a essa proliferação?

Os elementos reunidos por Brückner, especialmente em seu trabalho mais recente, sugerem respostas, ao menos parcialmente, afirmativas. Conforme por ele demonstrado, os mapas em geral e, notadamente, o logomapa nacional, teriam alcançado crescente popularização, nos Estados Unidos, ao longo do século XIX. Inovações técnicas e circunstâncias de mercado teriam favorecido, respectivamente, o barateamento e o aumento da oferta dessa mercadoria, que, a julgar pela consolidação e expansão econômica dos que exploravam o negócio, teve boa saída.⁸⁴

Nosso estudo trata, certamente, de período distinto, posterior à época avaliada por Brückner em, praticamente, um século. Mas, para nós, interessa saber, particularmente, que um padrão de mapa nacional estadunidense vinha sendo fixado, com alguma propagação e continuidade, bem antes das primeiras décadas do século XX⁸⁵. Além disso, importa ter em conta que já havia, na fase aqui estudada, um mercado editorial cartográfico relativamente amadurecido, marcado por tendências hegemônicas amplamente reconhecidas, tanto por consumidores de mapas quanto pelos empresários do ramo.

they operated as one more loom upon which Americans wove the fabric of their society” (BRÜCKNER, *The social life of maps in America*, posição 7540 de 9464).

⁸³ “Americans thus appear to have viewed the cartographic image of the nation as more than a desirable consumer object. Considering the widespread circulation of national maps, citizens endowed the logo image with the kind of political-aesthetic value of ‘Americanness’ which significantly would retain and generate its sacred aura despite the fact that the logo was mass-produced” (BRÜCKNER, *The geographic revolution in early America*, p. 140)

⁸⁴ “Throughout the eighteenth and nineteenth centuries, American production patterns transformed maps into a mass-produced consumer good. Mapmakers treated maps as commodities in the conventional sense of the term, that is, as things produced for exchange and profit. [...] map publishers and sellers positioned large maps along with durable goods acquired by the nation’s emerging middle class. [...] However, as we have seen above, with the arrival of new technologies and mass production, large-sized maps sold for a fraction of the original price. [...] maps of all sizes were increasingly made affordable to people belonging to vastly different economic classes” (BRÜCKNER, *The social life of maps in America*, posições 2856 a 2866, de 9464).

⁸⁵ “By 1850, the national map had turned into a sacred object” (*Ibidem*, posição 7572 de 9464).

Contudo, a obra de Brückner para por aí, deixando pendente, para nossos propósitos, um exame mais diretamente voltado para o início do século XX, de modo a considerar suas respectivas peculiaridades. Essa aproximação foi feita por Susan Schulten.

Schulten confirma e reforça as conclusões sinalizadas por Brückner, notadamente no que se refere à contribuição dos mapas oitocentistas para a configuração da comunidade imaginada estadunidense. Em *Mapping the Nation*⁸⁶ – um estudo dedicado à cartografia temática, conferindo atenção especial, como fizera Jeremy Black, a mapas e atlas históricos –, reconhece aquele mesmo paradigma, demonstrando como, ao longo do século XIX, a cartografia esteve intimamente associada a discursos nacionalistas, fornecendo, ainda, suporte narrativo às políticas territoriais expansionistas. Mas é, no entanto, em *Geographical Imagination in America, 1880-1950*⁸⁷ – uma obra anterior a *Mapping the Nation* e aos próprios trabalhos de Brückner – que Schulten dá seu passo mais relevante para nós, ao concentrar-se, diretamente, no período em que os mapas aqui examinados foram produzidos e circularam.

Esse primeiro trabalho de Schulten apresenta diversos elementos úteis à análise do nosso objeto de pesquisa. Além de voltar-se, diretamente, para o contexto histórico aqui estudado, o faz empreendendo um estudo dedicado, em uma perspectiva pouco comum, ao exame do processo de popularização dos parâmetros científicos estabelecidos para a cartografia. Por outro lado, descreve, de modo único para o período em questão, as circunstâncias gerais relacionadas ao mercado editorial cartográfico estadunidense. Sendo assim, embora não mencione peculiaridades dos mapas pictóricos, nem aprofunde algumas das associações que pretendemos aqui verificar, Schulten oferece valiosa contribuição para o entendimento do diálogo estabelecido entre as formas científica e popular de cartografia, praticadas nos Estados Unidos, naquele início de século XX. Tal período teria sido, conforme ela demonstra, marcado por um intercâmbio dinâmico entre canais discursivos fundamentais para a imaginação geográfica. Cartografia, sistema educacional, comunidade científica e mercado editorial estiveram, ali, intimamente associados.

Schulten aponta para o fato de todos esses canais terem interagido, ainda, com mudanças observáveis na política externa dos Estados Unidos, mudanças estas que teriam

⁸⁶ SCHULTEN, Susan. *Mapping the nation: history and cartography in nineteenth-century America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

⁸⁷ Trabalho de 2001, já citado anteriormente (SCHULTEN, *Geographical Imagination in America*).

impulsionado o advento de um novo interesse, por parte dos estadunidenses, pelo que estava além de suas fronteiras nacionais. A partir do final do século XIX, o conflito hispano-americano, bem como suas respectivas repercussões geopolíticas e, ainda, as duas guerras mundiais, teriam constituído uma sequência de eventos que tanto estimularia a difusão de conhecimento geográfico quanto nela encontraria apoio. A nova necessidade de informação referente a áreas que eram, até ali, solenemente ignoradas, seria suprida por um redimensionamento tanto dos meios formais de instrução – escolas e universidades – quanto do mercado editorial – livros, jornais, revistas e... mapas.

A referida época coincide, conforme já mencionado, com uma fase crítica para a afirmação da cientificidade dos estudos geográficos. A geografia, anteriormente associada a uma cultura de almanaque, livremente manipulada e apropriada por amadores, carecia de parâmetros metodológicos específicos, cujo estabelecimento revelava-se urgente para os geógrafos, caso quisessem obter reconhecimento frente à comunidade científica. Por outro lado, a delimitação de um objeto de estudo, que pudesse ser reivindicado como peculiar ao campo geográfico, também era posta como necessária, já que, até aquele momento, as fronteiras com outras áreas de conhecimento eram pouco nítidas. Se, em meados do século XIX, a geografia fora tida como mãe de todas as ciências, com seu ecletismo sendo, ali, assimilado como forma de virtude, o cenário havia mudado. Na passagem para o século XX, com a legitimidade científica estando associada, majoritariamente, a padrões elevados de especialização e refinamento técnico, geógrafos percebiam-se carentes de uma identidade própria.⁸⁸

Os envolvidos na criação dos primeiros cursos universitários de geografia, em seus diferentes níveis de graduação, estiveram imbuídos dessas preocupações, pois, ao

⁸⁸ “It was not until the late 1870s that modern geography began to appear in American universities, and only in 1898 was a separate department of geography established. The late nineteenth century was a critical time when many American universities were either born or reorganized with more secular goals and more specialized fields of knowledge. Newly professionalized economists, psychologists, philosophers, geologists, sociologists, and historians worked feverishly to secure a place for themselves in this new context. In Britain, Mackinder led the professionalization of geography [...]. In fact, Mackinder’s counterpart in the United States – the most important figure in the early professionalization of geography – was not a geographer but a geologist, a reflection of the absence of doctoral programs in geography at the time. William Morris Davis was trained in geology by Nathaniel Southgate Shaler, then appointed assistant professor of physical geography at Harvard in 1885. Davis reasoned that if geography were to mature it must first address what Mackinder had noticed as its thorny reputation as the ‘mother of all sciences’. In a climate where specialization was the key to institutional success, this claim only hindered progress. [...] In fact, the skepticism of nongeographers, together with Davis’s own battle to separate geography both from other university sciences and from the ‘commom’ geographical societies highlight a longstanding crisis: how does a field that is essentially synthetic explain its importance to a body of sciences that are premised on the uniqueness of their character? In other words, what would keep geography independent when it borrowed so heavily from geology, anthropology, botany, and other neighboring disciplines?” (*Ibidem*, p. 72-73).

habilitar uma categoria profissional individualizável e reconhecida, a academia definia padrões a serem chancelados com a autoridade científica. Schulten observa ter sido esta época inicial marcada por uma forte valorização da geografia física, sem que, no entanto, as relações entre a sociedade e o espaço, enquanto objetos de estudo, fossem totalmente descartadas. Ao contrário, com o passar dos anos, aspectos sociais, econômicos e políticos voltariam a despertar o interesse dos geógrafos, permanecendo latentes e, por vezes, assumindo função especial como elementos justificadores fundamentais para a própria existência da geografia. Pois se, por um lado, a reivindicação de temas também explorados pela sociologia, pela economia e pela história poderia descaracterizá-la enquanto área de conhecimento autônoma, por outro, uma restrição demasiada às questões abordadas também pela geologia levaria a efeito análogo.⁸⁹

Em sintonia com leituras vigentes à época, derivadas dos preceitos lamarckistas e do darwinismo social, geógrafos encontraram no determinismo e, posteriormente, no possibilismo, alternativas de interpretação do mundo que poderiam justificar o papel científico da geografia, o que se manteve mesmo quando aquelas teorias começaram a ser contestadas, após a Primeira Guerra Mundial⁹⁰. Assim, o estabelecimento da ligação entre os aspectos inorgânicos e humanos relacionados ao espaço passou a dividir protagonismo, de modo progressivo, com a geografia física, embora esta permanecesse ocupando

⁸⁹ “Shaler and Davis created a formal course of training in physical geography – the study of surface features of earth – and mentored the first generation of trained geographers in the United States. [...] As a geologist, Davis was oriented toward the physical rather than the human elements of the landscape, and during the 1880s and 1890s he advanced an idea that applied Darwinian evolution to the study of the earth. The resulting science of geomorphology would interpret rather than simply describe the physical landscape and frame the world as dynamic rather than static. [...] Davis’s concept of geomorphology helped legitimate geography in the university and gave geographers a tremendous boost in the process. But if geomorphology gained for geography some measure of clarity, it also reinforced geography’s identity as a subfield of geology” (*Ibidem*, p. 73).

⁹⁰ “Jurgen Herbst has argued that Darwinian concepts of evolution helped geography mature from its encyclopedic, fact-based form into a rational and dynamic study of life. Geographers used natural selection to explain the interaction between physical environment and life as one of inorganic control and organic response, and in the process they found their scientific principle. When geographers widened this interactive framework to include human behavior in the category of organic response, the range of ideas known loosely as Social Darwinism became pivotal. [...] More recently, David Stoddart has argued that Darwinian evolution clearly influenced the discipline of geography, although it was misinterpreted by American geographers. [...] Other scholars have convincingly argued that the intellectual roots of American geography owe less to Darwin than to his predecessor Jean Baptiste de Lamarck. [...] As George Stocking has observed, Lamarckian thought and modern behavioral science were well suited to one another in the late nineteenth century. [...] In other words, Lamarck bought the study of nature and culture together by linking environment, biology and social progress. [...] The peak of Lamarckian influence over the American behavioral sciences came in the 1890s; thereafter the rediscovery of Mendel’s laws in 1900 dealt a punishing blow to its credibility. In the case of geography, neo-Lamarckian explanation peaked slightly later and survived much longer” (*Ibidem*, p. 76-77).

posição fundamental⁹¹. Livremente associados, os critérios deterministas geográficos e raciais permaneceram, assim, amplamente reconhecidos como válidos para classificar diferentes comunidades, mesmo tendo passado, a partir da guerra, a ser menos aceitos nos espaços acadêmicos.⁹²

Evidentemente, todas essas tendências e anseios influenciariam a produção cartográfica. Entretanto, como já mencionamos, Schulten demonstra que não se trata de uma simples transposição da perspectiva acadêmica para os mapas. Diferente disso, há, no período em questão, uma estreita ligação entre o discurso cartográfico e os objetivos dos idealizadores de cada mapa, bem como um permanente diálogo entre a cartografia, seus editores e o público que a consome⁹³. O processo de produção e difusão dos mapas, assim como a dinâmica de imaginação nacional neles apoiada, teriam estado, assim, sujeitos à influência de diversos agentes, em diferentes graus. Das instituições estatais aos movimentos contra-hegemônicos, passando pelos burocratas, empresários, jornalistas, professores e uma extensa lista de outras categorias, inúmeros foram os que, em alguma medida, influíram e utilizaram formas cartográficas de discurso.

Conforme descreve Schulten, no que se refere ao sistema educacional, houve tanto uma resposta às tendências orientadas a partir da academia quanto um condicionamento delas próprias. Embora herdeira dos almanaques e dos métodos de ensino do século XIX, pouco relacionais e mais afeitos à simples memorização de nomes e localizações, a

⁹¹ “By the turn of the century Davis had trained many young geographers in physiography, but the pressure to develop apart from geology encouraged both him and his students to broaden their scope in order to study what geology did not – the organic elements of the landscape. Initially Davis and Shaler imagined this would include all aspects of life, but soon they began to encourage their students to concentrate on the *human* dimension of organic life. Davis, Shaler, and their students further refined this subfield as the *human response* to the physical landscape. This approach, which Davis called ontography, appeared to offer geography a reliable path to intellectual and institutional success; it was theoretically grounded yet – unlike physiography – also gave geographers an identity apart from geologists. [...] Physiography and ontography therefore shared the spotlight at the turn of the century: while the first causally linked elements of the environment with each other, the second linked the environment with its human inhabitants” (*Ibidem*, p. 75)

⁹² “This is not to say that geographers recognized the influence of Lamarck over their study, as many were unacquainted with his work. But throughout the first half of the twentieth century geographers did write about the interaction of humans and their environment with firmly Lamarckian presumptions. These assumptions were not always conceived in deterministic ways. While some geographers invoked them as evidence of an intellectual and social hierarchy in order to justify American expansionism or European imperialism, others used them to open up possibilities for social change. It was just this flexibility – or indeterminacy – implicit in Lamarckism that allowed it to shape geography long after it had been discredited in other behavioral sciences. In fact the range of interpretations possible in Lamarckian expositions is precisely what made it attractive to geographers” (*Ibidem*, p. 79).

⁹³ “Atlases and maps also attracted a wider audience in the early twentieth century, promoted by conflicts abroad and a growing leisure market at home, both of which encouraged map firms to adopt more aggressive and sophisticated strategies in the hope of controlling an increasingly national and competitive market” (*Ibidem*, p. 176).

geografia escolar incorporou o recurso às fórmulas acadêmicas mais recentes, propensas a admitir causalidade como via de estudo dos temas geográficos, desaguando nas alternativas deterministas e possibilistas de interpretação⁹⁴. Além disso, a escola esteve afinada à universidade também ao reverberar a ênfase na geografia física, cujos temas poderiam ser compatíveis tanto com os antigos quanto com os novos métodos de ensino.

Essa ênfase especializada na geografia física, ao lado da sobrevivência dos métodos de ensino baseados na memorização, mostraram-se cada vez mais inadequadas às mudanças em curso na sociedade estadunidense daquele início de século XX, despertando insatisfação entre estudantes e professores e, conseqüentemente, gerando demandas por mudanças, as quais partiam, agora, da escola para a academia. Multiplicavam-se, naquele momento, críticas à baixa aplicabilidade prática do conteúdo ministrado nas aulas de geografia. Como resultado, revelou-se cada vez mais desejável a atenção às temáticas mais próximas das ciências humanas, o que teve impacto nas reformas curriculares e na própria universidade⁹⁵.

Essas observações acerca da conjuntura do sistema educacional são de especial interesse para nós, pois boa parte da cartografia pictórica produzida no período aqui estudado foi elaborada para atender a fins didáticos. Proliferaram, naqueles anos, mapas e atlas escolares que adotavam, deliberadamente, o formato de linguagem cartográfica por nós examinado. É interessante, a propósito, que, justamente em uma fase de inserção das temáticas socioeconômicas e culturais nas aulas de geografia, paisagens e caricaturas “típicas” de cada região passassem a ganhar lugar nos mapas. O mesmo pode ser dito acerca das leituras deterministas e possibilistas das relações humanas com o espaço, as

⁹⁴ “For geographers, Lamarckism was more often than not a theory of human *response* to the environment. Implicit in this formulation was the assumption that humans were byproducts of the earth, but also in some measure responsible for their interaction with the environment. By the early twentieth century, the reaction to the physical landscape – more than the landscape itself – was what preoccupied geographers. And this theme of response to the environment contained a powerful moral dimension of responsibility that nicely suited the didactic purposes of school geography” (*Ibidem*, p. 78-79)

⁹⁵ “The transformation of foreign interests at century’s end, together with curriculum reforms, recreated geography texts in three ways. First, the textbooks reorganized the world around physical environment *as it related to trade*. Second, this focus led to texts that placed humans at the center through their ability to extract, manipulate, and export natural resources. Third, this use of resources became a measure of progress: authors judged states, cultures, and races worthy to the extent that they participated in trade. Thus by the early twentieth century this ability of humans to progress within their environment – to become *civilized* – became a function of commercial strength. Similarly, descriptions of progress began to hinge on the *conquest*, rather than simply the presence or absence, of resources. [...] This emphasis on natural resources and commerce is the key to geography textbooks of this era because it not only linked humans with their environment but created a relationship that placed man at the center of geography rather than at the periphery, where he had stood under physiography and physical geography. The ‘humanization’ of the curriculum, alongside the nation’s expansionist drive, allowed commercial geography (and the political geography) to flourish in place of physical geography” (*Ibidem*, p. 107).

quais foram, aparentemente, melhor contempladas pelo modelo pictórico de representação. E, embora perceba a progressiva valorização do elemento humano pela geografia, bem como implicações fundamentais disso, Schulten pouco avança no sentido de relacionar tais circunstâncias com a crescente presença dos mapas pictóricos nas escolas.

Mesmo assim, movimento análogo é por ela constatado em um outro espaço, por uma perspectiva também interessante para nós. Trata-se do expressivo aumento, nas primeiras décadas do século XX, da incidência de fotografias humanas, associadas a paisagens, nas páginas da revista *National Geographic*⁹⁶. Sendo este um veículo de ampla disseminação no período estudado, o fenômeno percebido por Shulten parece ter assumido notável ressonância popular, o que é singularmente relevante para nossa proposta de pesquisa.

National Geographic é uma publicação que tangencia diversos dos objetos de estudo aqui examinados, pois, além de explorar temas geográficos, faz uso frequente de mapas, reivindica uma postura científica, busca alcançar um grande público, e, tratando-se de revista de grande circulação, interage fluentemente com as circunstâncias hegemônicas vigentes no mercado editorial⁹⁷. Significativamente, além do mais, ostenta o adjetivo “nacional” em seu próprio nome.⁹⁸

⁹⁶ Referindo-se ao período inaugurado pela Guerra Hispano-Americana e aos novos territórios a partir dali ocupados pelos estadunidenses, Schulten constata: “The *Geographic* prepared its readers well for American stewardship of these territories. But this expansion of responsibility came simultaneously with a recognition that they were inhabited by people who were utterly different and possibly less advanced than Americans. To allay these fears the *Geographic* repeatedly invoked the second goal of American internationalism: progressive uplift. [...] The descriptions of the natives of these new territories were made even more persuasive through the use of photography. Though photographs had appeared in the magazine before the war it was the Cuba and Philippine numbers that initiated the heavy use of illustration, a hallmark of the twentieth-century *Geographic*. [...] The featured article on Cuba that followed included routine topographic maps and diagrams interspersed with village and street scenes. [...] Not only did the magazine print more photographs during the war, but it also began to include human subjects in addition to physical landscapes. [...] This intensified and widened use of photography marks a critical shift for the magazine” (*Ibidem*, p. 57-58).

⁹⁷ Citando John Hyde, editor da revista no início do século XX, Schulten anota: “To Hyde, the Society and its magazine had become ‘an agency popular and yet authoritative’, a role it began to institutionalize after the war. [...] Looking back it was the Spanish-American War that first suggested to the editors that geography included the realm of human – even political – interaction. [...] They were able to capitalize on human curiosity and channel it into an enterprise that quickly became an American institution. Their keen eye for creating and finding geography in interesting places – using exploration, zoology, aviation, anthropology, entomology, and meteorology – captivated millions” (*Ibidem*, p. 66-67).

⁹⁸ “Far more consequential for the *Geographic* was the tacit assumption – by professionals and amateurs alike – that geographical knowledge was linked to the health of the nation itself, a precondition for vigorous nationalism. [...] the events of 1898 [a guerra Hispano-Americana] allowed the Society to put into practice what was already a principle at the magazine, that geographical knowledge was a tool of nationalism. The Spanish-American War encouraged the men at the magazine to broaden geography to include newsworthy and controversial problems such as race, commerce, and colonialism. [...] This willingness to cover the war as a meeting ground of national and scientific interest was further fueled by the contemporary intellectual

Entretanto, austeridade científica e linguagem popular podem ser pouco conciliáveis. Schulten demonstra que, nas primeiras décadas do século XX, a busca pelo equilíbrio entre essas formas de abordagem suscitou acalorados debates entre acadêmicos, editores e o público leitor, ecoando polêmicas presentes no seio da própria *National Geographic Society*, entidade que concebera a publicação. Nesse cenário, criticando o que viam como vulgarização da ciência, um contingente expressivo de geógrafos, dentre os mais renomados, chegou a desligar-se da associação, fundando outro órgão de representação. Mas a aura de cientificidade e a credibilidade dela decorrente não chegaram a desfalar a revista. Ao contrário, a habilidade de seus editores tornou possível a preservação desses mesmos atributos, aliando-os às adaptações operadas em nome de uma maior aceitação junto ao público.⁹⁹

Na avaliação de Schulten, a inserção das fotografias de personagens e paisagens teria sido decisiva para essas adaptações. Imediatamente após a vitória na Guerra Hispano-Americana, em um período fundamental para a expansão imperialista estadunidense, o crescimento do interesse geral por curiosidades relacionadas a territórios tidos como exóticos, agora sob virtual controle dos Estados Unidos, foi peculiarmente atendido pelo formato fotográfico de linguagem. Amparadas por um suposto comprometimento científico, certas fotos podiam ser publicadas sem ter que passar por um crivo moral que, certamente, as censuraria caso partissem de outros lugares de fala. Imagens de mulheres com os seios à mostra, por exemplo, embora gerassem polêmica ao

context of academic geography. [...] in order to be relevant and useful to both the natural and the human sciences, geographers widened their charge to include not just the physical landscape but also assessments of human progress in that landscape” (*Ibidem*, p. 50-51).

⁹⁹ “Furthermore, any study of the early *Geographic* must take account of its relationship not just to the war but also to contemporary magazine culture. During this decade the literary and current events magazines that had dominated since the Civil War [...] were gradually eclipsed by a new generation of less expensive magazines geared to different tastes and concerns. Three of these – *Munsey’s*, *Cosmopolitan*, and *McClure’s* – were far more dependent on advertising than on subscriptions, were markedly more visual than their predecessors, and reached a far wider audience. [...] The *geographic* occupied an odd place in this transition. It gazed into the future and drew strength from the past. In the 1890’s the *Geographic*, with its limited circulation, technical content, and paltry advertising, could not be defined as popular. Only toward the turn of the century did the editors begin to think of the magazine as having a potentially national audience. [...] the Spanish-American War created a climate of experimentation that turned the magazine toward the human, the political, and the visual. [...] Despite its relatively high price and late arrival as a mass-market magazine, the *Geographic* came to exemplify this new, intensely visual genre of middlebrow publications. By 1919 its impressive circulation was second only to that of the *Saturday Evening Post*, and exceeded the combined distribution of the *Atlantic Monthly*, the *Century*, *Harper’s Magazine*, *Outlook*, *Review of Reviews*, *Scribner’s*, and *World’s Work*. Thus the *Geographic* outstripped the circulation of the venerable older monthlies and the newer mass-market magazines even though it identified as a journal for members of an elite scientific Society” (*Ibidem*, p. 151-153).

serem publicadas, não só podiam ser divulgadas pela *National Geographic* como chegavam mesmo a reforçar a reputação da revista.¹⁰⁰

Do ponto de vista da imaginação de uma identidade nacional, a presença das fotografias de figuras tidas como exóticas facilitava, certamente, o distanciamento em relação aos “outros” ali representados. Postas ao lado de mapas, nas páginas de uma publicação reconhecida pelo público como confiável, podiam contribuir, de modo considerável, para esse processo de imaginação. No entanto, para além da presença das imagens, as ausências é que podem ser ainda mais interessantes, no que se refere à construção das identidades nacionais. Ocorre que, enquanto a diferença frente ao estrangeiro é exaustivamente representada, as eventuais diferenças entre os pares nacionais podem passar solenemente ignoradas.

Schulten ressalta que o impulso imperialista posterior à guerra hispano-americana coincide com um deslocamento de foco, por parte da *National Geographic*, de dentro para fora do território então reconhecido como nacional pelos estadunidenses. Este teria sido, também, o momento da inserção de figuras humanas, tidas como estrangeiras e exóticas, nas páginas da revista. Mas, e quanto às fotografias dos próprios estadunidenses, ocupantes da área consagrada pelo logomapa nacional? Estariam essas imagens totalmente ausentes da publicação, ou seriam apenas pouco frequentes? E, estando presentes, haveria distinções entre tais ocupantes? Schulten silencia quanto a tais questões, parando na constatação daquele deslocamento de foco da revista.

Seria elucidativa uma busca, junto ao acervo da *National Geographic*, dirigida no sentido de solucionar tais dúvidas, de modo cabal, tendo em conta que o próprio silêncio de tais fontes poderia ser representativo. Mas, para os propósitos por nós assumidos, basta perceber que os mapas pictóricos, por meio das gravuras por eles dispostas dentro e fora do logomapa estadunidense, sugerem respostas interessantes para os mesmos questionamentos. Neste sentido, Schulten percebe a interação entre gravuras, charges e mapas, em jornais e livros escolares¹⁰¹. Mas não chega a completar o ciclo, com o exame da inserção gráfica de imagens no que era tido como mapa nacional dos Estados Unidos.

¹⁰⁰ “These photographs clearly left strong impressions in people’s minds. [...] And yet despite its relatively provocative photography, the *Geographic* continued to stand largely beyond reproach in American culture. Nudity, however common and offensive to some, did not ever inspire widespread objections, which suggests that the *Geographic* was able to legitimate its work as ‘scientific’ to the one million amateur anthropologists who received the magazine by 1926” (*Ibidem*, p. 172).

¹⁰¹ As charges que recorrem a mapas são mencionadas por Schulten, que, apesar disso, não chega a estender a discussão aos mapas pictóricos: “The Spanish-American War, along with the Open Door Notes and the Russo-Japanese War, sparked in Americans a keen interest in geography. Cheap monthlies and newspapers

Nem mesmo Stephen Hornsby, em seu trabalho especificamente dedicado aos mapas pictóricos, chega a completar este movimento. Embora mencione a interação entre tais mapas e manifestações nacionalistas estadunidenses, *Picturing America* não fornece um maior aprofundamento da compreensão deste intercâmbio, ficando mais voltado à apresentação e à classificação geral do material ali reunido. Sem a intenção de empreender um estudo histórico que extrapole as circunstâncias básicas de elaboração, produção e circulação do material examinado, Hornsby deixa de lado questões relacionadas à construção discursiva das ideias de nação, bem como o possível reforço proporcionado, pelo formato pictórico, ao aproveitamento simbólico do logomapa nacional nesse mesmo processo.

O estudo de Hornsby, entretanto, apresenta diversos dados relevantes para nós. Além de um amplo levantamento de mapas, acompanhados pelas respectivas descrições referenciais, *Picturing America* traz uma análise geral da cartografia pictórica enquanto gênero e, ainda, informações biográficas relacionadas a alguns dos principais responsáveis tanto pela elaboração quanto pela preservação dessa categoria de fontes.

Embora constate que os mapas pictóricos estadunidenses tenham vivido seu auge entre as décadas de 1920 e 1960, Hornsby ressalva que o estilo responde a influências bem mais remotas¹⁰². De uso comum entre os cartógrafos atuantes nos períodos medieval e moderno, as ilustrações teriam perdido seu espaço relativo apenas nos mapas do século XIX. Na verdade, o que torna mais significativo o seu renovado aproveitamento, na primeira metade do século XX, é, justamente, o fato de elas terem sido, já desde os oitocentos, descartadas pela cartografia hegemônica, de cunho declaradamente científico.

A própria definição atribuída aos mapas pictóricos tendeu, naquele momento, a aproximá-los da arte e distanciá-los da ciência¹⁰³. No entanto, no que se refere à

were full of cartoons that used cartographic imagery to persuade readers of America's opportunity and mission abroad" (*Ibidem*, p. 176).

¹⁰² "American pictorial mapmakers drew inspiration from a rich cartographic heritage. Medieval maps with their fantastic beasts, alarming sea monsters, fabulous cities, and statuesque kings and queens offered plentiful ideas. Although medieval maps were not as widely reproduced in the 1920's and 1930's as they are today, black-and-white illustrations could be found in books and magazines, and a few manuscript maps existed in major public and university libraries" (HORNSBY, *op. cit.*, p. 4).

¹⁰³ Citando avaliação do jornalista Jay Mordall, proferida em 1929, Hornsby aponta para a predominância, no início do século XX, da cartografia científica em detrimento dos mapas pictóricos: "For Mordall, mapmaking had lost a 'little of its interest' because it was 'no longer an art'. Over the centuries, cartography had become an exact science, and 'imagination and poetry' had 'gone out of it'.

When Mordall was writing in the late 1920's, American mapmaking was dominated by scientific and commercial interests. The federal government, through the US Geological Survey (USGS), produced topographic and geological maps. Private companies, such as Rand McNally, George F. Cram, and C.S. Hammond, issued atlases and individual map sheets. The National Geographic Society created a range of products, from the well-known magazine with its map inserts to map sheets and atlases. Oil corporations,

modalidade cartográfica em questão, a fronteira real entre as posturas artística e científica parece pouco rígida, admitindo um intercâmbio de papéis, de modo a contribuir tanto para a acessibilidade popular do discurso quanto para a autoridade técnica de seu argumento. Nesse sentido, se a inclusão de ilustrações ocorre em mapas cujos contornos obedecem a critérios mínimos de cientificidade, o resultado não só aproveita como reforça o franco reconhecimento público desses mesmos critérios, bem como dos símbolos consagrados por seu uso padronizado e reiterado¹⁰⁴. E, por outro lado, se aqueles mesmos critérios e símbolos, consagrados e naturalizados pelo cotidiano, forem, em situações pontuais, deliberadamente distorcidos, a crítica aí proposta ganha significado justamente em função da força dos símbolos consagrados pelo tempo¹⁰⁵. Por fim, paradoxalmente, o que se pretendia satirizar acaba conservando sua condição de “realidade” livre de distorções.

frequently working with General Drafting Company and Rand McNally, turned out road maps, popularly known as ‘gas maps’. Towns and cities also produced their own transit and street maps. All these various maps showed the location of places for the purposes of navigation, wayfinding, and planning. Maps were produced with a constant scale, aligned to the grid of latitude and longitude, and oriented to north at the top of the sheet. Decorative information was eschewed in favor of a striking cover, as on gas maps, or demographic and economic information, as in atlases. Scientifically accurate and functional in use, these maps had a standard, uniform look. [...] Pictorial maps were quite different from these scientific maps. Unlike the federal agencies and publishing houses that produced uniform maps, artists and cartographers created a great variety of pictorial output” (*Ibidem*, p. 3)

¹⁰⁴ Hornsby enfatiza que o rigor técnico não era priorizado pelos autores de mapas pictóricos. Mas, apesar disso, o aproveitamento de padrões mínimos estabelecidos pela cartografia pretensamente científica é perceptível nos mapas utilizados como *suporte* para as inserções pictóricas. Trazendo a discussão para nossos propósitos, percebemos que a observância desses padrões mínimos permitiu que os mapas pictóricos aproveitassem o logomapa nacional, conservando-o como símbolo prontamente reconhecível e mantendo, assim, sua função discursiva intacta. É o que podemos depreender destas duas observações, a segunda delas citando cartógrafo estadunidense ativo na década de 1930:

“Since the early nineteenth century, cartographers and graphic artists had spent a good deal of time and effort devising effective means of representing quantitative data on maps. An array of visual symbols, ranging from dot distributions to graduated symbols, choropleth maps, and cartograms, have been used to represent statistical series on thematic maps. However, few of these visual symbols were capable of representing qualitative data. A pictorial mapmaker had to grapple with representing place, people, memory, history activity, and architecture. This required artistic depictions of cultural landscapes and buildings, portraits and scenes, and texts explaining history and meaning. Inevitably, artists flouted cartographic conventions. Although pictorial maps were usually oriented with north at the top, constant scale was frequently discarded. [...] Such admissions were anathema to quantitative mappers. Nevertheless, the best pictorial maps could bring a viewer into a place or region in a way that few scientific maps could match.

Unlike most topographic maps or road maps, which respected the restrictions of a two-dimensional surface, pictorial maps aimed to create a three-dimensional picture. Graphic artists achieved this in several ways. Most commonly, the designer worked with a two-dimensional base map and placed the three-dimensional pictorial elements on top” (*Ibidem*, p. 45).

“American pictorial maps also differed from scientific maps in their content. As mapmaker Jack Atherton observed in the 1930’s ‘Today’s decorative maps no longer attempt guidance of an explorer’s destiny, leaving that tremendous responsibility to topographical maps ably compiled by scientific methods. Instead, through a wealth of illustration and a reasonable degree of geographic accuracy, they reveal intimately the innermost character of a country’” (*Ibidem*, p. 4).

¹⁰⁵ Conforme sugerido por Pickles e Winichakul, em trechos por nós citados, respectivamente, nas notas 61, 62 e 72.

No início do século XX, o logomapa nacional estadunidense, conforme demonstrado por Brückner e sugerido por diversas outras das referências aqui citadas, já se encontrava consolidado como um desses símbolos cartográficos sumariamente reconhecíveis pelo público geral. Agregando a ele, ainda, outros signos popularmente assimiláveis, os mapas pictóricos puderam multiplicar seu potencial discursivo, permitindo inúmeras formas de associação ao imaginário nacionalista. É dessa capacidade para comportar significado, de modo condensado e passível de rápida compreensão, que a cartografia pictórica derivou potencial comunicativo, despertando interesse publicitário, educacional e governamental¹⁰⁶. Tratando-se, aqui, de uma simbologia nacional disseminada pelos mais variados espaços discursivos, aos quais as pessoas estão cotidianamente expostas e com os quais interagem, frequentemente, de modo desinteressado, revela-se montado um cenário propício à configuração das formas banais de nacionalismo observadas por Michael Billig. E, por outro lado, estando essa circulação de símbolos intimamente conectada às formas de intercâmbio presentes no mercado editorial, tem-se em pleno funcionamento os mecanismos de imaginação coletiva e simultânea verificados por Benedict Anderson.

São essas as implicações que nos interessam e que não constituíram alvo para Hornsby. Além disso, tanto ele quanto Schulten e Brückner não recorrem diretamente às categorias de análise disponibilizadas pela cartografia crítica, cuja aplicabilidade aos mapas pictóricos pretendemos testar. Sua possível contribuição para um melhor entendimento das alternativas cartográficas de discurso nacionalista – notadamente, as proporcionadas pela inclusão de paisagens e figuras humanas no logomapa nacional – é o que está no nosso horizonte.

¹⁰⁶ “Pictorial maps were published by all manner of people and businesses, ranging from map compilers and graphic artists to bookshops, newspapers, publishing houses, and map publishers. Although newspapers incorporated pictorial maps into their daily broadsheets, other publishers had to advertise and market their maps. [...] Marketing pitches varied. A primary motive for selling pictorial maps was their educational value. [...] The Graphic History Association of New York, publisher of ‘Picture History Maps’ designed by Elizabeth Shurtleff, advertised its maps as suitable for travel, education, and decoration. Well aware of automobile tourism, the association played up the difference between gas maps and picture history maps. [...] Teachers tacked pictorial maps onto classroom walls and set map exercises, and school, college, and public libraries were keen purchasers. [...] Pictorial maps sold well to tourists. Across the country, graphic artists and cartographers developed pictorial maps for state tourist agencies, national parks, and historical sites. [...] Pictorial maps were particularly well suited to advertising exhibitions. [...] With their ‘decorative charm and interest’, pictorial maps were advertised as suitable for home decorating. [...] Large department stores, such as Macy’s in New York City, stocked pictorial maps to cater to these varied uses” (*Ibidem*, p. 46-50).

2.4 – Desconstruindo o discurso cartográfico

Antes de prosseguir, é útil uma melhor descrição dos métodos propostos pela cartografia crítica. Seremos breves e, portanto, não temos a intenção de apresentar um levantamento exaustivo dessas propostas metodológicas. Apenas situaremos, aqui, conceitos que serão aproveitados adiante. Tomaremos por base os já citados trabalhos de John Brian Harley¹⁰⁷ e Denis Wood¹⁰⁸.

Harley, como já mencionado, foi pioneiro no estudo de mapas enquanto construções discursivas com consequências ideológicas. Baseando-se nas lições de Erwin Panofsky, propõe uma avaliação dos mapas como obras de arte, considerando, em sua respectiva interpretação, os níveis de significado que dão sustentação à iconografia a eles aplicada¹⁰⁹. Além disso, recorre a Jacques Derrida e Michel Foucault para defender uma desconstrução das formas cartográficas de discurso¹¹⁰. Conjugando essas duas

¹⁰⁷ HARLEY, *op. cit.*

¹⁰⁸ WOOD, *op. cit.*

¹⁰⁹ “Panofsky suggested that in any painting we encounter (1) a primary or natural subject matter consisting of individual artistic motifs; (2) a secondary or conventional subject matter that is defined in terms of the identity of the whole painting as a representation of a specific allegory or event (he gave the example of a painting of the Last Supper); and (3) a symbolic layer of meaning that often has an ideological connotation. This does not offer a neat formula for early map interpretation, but it may be ventured that the level of meaning in a map are similar to those in a painting” (HARLEY, John Brian. *Text and Contexts. In: _____ The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001. p. 47)

¹¹⁰ Citando, nos trechos entre aspas, *Portrait of the King*, obra de Louis Marin, Harley explica: “Many may find it surprising that ‘art’ no longer exists in ‘professional’ cartography. In the present context, however, these signs of ontological schizophrenia can also be read as reflecting an urgent need to rethink the nature of maps from different perspectives. The question arises as to whether the notion of a progressive science is a myth partly created by cartographers in the course of their own professional development. I suggest that it has been accepted too uncritically by a wider public and by other scholars who work with maps. For those concerned with the history of maps it is especially timely that we challenge the cartographer’s assumptions. [...] The notion of deconstruction is also a password for the postmodern enterprise. Deconstructionist strategies can now be found not only in philosophy but also in localized disciplines, especially in literature, and in other subjects such as architecture, planing, and, more recently, geography. I shall specifically use a deconstructionist tactic to break the assumed link between reality and representation which has dominated cartographic thinking, has led it in the pathway of ‘normal science’ since the Enlightenment, and has also provided a ready-made and ‘taken for granted’ epistemology for the history of cartography. The objective is to suggest that an alternative epistemology, rooted in social theory rather than in scientific positivism, is more appropriate to the history of cartography. It will be shown that even ‘scientific’ maps are a product not only of ‘the rules of the order of geometry and reason’ but also of the ‘norms and values of the order of social... tradition’. Our task is to search for the social forces that have structured cartography and to locate the presence of power – and its effects – in all map knowledge. The ideas in this particular essay owe most to writings by Foucault and Derrida. My approach is deliberately eclectic because in some respects the theoretical positions of these two authors are incompatible. Foucault anchors texts in sociopolitical realities and constructs systems for organizing knowledge of the kind that Derrida loves to dismantle. But even so, by combining different ideas on a new terrain, it may be possible to devise a scheme of social theory with which we can begin to interrogate the hidden agendas of cartography. Such a scheme offers no ‘solution’ to a historical interpretation of the cartographic record, nor a precise method or set of techniques, but as a broad strategy it may help to locate some of the fundamental forces that have driven map making in both European and non-European societies. From Foucault’s writings, the key revelation has been the omnipresence of power in all knowledge, even though that power is invisible or implied, including the particular knowledge encoded in maps and atlases. Derrida’s notion of

orientações básicas, Harley sugere que os mapas sejam lidos como elaborações textuais, marcadas pela apropriação retórica de uma simbologia hegemônica, consolidada historicamente. Sendo assim, na visão dele, a leitura de um mapa deve ir além de suas margens, de modo a considerar os contextos pessoal, técnico e social nos quais o cartógrafo se percebe inserido, bem como, ainda, o diálogo da cartografia com outras formas de linguagem e, por fim, as consequências, em termos de poder, da aceitação sumária de padrões cartográficos consagrados como, pretensamente, científicos.

Wood, por sua vez, aprofunda essas propostas e, acompanhado por John Fels¹¹¹, propõe uma decodificação dos textos cartográficos que abarque diversos aspectos envolvidos em sua elaboração e leitura. Wood reconhece a presença, em cada mapa, de códigos intra e extra-significantes, a serem conjuntamente considerados pelo intérprete, pois é partindo da interação entre eles que o mapa pode comunicar significados. São elencadas por Wood como intra-significantes as modalidades de códigos por ele chamadas “icônicas”, “linguísticas”, “tectônicas”, “temporais” e “de apresentação”. Os códigos extra-significantes, por sua vez, seriam classificados em “temáticos”, “tópicos”, “históricos”, “retóricos” e “utilitários”. Essa lista não é posta como exaustiva, podendo haver, segundo Wood, outros códigos explorados em um dado mapa. Mas, a princípio, ao menos os aqui citados tendem a estar presentes em qualquer texto cartográfico.¹¹²

the rhetoricity of all texts has been no less a challenge. It demands a search for metaphor and rhetoric in maps where previously scholars had found only measurement and topography” HARLEY, John Brian. Deconstructing the Map. In: _____ *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001. p. 151-152).

¹¹¹ A metodologia aqui sumarizada é adaptada por Wood a partir de trabalho iniciado em parceria com John Fels, ainda em 1986, no estudo *Designs on signs*. Wood faz referência também a contribuições de John Krygier no que se refere a outras reflexões constantes de *Rethinking the power of maps* (WOOD, *op. cit.*).

¹¹² “The map, then, is comprehended in two or three ways and all at the same time. In the first place, the map is a system of ontological claims (*this is*) and locative assertions about them (*this is there*). These are posted to a map, these *have to be* posted to a map (which is a sign plane), as *signs*. At the level of *language* (at the level of intrasignification), these signs labor to construct a visual analogue of phenomena, attributes, and spatial relations, a model encouraging the circulation of meaning required for the construction and transmission of territorial authority. At the level of *myth* (at the level of extrasignification), the signs then refer to themselves and their makers, trading in the values and ambitions required to project the map into the world of action as a document *capable* of embodying territorial authority. Whereas intrasignification consists of an array of sign functions indigenous to the map and which, taken jointly, constitute the map as sign, extrasignification appropriates the complete map and deploys it as *myth*.

In effect, the map acts as a focusing device between these two planes of signification, gathering its internal or constituent signs and offering them up collectively as the system of propositions that is the map [...]. Yet what effers from the map is not substantially different from what is afferent upon it—these have simply been repositioned in the semiological function—and whereas extrasignification exploits the map in its entirety, *we have seen how the initiatives of myth extend to even the most fundamental and apparently sovereign aspects of intrasignification, and are ultimately rooted in them*. This is to say that if the postings weren’t inherently political, their embodiment in signs would force them to be, for instantiations of

Para nossos propósitos, convém descrever, minimamente, cada uma dessas categorias. Os códigos intra-significantes estão no nível da linguagem, dizendo respeito ao que é comunicado pelo mapa, mais diretamente, a partir dos signos por ele explicitamente apresentados. Dessa ordem são os códigos icônicos, referentes ao repertório de unidades gráficas reproduzidas, de forma individualizada, no plano cartográfico. Também aqui estão os códigos linguísticos, correspondentes às palavras utilizadas para dar títulos, nomear, ou, ainda, descrever ícones ou situações representadas. Já o código tectônico é aquele que permite alocar e relacionar itens no espaço, enquanto que o código temporal situa os dados e relacionamentos representados no tempo, atribuindo a eles ocorrência e duração cronológica. Por fim, o código de apresentação é aquele que relaciona todos outros intra-significantes, aqui mencionados ou não, organizando-os e orientando-os no plano cartográfico.

Os códigos extra-significantes, por sua vez, são definidos por Wood como sendo aqueles que operam na ordem do mito, permitindo o diálogo do mapa com o que, embora lhe seja fisicamente externo, atua na construção discursiva efetivamente realizada, tanto condicionando-a quanto emprestando-lhe autoridade. Entre eles está o código temático, que delimita o domínio correspondente ao tema do discurso cartográfico empregado. O código tópico, por seu turno, possibilita que seja conferida identidade e sentido discursivo ao que é alocado pelo código tectônico, abrindo caminho para que o está situado espacialmente seja singularmente definido, ganhando a condição de lugar específico. Já o código histórico é aquele que qualifica os limites cronológicos estabelecidos pelo código temporal, datando historicamente o tempo delimitado para o mapa. Esse movimento, em conjunto com os demais também operados, discursivamente, pelo e para o mapa, são organizados, como argumento, por meio do código retórico. Para concluir, Wood identifica o código utilitário, referente à aplicação prática para a qual o mapa foi concebido.

Não dispomos, evidentemente, de espaço para o pleno uso de todas essas categorias. Sendo assim, reiteramos que nossa intenção, neste momento, restringe-se à avaliação de sua aplicabilidade, em sentido amplo, às fontes examinadas, e não, propriamente, de sua aplicação detalhada e pormenorizada. É importante, ainda, destacar que os próprios pesquisadores aqui citados não pretenderam apresentar uma metodologia

conceptual things can't be posted in the abstract; and even the simplest, even the least articulated sign can be—*will be*—appropriated by myth. (There are no innocent postings.)” (*Ibidem*, p. 86).

definitiva e livre de condicionantes às quais eles próprios possam estar sujeitos. Ao contrário, chegam mesmo a defender a necessidade de escrutínio da própria tendência conhecida como “cartografia crítica”, já que, sendo as iniciativas elencadas em tal tendência datadas, a aceitação ingênua de seu ineditismo pode ocultar outras formas de contestação bem mais remotas, cuja existência pretérita confirma, a propósito, o caráter discursivo da construção do que se entende, majoritariamente, como cartograficamente válido¹¹³.

2.5 – Estudo dos mapas

2.5.1 – *Entre as tendências de conjunto e as exceções*

Uma primeira observação possível, tomando por base o conjunto dos mapas consultados, é a de que, de fato, parece ter havido, a partir da década de 1920, uma considerável proliferação da cartografia pictórica em circulação nos Estados Unidos, configurando o que Hornsby definiu como “era de ouro”¹¹⁴. É preciso destacar, no entanto, que, apesar da sensível multiplicação perceptível naquele momento, os mapas pictóricos colhem inspiração de produções que remontam, pelo menos, ao período medieval, conforme o próprio Hornsby reconhece¹¹⁵. Há exemplos provenientes, inclusive, do século XIX¹¹⁶, época na qual, entretanto, é nítida a absoluta predominância do que entendemos como “mapa político” – qual seja, o padrão marcado pela ênfase conferida às fronteiras políticas, com os espaços internos, por elas demarcados, apresentados de forma majoritariamente uniforme, sem o acréscimo de personagens ou paisagens.

¹¹³ “But then, given their propensity to undergird the status quo—to instantiate the “real”—maps have been critically regarded from their very beginnings, though when critical cartography is usually thought about, it’s thought about as something... recent. Actually it began in the 16th century. The standard story is that critical cartography developed during the late 1980s and early 1990s in opposition to the hegemonic description of mapmaking as a progressive and value-free transcription of the environment. [...] Binding this stuff together was the nature of the critique, which was less about ferreting out bad maps or making better ones than about trying to lay bare, understand, and question the presumptions of professional cartography, ‘professional cartography’ here embracing academic cartography, official mapmaking, and the mapmaking of the dominant map houses. As a story about the origins of a now pervasive critique of the assumptions and practices of professional cartography, the standard story has undoubted merit: the decade did witness an unprecedented attack on the fundamentals of cartographic history, theory, and practice. But construing critical cartography in this narrow beam forecloses an awareness of both a precedent history of critique within the profession of cartography itself, and a much longer history of critical thinking in mapmaking as a whole” (*Ibidem*, p. 120).

¹¹⁴ HORNSBY, *op. cit.*

¹¹⁵ *Ibidem*.

¹¹⁶ O mapa pictórico apresentado anteriormente, na figura 2, por exemplo, antecipa, ainda na década de 1880, diversas características presentes nos mapas da “era de ouro” identificada por Hornsby (*ibidem*).

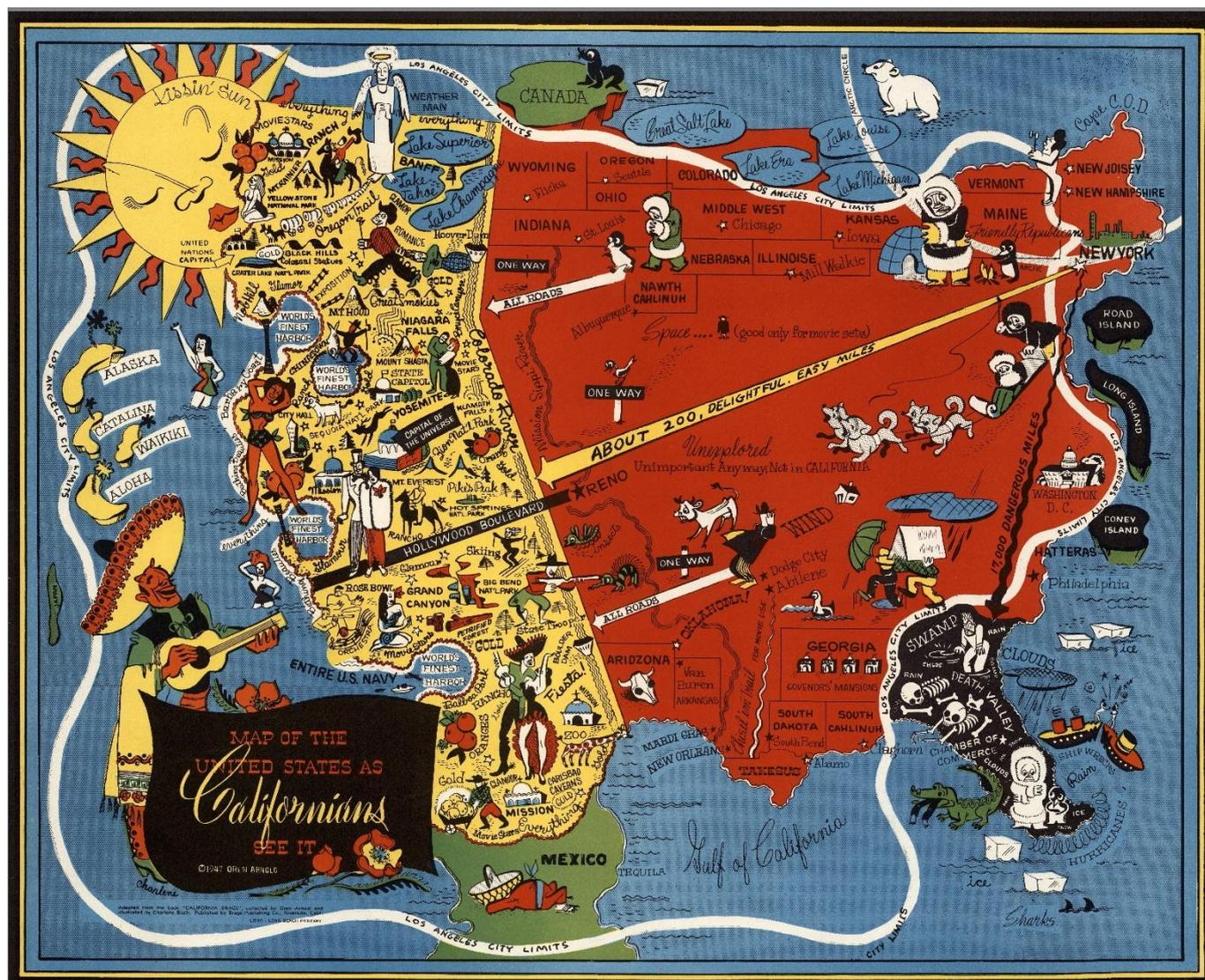
Outra constatação possível diz respeito ao aproveitamento predominante, pela cartografia pictórica, do perfil de mapa nacional consolidado ao longo do século XIX, nos termos observados por Brückner. É frequente o recurso, por parte dos elaboradores de mapas pictóricos, ao logomapa estadunidense, com fronteiras geográficas precisas e ajustadas a critérios de proporção e escala, orientado com o Norte no topo. São evidentes, a propósito, as semelhanças entre os critérios adotados no mapa político da figura 1 e no pictórico da figura 2. O conjunto de mapas por nós consultados confirma o caráter absolutamente hegemônico desse perfil.

Sendo os mapas construções discursivas, entretanto, há espaço para exceções aos parâmetros consolidados como hegemônicos. Mesmo assim, estes parâmetros são de tal forma legitimados que, para atingir objetivos particulares, o criador de um mapa precisa remeter-se a diretrizes gerais, ainda que pretenda questioná-las. Nesse sentido, é interessante notar que a simples elaboração de um mapa pictórico que se pretenda crítico, por si só, já é indício da presença de um padrão cartográfico precedente, admitido como válido e prontamente reconhecível. Afinal, em boa parte das vezes, apenas a consolidação prévia de determinados símbolos pode permitir que a mensagem transmitida, pelo criador do mapa em questão, seja compreendida por seus destinatários, especialmente se estes forem numerosos.¹¹⁷

É o que ocorre no mapa da figura 3. Ali, a Califórnia é apresentada como destino turístico ideal para os nova-iorquinos que pretendam fugir do inverno. A distorção das convenções cartográficas hegemônicas contribui para que se apresente, com bom humor, o discurso bairrista dos californianos, tendente a afirmar a superioridade das atrações proporcionadas por seu território, frente às oferecidas por seu principal destino concorrente, qual seja, a Flórida. Caso não houvesse uma relativa difusão prévia do mapa nacional, com o correspondente conhecimento por parte de um determinado público, a crítica proposta pelo autor não faria sentido e, talvez, sequer houvesse sido cogitada, ao menos em termos cartográficos.

¹¹⁷ Lembramos, novamente, as reflexões propostas por Pickles e Winichakul, constantes das notas 61, 62 e 72.

FIGURA 3¹¹⁸



É interessante observar o quanto, na linha indicada por Pickles, um mapa como este pode revelar acerca do potencial ideológico das convenções cartográficas, mesmo distorcendo-as – ou, na verdade, justamente em função de distorcê-las. Além disso, é igualmente relevante notar o reforço proporcionado, pelas inserções pictóricas, ao discurso cartográfico ali proposto. Ao perceber o quão íntima essa associação pode ser – quando posta em uma elaboração cartográfica que se mostra alternativa aos parâmetros estabelecidos – somos levados a imaginar a dimensão que a mesma associação pode

¹¹⁸ Mapa turístico promocional, de 1947 (ARNOLD, Oren; BISCH, Charlene. *Map of the United States as Californians see it*. [Riverside], 1947. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~268606~90042793:Map-of-the-United-States-as-Califor?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qv=q:8146000;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&rs=1. Acesso em 6 de setembro de 2021).

assumir – quando, por outro lado, conjuga inserções pictóricas a mapas que concordem com as próprias convenções hegemônicas, reproduzindo-as sem maiores questionamentos.

Por fim, antes de darmos outros passos, convém destacar que o mapa em questão sugere a aplicabilidade, mesmo a elaborações cartográficas não convencionais, dos métodos de análise propostos pela cartografia crítica, notadamente os indicados por Denis Wood e John Fels. Diversos dos códigos por eles identificados como apropriáveis pelo discurso cartográfico são ali aplicados, de modo perceptível. É possível notar, por exemplo, o antagonismo entre os códigos icônicos associados à Califórnia – todos remetendo a situações de conforto e prazer proporcionados por um clima favorável ao turismo – e os ligados à Flórida – estes, bem menos convidativos, aludem a situações de perigo e desconforto climático. Além disso, percebe-se que o intercâmbio entre esses códigos contribui para aprimorar e enfatizar o argumento sustentado. E, se o símbolo consagrado como mapa nacional não está, ali, literalmente posto, permanece implícito como dado, permeando o discurso de modo latente.

O exame de mapas abertamente alternativos ao padrão hegemônico, portanto, como indicado por Pickles, permite que notemos, de modo mais atento, interações que, quando da leitura de mapas convencionais, costumam passar despercebidas, naturalizando o que é ideologicamente construído. Constatação que, certamente, recomenda o estudo dos mapas pictóricos, embora estes tenham sido, por um bom tempo, ignorados por pesquisadores que abordam a relação entre cartografia e nacionalismo.

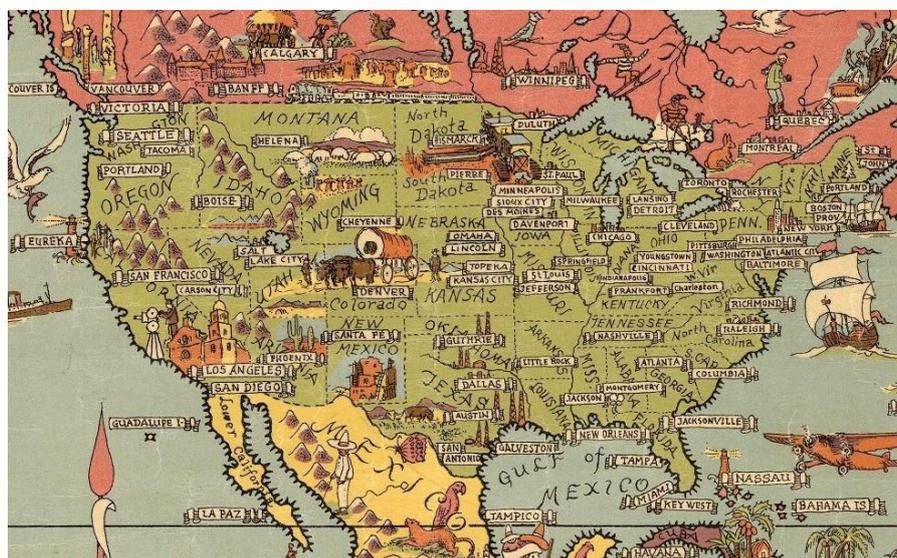
A força dos paradigmas cartográficos ideologicamente naturalizados é, aliás, marcadamente presente no conjunto de mapas pictóricos por nós estudados. Mesmo entre estes mapas, as propostas que desafiam critérios dominantes de orientação e escala – tais como a que acabamos de avaliar – mostram-se pouco frequentes quando comparadas à reprodução continuada dos padrões hegemônicos. O mapa nacional padronizado, por exemplo, é aproveitado pela maioria absoluta dos mapas a que tivemos acesso.

Como mencionamos anteriormente, a consolidação gradual do logomapa estadunidense, verificável ao longo do século XIX, já foi demonstrada em outros estudos. Passaremos, agora, ao exame das possíveis relações entre esse símbolo e inserções pictóricas associáveis a perspectivas de nação e nacionalismo.

FIGURA 4¹¹⁹



APROXIMAÇÃO 4.1



¹¹⁹ CHASE, Ernest Dudley. *Mercator map of the world*. [Boston], 1931. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~274091~90047850:Mercator-map-of-the-world--By-Ernest?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:8494000;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=1. Acesso em 6 de setembro de 2021.

2.5.2 – *Fronteiras cartográficas e federalismo*

O conjunto de mapas pictóricos por nós consultado evidencia a importância do ideário federalista para a concepção de nação a partir deles representada. O logomapa nacional aparece, na maioria do material examinado, dividido entre os entes federativos. Mesmo em mapas mundiais, como o da figura 4, o território estadunidense é, frequentemente, apresentado com fronteiras internas.

Esta é, certamente, uma ressalva à ideia de unidade nacional. Mas, por outro lado, o conjunto do discurso cartográfico deixa evidente que isso ocorre sem prejuízo do nacionalismo. Ao contrário, reforça a própria singularidade dos Estados Unidos, destacando o que lhe é posto como peculiar frente a outras nações. A interação entre os códigos utilizados no exemplo citado incrementa essa retórica, pois, embora o logomapa estadunidense apareça dividido em linhas internas, estas são atenuadas em relação às que marcam fronteiras nacionais e, além disso, a cor aplicada ao que se tem como mapa nacional dos Estados Unidos é uniforme, distinguindo-o dos demais e afirmando a unidade interna que marca essa distinção.

A consolidação discursiva do logomapa estadunidense esteve, já ao longo do século XIX, orientada por esse padrão federalista, que está presente no mapa da figura 1, publicada em 1865. A simples apropriação do mesmo parâmetro pela cartografia pictórica posterior é, a propósito, evidência daquela consolidação. Mas o exame das inserções pictóricas acrescentadas ao logomapa estimulam um olhar que vá além disso, pois possibilitam a identificação de leituras essencialistas do que é, reiteradamente, apresentado como traço fundamental de cada ente federativo. E, embora não haja, aqui, espaço para a demonstração de um maior conjunto de mapas, os que trouxemos bastam como amostra da frequente apresentação, por exemplo, da Geórgia e do Alabama como regiões fundamentalmente agrárias, ocupadas exclusivamente pela produção algodoeira, enquanto que, por outro lado, Nova York, Michigan ou Illinois aparecem como áreas totalmente industrializadas e densamente urbanizadas.

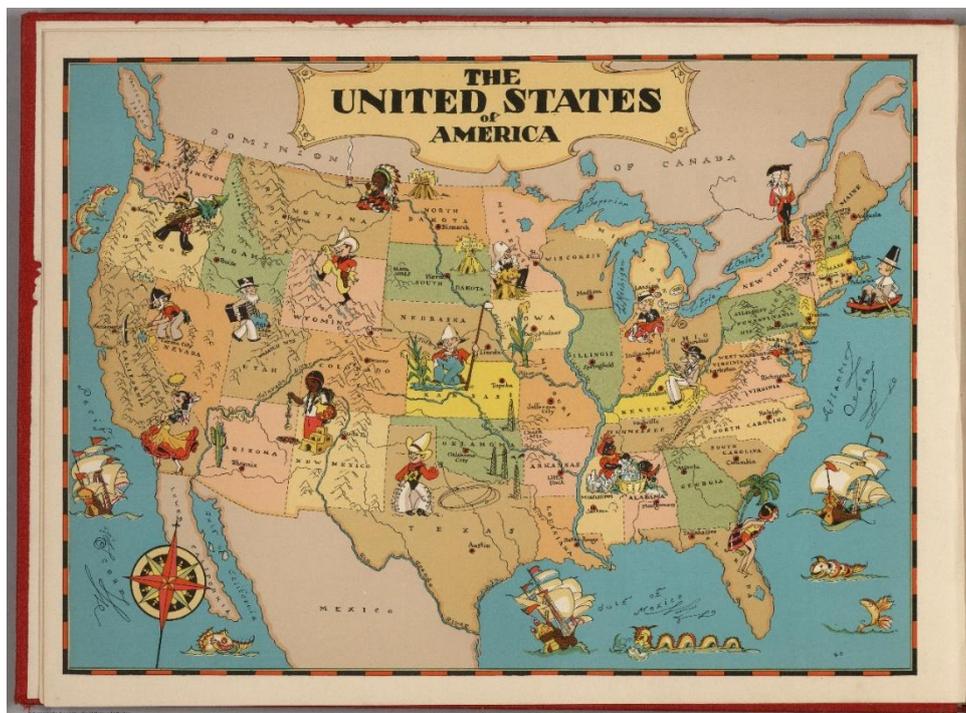
A disposição dos mapas pictóricos reunidos em atlas constitui outra evidência da compatibilização entre, por um lado, o reconhecimento de determinadas características regionais, e, por outro, o discurso cartográfico nacionalista. O exemplo apresentado nas figuras 5, 6, 7 e 8, atende a formato padronizado, que se estende a todos os outros atlas constantes do material por nós levantado. Essas publicações costumavam trazer, com frequência, um mapa nacional dividido, ocupando a primeira página ou a própria capa, e,

em seguida, mapas de cada um dos estados, reproduzidos em escala variável, de modo a permitir que cada um tenha espaço análogo ao reservado aos demais.

FIGURA 5¹²⁰



FIGURA 6¹²¹



¹²⁰ TAYLOR, Frank J.; WHITE, Ruth Taylor. *Our U.S.A.: A Gay Geography*. Boston: Little, Brown, and Company, 1935. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~259433~5522518:Covers--Our-U-S-A--A-Gay-Geography-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:7823001;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=1. Acesso em 9 de setembro de 2021.

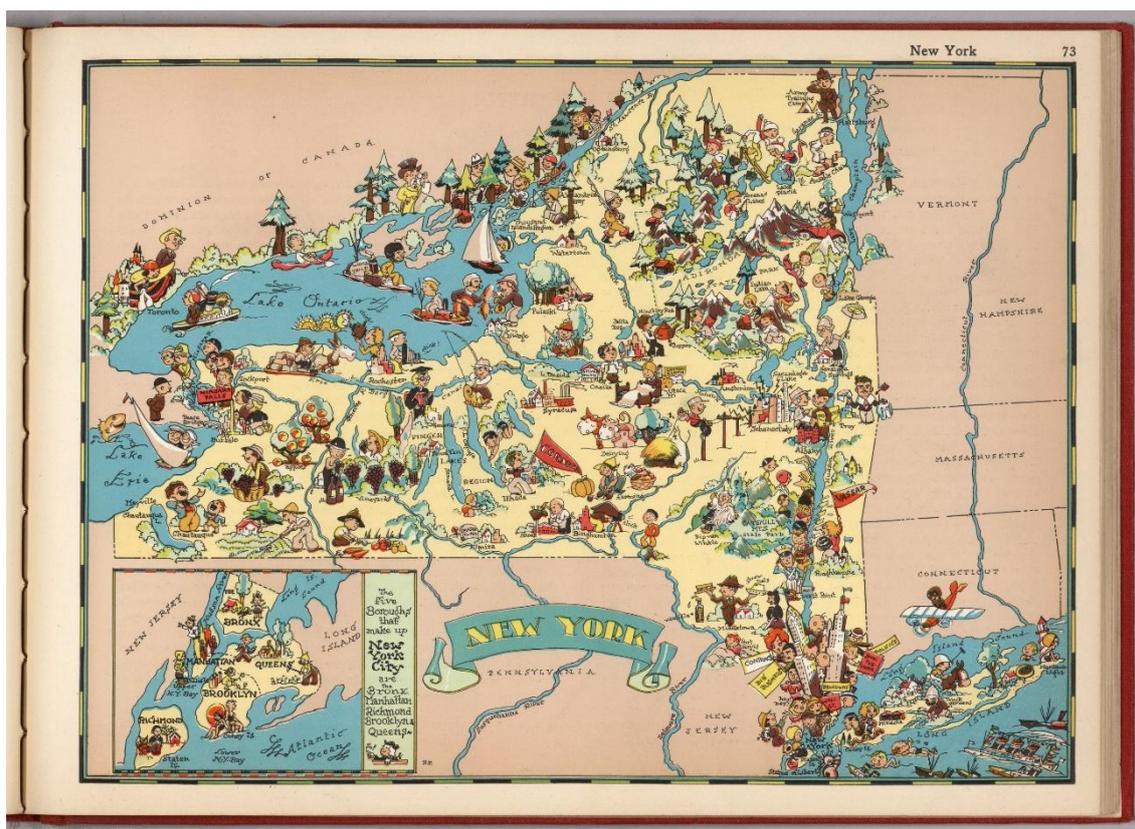
¹²¹ TAYLOR, Frank J.; WHITE, Ruth Taylor. *The United States of America*. [Boston: Little, Brown, and Company], 1935. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~259446~5522521:Frontispiece--The-United-States-of-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:7823004;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=1. Acesso em 6 de setembro de 2021.

FIGURA 7¹²²



122 TAYLOR, Frank J.; WHITE, Ruth Taylor. *Georgia*. [Boston: Little, Brown, and Company], 1935. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~259489~5522633:Georgia-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:7823030;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=1. Acesso em 6 de setembro de 2021.

FIGURA 8¹²³



2.5.3 – Fronteiras pictóricas e protagonismo limitado

A reprodução reiterada de inserções pictóricas padronizadas contribui, também, para a essencialização dos papéis atribuídos a determinados agentes pelo discurso cartográfico hegemônico. Estando tais inserções em logomapas nacionais, é possível notar como elas interagem com a ideia de nação majoritariamente transmitida pelos mapas pictóricos, que confirmam a prevalência de concepções machistas e racistas de nação, vigentes entre os estadunidenses da primeira metade do século XX.

Discutiremos esse padrão de inserções adiante. Antes disso, no entanto, cremos ser instrutiva a análise de uma exceção ao parâmetro pictórico hegemônico, análise esta que permite evidenciar como a apropriação discursiva do logomapa nacional pode ser operada por perspectivas distintas de nação, tal como ocorre quando do recurso a outros

¹²³ TAYLOR, Frank J.; WHITE, Ruth Taylor. *New York*. [Boston: Little, Brown, and Company], 1935. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~259556~5522589:New-York-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:7823074;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=1. Acesso em 6 de setembro de 2021.

símbolos constantes do vocabulário nacionalista. É possível demonstrar, assim, que a identificação dos limites levantados, pelo discurso nacionalista hegemônico, às perspectivas a ele alternativas passa, também, pelo exame das iniciativas de aproveitamento de seus próprios fundamentos simbólicos.

FIGURA 9¹²⁴



O mapa da figura 9 foi produzido por integrantes do movimento sufragista, encampado por mulheres estadunidenses nas primeiras décadas do século XX. Integra um conjunto composto por outras produções cartográficas publicadas naqueles anos, que narravam o avanço das promulgações, pelos estados, de legislações que passavam a admitir o voto feminino. Trata-se, portanto, de construção discursiva contra-hegemônica que, sustentada gradualmente pelo argumento cartográfico, buscava afirmar a inexorabilidade da caminhada rumo à universalização do sufrágio.

É fundamental, portanto, ter em mente que este mapa integra uma sequência. A escolha dele, em específico, para nossa reflexão, deve-se ao fato de o mesmo trazer elementos pictóricos, os quais, aliás, interagem ativamente com a narrativa sustentada pelo conjunto. Em termos intra-significantes, códigos icônicos e linguísticos, por

¹²⁴ MAYER, Henry. The Awakening. *Puck Magazine*, p. 14-15, 20 fevereiro 1915. Disponível em: <https://digital.library.cornell.edu/catalog/ss:8245859>. Acesso em 6 de setembro de 2021.

exemplo, operam em conjunto, conferindo identidade – e correspondente valorização e reconhecimento – a cada um dos estados nos quais o sufrágio já havia sido estendido às mulheres. Os demais estados, por outro lado, aparecem indiferenciados, preenchidos, em conjunto, por uma escuridão, povoada iconicamente por faces expressando desespero e braços estendidos, tudo conotando pedidos de socorro, os quais são dirigidos à figura feminina que porta a luz, em formato culturalmente associado à liberdade. Em termos tectônicos e de apresentação, esse símbolo libertador é disposto caminhando para emancipar a região ainda ocultada pelas trevas, para a qual, inclusive, aponta. A mensagem resultante, especialmente quando o mapa é associado ao texto que o acompanha, bem como aos outros mapas que compõem a sequência da qual ele próprio faz parte, indica um movimento libertador progressivo, direcionado para o leste dos Estados Unidos. Por fim, considerando a relação desse conjunto semiótico com os códigos extra-significantes que aí também atuam, o significado construído aponta para um contraponto crítico àquela que talvez seja a principal epopeia nacional estadunidense, qual seja, a “marcha para o oeste”.

A postura discursiva aqui presente é, portanto, decidida e enfaticamente, contra-hegemônica. Para nós, entretanto, é fundamental notar que, enquanto verdadeiros mitos fundantes dos Estados Unidos são ali contestados, outros símbolos nacionais permanecem intocados, chegando mesmo a ser, silenciosamente, realçados. Referimo-nos ao logomapa nacional estadunidense, que não apenas é reproduzido de forma suficientemente fiel às convenções cartográficas então vigentes, como, ainda, é apresentado de forma isolada do restante do mundo, ignorando, inclusive, os territórios vizinhos. Uma das consequências, premeditadas ou não, é a restrição da luta pelo sufrágio feminino ao interior dos limites nacionais, isolando-a de dinâmicas externas. Outra consequência é o reforço tácito – pela via banal, identificada por Billig – do próprio nacionalismo estadunidense.

Certamente, no entanto, a ênfase discursiva ali aplicada apontava para outros horizontes temáticos, não estando dirigida, em termos diretos, à promoção do nacionalismo, embora tal promoção pudesse acabar naturalizada, de modo irrefletido. É o que ocorre na maior parte dos mapas pictóricos que examinamos, incluindo, aí, o reproduzido na figura 10. O código temático ali operado é fundamental para a compreensão do conjunto, que, embora não induza, explicitamente, leituras nacionalistas, conserva-as implicitamente naturalizadas. Afinal, se o turismo é o tema discursivo central, que delimita o plano significativo pelo qual transitam todos os signos utilizados, o território ao qual as atividades e atrações turísticas estão restritas é, ele próprio, também

inseridas em paisagens naturalizadas pela reprodução reiterada de códigos majoritariamente invariáveis, mesmo quando o próprio tema do discurso cartográfico muda. Consequentemente, a postura ativa e diversificada é negada a esses grupos, que são, também eles, essencializados em uma condição indiferenciada e passiva.

Os povos indígenas são apresentados, pela absoluta maioria dos mapas pictóricos consultados, de modo homogêneo e profundamente estereotipado. É rara sua interação ativa com o código temático proposto em cada mapa. Isso é especialmente perceptível quando nos voltamos para mapas turísticos, tais como o da figura 10. Para o turista estadunidense, o indígena é um *outro uniformizado*, que, quase sempre, integra a paisagem na condição passiva de *atração exótica*. Na aproximação 10.1, essa condição é evidente, revelando estereótipo difundido, de forma generalizada, pela maioria dos mapas pictóricos que pudemos examinar.

Afro-americanos são também apresentados, na grande maioria dos mapas analisados, de modo essencialista e profundamente estereotipado. Descritos, fundamentalmente, como trabalhadores braçais, têm esta condição naturalizada por uma reiteração discursiva hegemônica, posta em prática pela cartografia pictórica do período por nós estudado. Talvez em consequência disso, por outro lado, os próprios desvios a essa tendência generalizada acabam postos como transgressões infantis e irresponsáveis, o que é reforçado por signos que remetem a preconceitos culturalmente institucionalizados. Além disso, mostrados exclusivamente em paisagens regionalmente localizadas e também naturalizadas, são postos como a estas inevitavelmente confinados.

Como já mencionado, no mapa da figura 10, é evidente a ausência de integração entre os ícones pictóricos atribuídos a afro-americanos e o código temático central, o que conota uma situação de exclusão. Na aproximação 10.2, por exemplo, podemos notar a antítese entre a condição atribuída às mulheres brancas – que aproveitam a praia, no litoral da Flórida – e às negras – que trabalham, nos campos de algodão espalhados pelo sul dos Estados Unidos. Além disso, é forte a carga racista do discurso ali empregado. Podemos notar, por exemplo, a referência à mulher negra que, no norte do Mississippi, estaria sonhando em ser branca. Ou, ainda, alusões preconceituosas a crianças de Louisiana – descritas pelo código linguístico como *pickaninnies*, um termo culturalmente pejorativo¹²⁶ – e a mulher da Geórgia – a qual, definida linguisticamente como *mammy*,

¹²⁶ PILGRIM, David. *Watermelons, Nooses and Straight Razors: Stories from the Jim Crow Museum*. Oakland: PM Press, 2018.

porta, na cabeça, lenço que distingue, iconicamente, uma condição também menosprezada pela cultura dominante¹²⁷.

A marginalização de certas comunidades aparece de forma especialmente nítida em mapas cujo código temático comunica *movimento*. Há, aqui, uma forte tendência a *fixar*, por exemplo, afro-americanos em paisagens rurais e indígenas em paisagens naturais, negando, a ambos, interação com o dinamismo do tema cartograficamente proposto. É o que ocorre nos mapas das figuras 11 e 12.

FIGURA 11¹²⁸



¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ SOUTHERN PACIFIC RAILROAD COMPANY. *United States of America*. [San Francisco], 1928. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~268670~90046137:United-States-of-America--Printed-i?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:8167000;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=1. Acesso em 6 de setembro de 2021.

APROXIMAÇÃO 11.1



APROXIMAÇÃO 11.2



Por meio do mapa da figura 11 – elaborado em 1928, com o apoio daquela que era a principal fabricante estadunidense de mapas – pretendia-se promover a infraestrutura de transporte mantida pela Southern Pacific Lines. Linhas férreas e marítimas são apresentadas tendo o mapa nacional como suporte e evocando integração espacial, proporcionada pelo trânsito de pessoas e mercadorias, por meio de trens e navios a vapor. A associação entre códigos intra e extra-significantes – notadamente, o icônico, o tectônico e o tópico – sugerem o pleno funcionamento dessa integração dinâmica. Além disso, os códigos icônico, linguístico, histórico e retórico atuam em conjunto para sugerir, tanto dentro das fronteiras do logograma quanto nas margens e no cartucho, uma aproximação entre a referida empresa de transporte e os pioneiros da marcha para o oeste. Por fim, o próprio código utilitário, voltado para os efetivos usuários das linhas férreas e marítimas, direciona a mensagem a um público específico.

É de se supor que indígenas, negras e negros não compõem esse público consumidor, pois o próprio discurso cartográfico os imobiliza. Os afro-americanos aparecem presos às lavouras de algodão do sudeste dos Estados Unidos, repetindo a orientação hegemonicamente reiterada por todo um universo de mapas pictóricos – padrão visível na aproximação 11.1. Quanto aos povos indígenas, ficam relegados às imediações da fronteira com o México, uma das áreas onde costumam ser postos pelos mapas estudados, geralmente de modo integrado à natureza – aproximação 11.2. Ainda, no que se refere a estes últimos, é interessante perceber como o código histórico pode ser seletivo, pois, enquanto sua presença é posta em um passado remoto – de modo destacado por uma inserção pictórica posta no cartucho –, boa parte do impacto representado pela construção das ferrovias no mundo indígena é, simplesmente, ocultado. A resistência oposta por essas comunidades a tal processo de expansão ferroviária, por sua vez, sequer pode ser cogitada a partir da leitura do mapa, mesmo com as diversas referências históricas aí feitas.

FIGURA 12¹²⁹



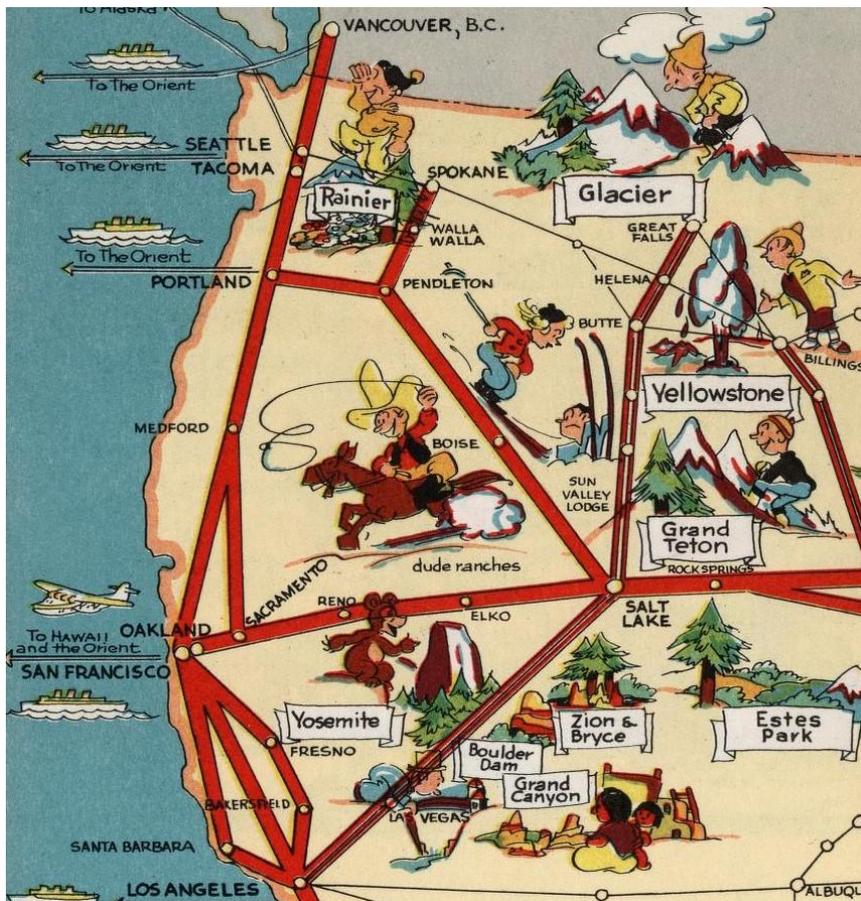
O mapa da figura 12, por sua vez, foi posto em circulação em 1939, com o intuito de divulgar linhas de transporte aéreo operadas pela United Air Lines. Encomendado aos mesmos autores do atlas escolar correspondente às figuras 5, 6, 7 e 8, repete traços lá presentes. Entretanto, em termos de perfil discursivo cartográfico, as semelhanças não se

¹²⁹ TAYLOR, Frank J.; WHITE, Ruth Taylor. *Flying United's Main Line Airway*. [United Air Lines], 1939. Disponível em: https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~259717~5522696:Flying-United-s-Main-Line-Airway-?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:7824002;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=0&trs=1. Acesso em 6 de setembro de 2021.

devem exclusivamente a essa coincidência autoral. Há, aqui, uma fiel observância do padrão presente na maioria dos demais mapas examinados.

O mapa nacional – destacado e facilmente reconhecível – aparece abrindo linhas de transporte aéreo que integram o território. A própria logomarca da United Air Lines, a propósito, ostenta o logomapa dos Estados Unidos. Simultaneamente, é nítido como a maior parte das inserções pictóricas alusivas a pessoas brancas interage com o código temático, sugerindo que estas mesmas pessoas praticam turismo diversificado e viajam por todo o território, transportadas pelos aviões da empresa ali promovida. O mapa é feito para elas, o que é evidenciado pelo texto que o acompanha, sendo o código utilitário diretamente esclarecido na frase final. Por outro lado, novamente, uma lógica de exclusão é perceptível, pois as referências pictóricas a indígenas e afro-americanos não são feitas de modo a integrá-los. Assim, enquanto brancos visitam e consomem paisagens – de modo dinâmico e ativo –, negros, negras e indígenas simplesmente habitam e integram seus inerentes espaços – de forma fixa e passiva.

APROXIMAÇÃO 12.1



APROXIMAÇÃO 12.2



É o que podemos notar na aproximação 12.1. Componentes de uma paisagem natural e estática, indígenas do Grand Canyon são ali apresentados de forma mais próxima aos ursos de Yosemite que aos viajantes brancos. Já na aproximação 12.2, a alusão pictórica feita a indivíduo negro, por seu turno, embora situe-o mais ao norte que o sugerido pelo padrão comum ao conjunto dos mapas estudados, também o exclui do tema geral. Ali, o personagem representado não é, em absoluto, um turista consumidor de transporte aéreo. Trata-se, ao contrário, de trabalhador dedicado ao cuidado de cavalos, tão restrito a esse ambiente de trabalho quanto os animais apresentados ao lado, também confinados ao campo.

Neste último caso, a diferença frente a indivíduos brancos – que também lidam com cavalos, mas de forma distinta – é perceptível. Essa diferenciação, no entanto, extrapola o que encontra apoio nos códigos cartográficos, indo além do que nos propusemos a trabalhar aqui. É necessário um espaço superior ao que temos para poder abrigar um estudo que contemple, também, a crítica das inserções pictóricas em si mesmas, tornando possível avaliar, de modo mais aprofundado, o diálogo por elas travado com a construção cultural de estereótipos. Admitindo ser tal construção fundamental para o estabelecimento discursivo do que se tem como *outro* – recorrentemente excluído do

que é imaginado como comunidade nacional – podemos concluir que a contribuição das inserções pictóricas para o discurso cartográfico pode potencializá-lo em níveis não detectáveis caso recorramos, apenas, às ferramentas aqui testadas. Nesse sentido, a associação de indivíduo negro à figura de um *jockey*, por exemplo, pode revelar preconceitos excludentes muito mais profundos que o comunicado cartograficamente¹³⁰, reforçando a mensagem de modo que merece um exame próprio.

O que temos, entretanto, é suficiente para demonstrar como a reiteração cartográfica essencializa caracterizações espaciais, restringindo a presença de grupos humanos específicos a determinadas áreas. Nesse sentido, registramos que chama a atenção, no conjunto dos mapas consultados, a virtual ausência de negros e negras no norte do território estadunidense – como podemos perceber na figura 8, que exemplifica uma tendência predominante –, contrastando, por outro lado, com sua presença recorrente no sul – como ocorre no exemplo da figura 7. Códigos tectônicos e tópicos, definidos e reiterados, naturalizam, assim, perfis regionais. Embora haja, em mapas de cidades como Nova York, referências a afro-americanos, estas costumam ser, também aí, circunscritas espacialmente. Tal constatação assume especial relevância se considerarmos que essas populações, então presentes no norte dos Estados Unidos já há um bom tempo, vinham sendo, ainda, consideravelmente aumentadas pela dinâmica migratória em curso no início do século XX. Aqui, o silêncio cartográfico, nos termos observados por Harley, é prenhe de significado, o que nos faz pensar na dimensão que a cartografia pode emprestar a discursos segregacionistas.

¹³⁰ PILGRIM, *op. cit.*

3 – CONCLUSÃO

3.1 – Grito silencioso

O que foi demonstrado permite constatar que os mapas pictóricos não só podem ser estudados com um olhar instrumentalizado pela cartografia crítica como admitem, ainda, ter seu papel na configuração de discursos nacionalistas evidenciado por esse mesmo olhar.

De saída, a própria reiteração do recurso a um padrão de mapa nacional, recorrentemente aproveitado como “base” para as inserções pictóricas, confirma seu franco reconhecimento enquanto signo, de modo perfeitamente correspondente. Afinal, tanto quem coloque um mapa em circulação quanto os que nele busquem alguma informação pretendem, evidentemente, manter alguma comunicação. E, para que esta seja estabelecida, é preciso que tenhamos mensagem em vez de ruído, sendo os sinais aí empregados dotados de algum significado culturalmente estabelecido. O logomapa nacional dispõe disso, assumindo a condição de verdadeiro símbolo, capaz de reafirmar, de modo autoexplicativo, a existência do que é pressuposto, mesmo dispensando o apoio de outros signos.

A identificação do intercâmbio entre os diferentes códigos empregados na cartografia possibilita, por sua vez, que se redimensione o potencial discursivo representado pelas inserções pictóricas. Quando acrescentadas ao logomapa, estas interagem com o conjunto de modo a revelar a presença de fronteiras internas ao território nacional, não tão perceptíveis caso as mesmas inserções não estivessem ali presentes. Estas fronteiras pictóricas vão muito além dos meros limites explicitados por códigos cartográficos intra-significantes. Na verdade, essas inserções acrescentam signos que remetem a outras codificações, enriquecendo o discurso cartográfico. Talvez aí esteja um limite às avaliações de mapas pictóricos que sejam pautadas exclusivamente pelos códigos pré-definidos por Denis Wood e John Fels, evidenciando a possibilidade – que, aliás, já havia sido admitida por eles próprios – de outras codificações serem observáveis em um dado mapa. Afinal, signos pictóricos categorizam indivíduos, diferenciando-os e separando-os de modo perceptível, mesmo para um olhar pouco atento aos códigos marcadamente cartográficos.

Aqui, aliás, os mapas pictóricos gritam. O farto uso de estereótipos evidencia a presença dessas fronteiras internas. Embora não contemos, nos limites do presente trabalho, com os referenciais e o espaço necessários para avaliar elementos semióticos

específicos às inserções pictóricas em si, é possível, com o que já temos, perceber que, ao menos em termos de discurso cartográfico, perfis pictóricos alusivos a determinados grupos humanos são, frequentemente, apresentados como alheios à nação estadunidense, mesmo quando diretamente citados pelos mapas estudados. E, embora diversos dos códigos aí envolvidos operem de forma silenciosa, a reprodução recorrente de estereótipos chega a ser, em diversos momentos, estridente. É o que podemos perceber na maior parte dos mapas aos quais tivemos acesso.

Parece possível ir além dessa avaliação, mas, para tanto, é preciso qualificar nosso entendimento acerca da construção discursiva desses estereótipos, que estiveram presentes também em outras plataformas de imaginação nacional, sendo, apenas, aproveitados pelos mapas pictóricos. Talvez um estudo comparativo, que contemple também charges e outras formas de representação, possa servir para refinar a compreensão da função discursiva desempenhada por esses perfis pictóricos reiterados, bem como, ainda, para avaliar possíveis variações. Para isso, seria necessário um mergulho mais profundo, que pudesse alcançar categorias da semiologia e formas de nacionalismo aqui não trabalhadas de modo específico.

As fronteiras internas aos mapas nacionais pictóricos examinados, perceptíveis mesmo sem esse aprofundamento, podem mostrar-se ainda mais evidentes quando os códigos cartográficos extra-significantes são melhor compreendidos. É interessante perceber como o conhecimento das circunstâncias culturais, políticas e econômicas vigentes nos Estados Unidos, durante as décadas em que esses mapas por lá circularam, aparece como central para a leitura dos mesmos. Nesse sentido, formas de exclusão representadas cartograficamente dialogam com a imaginação coletiva de um perfil excludente de nação, tendente a relegar grupos humanos inteiros à condição de *outro*, mesmo reconhecendo sua presença no interior do território nacional. E os Estados Unidos passaram, ao longo da primeira metade do século XX, por guerras, fases de prosperidade e colapso econômico, conflitos sociais e, fundamentalmente, períodos de exacerbação de discursos machistas, racistas, fundamentalistas e... nacionalistas.

Tendo em conta esse contexto, é importante sempre voltar ao fato de que os mapas pictóricos eram concebidos com o intuito de comunicar e convencer. Seus objetivos passavam, assim, pela necessidade de interagir com um público-alvo, compartilhando ideias e promovendo o que pudesse, por meio delas, encontrar alguma aceitação. E, se esses mapas eram efetivamente consumidos, em grande quantidade e em diversos

espaços, a questão que se coloca é: *por quem?* Quem tinha acesso à escola, ao turismo, aos meios de transporte, ou, ainda, às mercadorias promovidas pelos mapas pictóricos?

Pode-se, apressadamente, reunir aí uma elite econômica e uma classe média branca, machista e racista. Mas tal resposta pode resultar precipitada e reducionista. O nível de disseminação dos mapas pictóricos e sua alta acessibilidade, tanto em termos de custo quanto de linguagem, sugerem um alcance mais amplo. Além disso, não parece recomendável generalizar tal nível de radicalismo excludente, mesmo no interior do referido grupo apresentado pelos mapas como protagonista, principalmente tendo em conta sua respectiva e inevitável diversidade.

Considerando o que temos aqui, não é possível apresentar uma avaliação mais exata desse público, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Mas os mapas pictóricos possibilitam, ao menos, perceber a presença de tendências discursivas hegemônicas que podem ser postas, inclusive, de modo banalizado, o que é, ideologicamente, facilitado pelo uso de uma linguagem cartográfica. E aí está uma justificativa viável para sua aceitação, mesmo entre os que, porventura, não aprovassem integralmente o que era ali sustentado.

De todo modo, um perfil hegemônico de nação, majoritariamente imaginado também por meio dos mapas pictóricos, deve ter interagido, durante o período em que tais mapas circularam em maior quantidade, com os anseios e percepções de uma considerável parcela dos habitantes dos Estados Unidos. Quanto maior admitirmos ter sido essa parcela, mais maleável ou banalizado terá que ter sido o discurso cartográfico com o qual ela interagiu. Reconhecendo, entretanto, a baixa variabilidade, ao menos por um extenso período, dos padrões de representação excludentes, majoritariamente difundidos pelos mapas examinados, somos levados a considerar que a banalização do discurso possa ter desempenhado uma função decisiva para o incremento do nível de aceitação desse material. Nesse sentido, o radicalismo de determinados estereótipos, expressos pelas inserções pictóricas, pode ter sido suavizado tanto por sua própria reiteração cotidiana quanto, ainda, pela sua discreta interação com códigos cartográficos, também padronizados e reiterados. Assim, o que pode parecer gritante teria ecoado silenciosamente, ao menos ao ponto de se fazer audível sem provocar maior incômodo – e conseqüente repulsa – por parte de quem se visava atrair.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. Trad. Georges Kormikiaris. São Paulo: Boitempo, 2015.
- BILLIG, Michael. *Banal Nationalism*. London: SAGE Publications, 1995.
- BLACK, Jeremy. *Mapas e História: construindo imagens do passado*. Trad. Cleide Rapucci. Bauru: Edusc, 2005.
- BROTTON, Jerry. Informação: Google Earth, 2012. In: _____ *Uma história do mundo em doze mapas*. Trad. Pedro Maia. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BRÜCKNER, Martin. *The geographic revolution in early America: maps, literacy and national identity*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.
- _____. *The social life of maps in America: 1750–1860*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2017. E-book.
- CALHOUN, Craig J. *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- CARTOGRAPHY ASSOCIATES. *David Rumsey Map Collection*. 2021. Disponível em <https://www.davidrumsey.com/>. Acesso em 6 de setembro de 2021.
- CHEN, Brian X. It's Google's World. We Just Live in It. *The New York Times*. New York, 20 outubro 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/20/technology/doj-google.html>. Acesso em 6 de setembro de 2021.
- CORNELL UNIVERSITY. Library: Digital Collections. 2020. Disponível em <https://digital.library.cornell.edu/>. Acesso em 6 de setembro de 2021.
- FISHER, Adam. Google's Road Map to Global Domination. *The New York Times Magazine*, New York, 11 dezembro 2013. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2013/12/15/magazine/googles-plan-for-global-domination-dont-ask-why-ask-where.html?searchResultPosition=2>. Acesso em 6 de setembro de 2021.
- GERSTLE, Gary. *American Crucible: race and nation in the twentieth century*. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2001.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- HORNSBY, Stephen John. *Picturing America: the golden age of pictorial maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.
- KANG, Cecilia; McCABE, David; WAKABAYASHI, Daisuke. U.S. Accuses Google of Illegally Protecting Monopoly. *The New York Times*. New York, 20 outubro 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/10/20/technology/google-antitrust.html>. Acesso em 6 de setembro de 2021.

- PAMPLONA, Marco A.; DOYLE, Don H. (orgs.). *Nacionalismo no Novo Mundo: a formação de Estados-nação no século XIX*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- PICKLES, John. Texts, hermeneutics and propaganda maps. *In*: BARNES, Trevor J.; DUNCAN, James S. (orgs.). *Writing Worlds: Discourse, Texts, and Metaphors in the Representation of Landscape*. New York: Routledge, 1992.
- PILGRIM, David. *Watermelons, Nooses and Straight Razors: Stories from the Jim Crow Museum*. Oakland: PM Press, 2018.
- SCHULTEN, Susan. *A history of America in 100 maps*. Chicago: The University of Chicago Press, 2018.
- _____. *Geographical Imagination in America, 1880-1950*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- _____. *Mapping the nation: history and cartography in nineteenth-century America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.
- SMITH, Anthony D. *Nationalism and Modernism: a critical survey of recent theories of nations and nationalism*. New York: Routledge, 1998
- _____. *Nationalism: Theory, Ideology, History*. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2010.
- WINICHAKUL, Thongchai. *Siam Mapped: A History of the Geo-Body of a Nation*. Honolulu: University of Hawaii Press, 1994.
- WOOD, Denis. *Rethinking the power of maps*. New York: The Guilford Press, 2010.
- ZINN, Howard. *A people's history of the United States: 1492-present*. New York: HarrperCollins Publishers, 2003.